



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 033

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 15 DE ABRIL DE 2008

ANO XXXIII

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

LUCIANA RAFAGNIN
2ª Secretária - PT

LUIZ ACCORSI
3º Secretário - PSDB

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

CHICO NOROESTE
5º Secretário - PR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição Valdir Rossoni
PMDB Waldyr Pugliesi
PSDB Ademar Traiano
Partido Democratas Plauto Miró
PT Professor Luizão
PP Duílio Genari
PDT Luiz Carlos Martins
Bloco PPS/PMN Douglas Fabrício
Bloco PSB/PRB/PV Pastor Edson Praczyk
Bloco PTB/PR Jocelito Canto

Representação Partidária

PMDB - 16: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Pércles de Mello - Professor Luizão - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PR** - 02: Carlos Simões - Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 033

33ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 02

Presenças 02

Abertura da Sessão 03

Expediente:

Mensagens 03

Ofícios..... 16

Indicações 16

Requerimentos 18

Projetos de Lei 20

Pequeno Expediente:

Dep. Elton Welter 25

Dep. Antonio Belinati 26

Dep. Marcelo Rangel 28

Dep. Dr. Batista..... 29

Dep. Pator Edson Praczyk 29

Dep. Rosane Ferreira 31

Grande Expediente:

Dep. Plauto Miró 32

Dep. Luiz Eduardo Cheida 34

Horário das Lideranças:

Liderança do PP

Dep. Antonio Belinati 26

Liderança do Bloco PSB/PRB/PV

Dep. Pator Edson Praczyk30

Liderança da Oposição

Dep. Valdir Rossoni36

Liderança do PMDB

Dep. Luiz Claudio Romanelli39

Liderança do Bloco PPS/PMN

Dep. Douglas Fabrício42

Liderança do Bloco PR/PTB

Dep. Jocelito Canto.....43

Liderança do Partido Democratas

Dep. Elio Rusch44

Liderança do PT

Dep. Professor Luizão46

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente47

Discussão/Votação

Redação Final48

3ª Discussão48

2ª Discussão48

1ª Discussão49

Requerimentos59

Encerramento da Sessão61

Publicações:

Atas de Comissões.....61

Redação61

DIÁRIO Nº 033

33ª SESSÃO ORDINÁRIA

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
16ª LEGISLATURA
ATA DA 33ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
15 DE ABRIL DE 2008**

(terça-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelo Sr. Deputado Dr. Batista e pela Sra. Deputada Luciana Rafagnin.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Ademar Traiano, Antonio Belinati, Beti Pavin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Dobran-

dino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edson Strapasson, Elio Rusch, Elton Welter, Fábio Camargo, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Marcelo Rangel, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Nereu Moura, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Pedro Ivo, Plauto Miró, Professor Luizão, Reni Pereira, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (50).

Ausentes os Srs. Deputados: Artagão Júnior, Luiz Nishimori e Péricles de Mello (03).

Em licença médica o Sr. Deputado Geraldo Cartário (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Mensagem

MENSAGEM 012/08

Curitiba, 15/04/08.

Senhor Presidente:

Tenho a elevada honra de submeter à consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa, texto do anteprojeto de lei que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias do Estado para o exercício financeiro de 2009, que estima as Receitas de Recolhimento Centralizado e de Recolhimento Descentralizado das Autarquias, Órgãos de Regime Especial, Fundos e Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista Dependentes, para fixação das despesas dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta, no valor aproximado de R\$ 20.366.118.010,00 (vinte bilhões, trezentos e sessenta e seis milhões, cento e dezoito mil e dez reais).

O anteprojeto de lei compõe-se de 11 capítulos, compreendendo:

I - as prioridades da administração pública estadual;

II - a projeção e apresentação da receita para o exercício;

III - os critérios para a distribuição dos recursos orçamentários;

IV - a estrutura e organização dos orçamentos;

V - as diretrizes gerais para a elaboração e execução dos orçamentos do estado;

VI - os ajustamentos do plano plurianual;

VII - as disposições sobre as alterações na legislação tributária;

VIII - as disposições relativas às despesas do estado com pessoal e encargos sociais e outras despesas correntes, com base na receita corrente líquida;

IX - as disposições relativas à destinação de recursos provenientes de operações de crédito;

X - disposições transitórias;

XI - demais disposições.

Dando continuidade às políticas adotadas pelo Governo do Paraná, o anteprojeto da LDO apresenta três linhas de ação, sendo Promoção da Cidadania, Inclusão Social e Justiça, que contempla o Programa Leite da Criança, Programa Educação de Qualidade e Programa Trabalho, Emprego e Assistência Social.

A linha de ação Desenvolvimento Econômico Sustentável e Descentralizado engloba diversos programas, dentre eles o Programa de Aceleração de Crescimento e Desenvolvimento do Paraná, da Produção, do Agronegócio Familiar, Desenvolvimento Regional e Metropolitano, e outros de grande relevância para o estado e sua gente.

A Gestão Pública Transparente e Integrada também é uma das linhas de ação que estão contidas neste anteprojeto, pois é umas das bandeiras deste Governo e por isso é necessário fortalecer as instituições, e suas funções constitucionais, como o Ministério Público, os órgãos de controle externo, assim como a capacitação e valorização do servidor.

O anteprojeto traz o Anexo de Metas Fiscais, no qual são estabelecidas metas anuais, em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), para receitas, despesas, resultados nominais e primários e montante da dívida pública para os exercícios de 2009, 2010 e 2011. O Anexo de Metas Fiscais apresenta ainda uma avaliação do cumprimento das metas relativas ao exercício de 2007 e o demonstrativo das metas anuais de 2008.

O Poder Executivo ficará à disposição, através das Secretarias de Estado do Planejamento e Coordenação e da Fazenda, para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Aproveito o ensejo para reiterar as V. Exas as expressões de minha mais alta consideração e apreço.

(a) ROBERTO REQUIÃO

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º São estabelecidas, em cumprimento ao disposto no artigo 133, parágrafo 3º, da Constituição do

Estado do Paraná e na Lei Complementar n° 101, de 04/05/00, as diretrizes orçamentárias do estado do Paraná para o exercício financeiro de 2009, compreendendo:

- I - as prioridades da administração pública estadual;
- II - a projeção e a apresentação da receita para o exercício;
- III - os critérios para a distribuição dos recursos orçamentários;
- IV - a estrutura e organização dos orçamentos;
- V - as diretrizes gerais para a elaboração e execução dos orçamentos do estado;
- VI - os ajustamentos do plano plurianual;
- VII - as disposições sobre as alterações na legislação tributária;
- VIII - as disposições relativas às despesas do estado com pessoal e encargos sociais e outras despesas correntes, com base na receita corrente líquida;
- IX - as disposições relativas à destinação de recursos provenientes de operações de crédito;
- X - disposições transitórias;
- XI - demais disposições.

Capítulo I

Das Prioridades da Administração Pública Estadual

Art. 2° As metas e prioridades da administração pública estadual, para o exercício de 2009 estarão desdobradas em ações inseridas nas três linhas de ação e respectivos programas, a seguir discriminados:

- **Linha de Ação: Promoção da Cidadania, Inclusão Social e Justiça** - articular programas que busquem garantir a plena cidadania, no âmbito da promoção e defesa dos direitos elementares à vida, as condições dignas de sobrevivência e o combate aos desequilíbrios sociais.

- 1 - Programa Cultura Paranaense;
- 2 - Programa Educação de Qualidade;
- 3 - Programa Habitação Popular;
- 4 - Programa Leite das Crianças;
- 5 - Programa Trabalho, Emprego e Assistência Social;
- 6 - Programa Promoção da Justiça e Cidadania;
- 7 - Programa Saúde e Saneamento;
- 8 - Programa Segurança Integrada;
- 9 - Programa Proteção à Criança e à Juventude;

- **Linha de Ação: Desenvolvimento Econômico Sustentável e Descentralizado** - articular programas que visem reduzir as desigualdades das economias regionais do Paraná, integrando econômica e socialmente os diversos espaços do estado.

- 1 - Programa Aceleração do Crescimento e Desenvolvimento do Paraná;
- 2 - Programa Desenvolvimento da Produção;
- 3 - Programa Desenvolvimento na Área Energética;

4 - Programa Desenvolvimento Regional e Metropolitano;

5 - Programa Diversificação da Agropecuária e Fortalecimento do Agronegócio Familiar;

6 - Programa Ensino Superior e Desenvolvimento Científico-Tecnológico;

7 - Programa Preservação Ambiental e Gestão de Recursos Hídricos;

8 - Programa Transporte Integrado e Logística;

9 - Programa Turismo, Esporte e Lazer;

- **Linha de Ação: Gestão Pública Transparente e Integrada** - tornar a gestão no estado mais transparente quanto ao uso dos recursos públicos e mais integrada no sentido de garantir maior eficiência na execução das políticas públicas.

1 - Programa Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público;

2 - Programa Ação Judiciária;

3 - Programa Ação Legislativa;

4 - Programa Controle Externo ao Estado;

5 - Programa Gestão do Estado;

6 - Programa Valorização e Capacitação do Servidor Público.

Art. 3° No projeto de lei orçamentária anual, a destinação dos recursos relativos a programas sociais, definidos no plano plurianual, conferirá prioridade às áreas de menor Índice de Desenvolvimento Humano - IDH.

Capítulo II

Da Projeção e da Apresentação da Receita para o Exercício

Art. 4° A receita de recolhimento centralizado para o exercício de 2009 será apresentada no seu demonstrativo, com a previsão de 100% do ingresso, e com um grupo de receita dedutível, que representa a contribuição do estado para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, resultando numa receita total líquida do estado para a fixação de despesas orçamentárias, de acordo com os critérios estabelecidos na Portaria n° 328, de 27/08/01 da Secretaria do Tesouro Nacional, do Ministério da Fazenda.

Art. 5° As receitas de recolhimento centralizado do Tesouro Estadual e de recolhimento descentralizado das autarquias, órgãos de regime especial, fundos e empresas públicas e sociedades de economia mista dependentes, para fixação das despesas dos orçamentos fiscal e próprio da administração indireta do exercício de 2009, estão estimadas no valor aproximado de R\$ 20.366.118.010,00 (vinte bilhões, trezentos e sessenta e seis milhões, cento e dezoito mil e dez reais).

Art. 6° As receitas previstas no artigo anterior e conseqüentemente as despesas fixadas com o respectivo

valor, poderão ser atualizadas antes do início da execução orçamentária, desde que sejam verificadas alterações nos índices de atualização de preços, a partir de julho de 2008, que justifiquem uma reavaliação da previsão da receita, mediante critérios estabelecidos no próprio projeto de lei orçamentária.

Capítulo III

Dos Critérios para a Distribuição dos Recursos Orçamentários

Art. 7º A elaboração das propostas orçamentárias dos Poderes Legislativo e Judiciário obedecerá aos seguintes limites percentuais da receita geral do Tesouro Estadual disponível para a fixação da despesa, depois de excluídas as parcelas de transferências constitucionais aos municípios, as operações de crédito, as participações nas transferências da união e as receitas vinculadas:

Poder Legislativo5,0%

Poder Judiciário9,0%

Parágrafo Único. Fica a cargo do Poder Legislativo definir do limite de até 5% destinado ao poder, o percentual correspondente à Assembléia Legislativa e ao Tribunal de Contas.

Art. 8º A elaboração da proposta orçamentária do Ministério Público obedecerá o limite de R\$ 311.000.980,00 (trezentos e onze milhões e novecentos e oitenta reais), contidos no percentual de 3,9%.

Art. 9º O projeto de lei orçamentária para o exercício de 2009 alocará recursos do Tesouro Geral do Estado, para atender as programações dos órgãos do Poder Executivo, após deduzidos os recursos destinados:

I - à transferência das parcelas da receita de recolhimento centralizado, pertencentes aos municípios;

II - aos orçamentos dos Poderes Legislativo e Judiciário de acordo com os limites percentuais definidos no artigo 7º desta lei e do Ministério Público, de acordo com o limite apresentado no artigo 8º desta lei;

III - ao pagamento de despesas com pessoal e encargos sociais do Poder Executivo;

IV - ao pagamento do serviço da dívida;

V - ao fomento da pesquisa científica e tecnológica, de acordo com o artigo 205 da Constituição Estadual, da Lei nº 12020, de 09/01/98, que instituiu o Fundo Paraná, do Decreto Estadual nº 1952, de 24/10/03 e demais normas legais;

VI - à manutenção e desenvolvimento de ensino público, correspondendo a no mínimo 30% (trinta por cento), da receita de impostos, compreendida a proveniente de transferência de impostos, de acordo com o artigo 185 da Constituição Estadual;

VII - ao pagamento de ações e serviços de saúde, de acordo com a Emenda Constitucional nº 029/00, correspondendo para 2009 a 12% da receita de impostos, compreendida a proveniente de transferências de impostos;

VIII - aos empréstimos e contrapartidas de programas objetos de financiamentos nacionais e internacionais;

IX - aos convênios e respectivas contrapartidas, firmados com entidades nacionais e internacionais;

X - às contribuições do estado ao sistema de seguridade funcional, compreendendo os programas de previdência e de serviços médico-hospitalares, conforme legislação em vigor;

XI - ao pagamento de sentenças judiciais;

XII - à reserva de contingência, de acordo com o especificado no artigo 35 desta lei.

§ 1º As despesas com ações e serviços públicos de saúde a que se refere o inciso VII, que representam os 12% da Receita Líquida de Impostos do Tesouro Geral do Estado, são aquelas relativas a prevenção, promoção, proteção, recuperação e reabilitação da saúde, incluindo:

a) vigilância epidemiológica e controle de doenças;

b) vigilância sanitária;

c) vigilância nutricional, orientação alimentar e controle de deficiências nutricionais;

d) saúde do trabalho;

e) assistência à saúde em todos os níveis de complexidade;

f) assistência farmacêutica;

g) educação para saúde;

h) treinamento de recursos humanos para a área de saúde;

i) pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico na área de saúde;

j) produção, aquisição e distribuição de insumos específicos da área de saúde, tais como medicamentos, imunobiológicos, sangue e hemoderivados, equipamentos, etc.;

k) saneamento básico associado ao vetor saúde excetuando-se os decorrentes de tarifas;

l) serviços de saúde penitenciários;

m) atenção especial aos portadores de deficiência;

n) ações administrativas realizadas pelos órgãos de saúde indispensáveis para a execução das ações indicados nos itens anteriores.

§ 2º Os recursos a que se refere o inciso VII deste artigo serão alocados no FUNSAUDE.

Art. 10º Os recursos remanescentes de que trata o artigo anterior, serão distribuídos a cada órgão/unidade, por ocasião da elaboração da proposta orçamentária, tendo em vista a possibilidade de ocorrerem modificações na estrutura administrativa do Poder Executivo, após o encaminhamento do projeto da LDO/2009 à Assembléia Legislativa.

Capítulo IV

Da Estrutura e da Organização dos Orçamentos

Art. 11º Para efeito da lei orçamentária, entende-se por:

a) Função: nível máximo de agregação das ações desenvolvidas pelo setor público (nível nacional da funcional programática);

b) Subfunção: nível de agregação de um subconjunto de ações do setor público (nível nacional da funcional programática);

c) Programa: instrumento de organização da ação governamental, que visa proporcionar maior racionalidade e eficiência na administração pública, ampliar a transparência na aplicação dos recursos e produzir uma melhor visão dos resultados e benefícios gerados para a sociedade. Toda a ação do governo é estruturada em programas definidos no plano plurianual. Os programas representam o elo de ligação entre o plano e o orçamento. A partir dos programas são identificadas ações sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais (nível estadual da funcional programática);

d) Projeto: instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação do governo (nível estadual da funcional programática);

e) Atividade: instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, e concorrem para a manutenção da ação governamental (nível estadual da funcional programática);

f) Operação Especial: conjunto de despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de governo, das quais não resulta um produto e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços, representando, basicamente, o detalhamento da função encargos especiais (nível estadual da funcional programática);

g) Modalidade de Aplicação: especificação da forma como os recursos orçamentários serão aplicados pelas unidades orçamentárias na execução das ações;

h) Órgão Orçamentário: constitui a categoria mais elevada da classificação institucional, onde são vinculadas as unidades orçamentárias para desenvolverem um programa de trabalho definido;

i) Unidade Orçamentária: constitui-se num desdobramento de um órgão orçamentário, podendo ser da administração direta, ou da administração indireta em cujo nome a lei orçamentária anual consigna expressamente, dotações com vistas à sua manutenção e à realização de um determinado programa de trabalho.

§ 1º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais, especificando os respectivos valores e metas e as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º Cada projeto, atividade ou operação especial será detalhado por grupo de natureza de despesa, grupo de fonte e modalidade de aplicação.

§ 3º Cada projeto, atividade ou operação especial estará vinculado a uma função e a uma subfunção.

Art. 12. Os orçamentos fiscal e próprio das autarquias, órgãos de regime especial, fundos e empresas públicas e sociedades de economia mista dependentes, discriminarão o programa de trabalho por unidade orçamentária, especificando os grupos de natureza de despesas de cada categoria econômica, a modalidade de aplicação, e o grupo de fonte de recursos.

§ 1º Os grupos de natureza de despesa a que se refere o *caput* deste artigo constituem agregação de elementos de despesa de mesmas características quanto ao seu objeto de gasto, conforme especificação a seguir:

Despesas Correntes

Grupo 1 - Pessoal e encargos sociais

Grupo 2 - Juros e encargos da dívida

Grupo 3 - Outras despesas correntes

Despesas de Capital

Grupo 4 - Investimentos

Grupo 5 - Inversões financeiras

Grupo 6 - Amortização da dívida

§ 2º A modalidade de aplicação a que se refere o *caput* deste artigo destina-se a indicar se os recursos serão aplicados mediante transferência financeira a outras esferas de governo, seus órgãos, fundos ou entidades ou se mediante transferência financeira a entidades sem fins lucrativos e outras instituições, bem como se serão aplicados diretamente pela unidade detentora do crédito orçamentário ou por outro órgão ou entidade no âmbito do mesmo nível de governo e observará, o seguinte detalhamento:

I - 20 - Transferências à união;

II - 30 - Transferências à estados e ao distrito federal;

III - 40 - Transferências à municípios;

IV - 50 - Transferências à instituições privadas sem fins lucrativos;

V - 60 - Transferências à instituições privadas com fins lucrativos;

VI - 70 - Transferências à instituições multigovernamentais;

VII - 80 - Transferências ao exterior;

VIII - 90 - Aplicações diretas;

IX - 91 - Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos orçamentos fiscal e próprio da administração indireta;¹

X - 99 - A ser definida.

§ 3º Os grupos de fontes de recursos a que se refere o *caput* deste artigo constituem a agregação de fontes conforme discriminação a seguir:

Grupo 01 - Recursos Próprios do Tesouro - compreendendo as seguintes fontes:

Fonte 100 - Ordinário não vinculado;

1.Modalidade de aplicação de uso restrito, sujeito a orientação do órgão central de orçamento.

Fonte 102 -Receita condicionada da contribuição do servidor público;

Fonte 103 -Receita condicionada da LC nº 087/96;

Fonte 104 -Cota-parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE;

Fonte 105 -Resultado da exploração de recursos hídricos, petróleo, gás natural e outros;

Fonte 106 -Fundo Especial da Procuradoria Geral do Estado do Paraná - FEPGE/PR;

Fonte 108 -Receita de alienação de outros bens móveis e imóveis;

Fonte 109 -Recursos provenientes de percentual sobre a venda de bilhetes de passagens intermunicipais para ações voltadas à criança e ao adolescente;

Fonte 111 -Indenização pelo excedente da amortização de bens reversíveis e encampação de rodovias;

Fonte 112 -Retornos dos Programas PROSAM/PEDU/PARANASAN;

Fonte 115 -Receita excedente dos Colégios Agrícolas;

Fonte 117 -Transferências da união - SUS;

Fonte 123 -Renda do fundo penitenciário;

Fonte 124 -Multas e taxas de Saúde Pública - FUNSAÚDE;

Fonte 125 -Venda de ações e/ou devolução de créditos ou de capital subscrito ou não;

Fonte 126 -Contribuições compulsórias para a Previdência Social;

Fonte 127 -Multas e taxas de defesa sanitária - FEAP;

Fonte 128 -Fundo de Reequipamento do Fisco - FUNREFISCO;

Fonte 129 -Taxas de polícia - FUNRESPOL;

Fonte 131 -Programa de assistência ao menor e de natureza social - Lei nº 11091/95;

Fonte 132 -Pesquisa científica e tecnológica;

Fonte 138 -Taxa ambiental;

Fonte 139 -Fundo de Modernização da Polícia Militar - FUMPM;

Fonte 141 -Retorno de programas especiais - FDU;

Fonte 146 -Fundo Estadual do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná - FUNCB;

Fonte 147 -Receitas de outras fontes recolhidas ao Tesouro Geral do estado por determinação legal.

Grupo 09 - Convênios do Tesouro - compreendendo as seguintes fontes:

Fonte 107 - Convênios com órgãos federais;

Fonte 133 - Transferências e convênios com o exterior;

Fonte 148 - Outros convênios.

Grupo 15 - Operações de Crédito do Tesouro - compreendendo as seguintes fontes:

Fonte 120 - Operações de crédito internas;

Fonte 130 - Operação de crédito externa - Paraná 12 Meses/BIRD;

Fonte 136 - Operação de crédito externa - PROEM/BID;

Fonte 137 - Operação de crédito externa - Paraná Urbano II/BID;

Fonte 140 - Operação de crédito externa - Saneamento ambiental - PARANASAN/JBIC;

Fonte 142 - Operação de crédito externa - Paraná 12 Meses - Inclusão Social e Desenvolvimento Rural Sustentável - PRODESUS/BIRD;

Fonte 143 - Outras operações de crédito externas.

Grupo 16 - Salário Educação - compreendendo a seguinte fonte;

Fonte 116 - Transferência de recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE.

Grupo 45 - FUNDEB - compreendendo a seguinte fonte:

Fonte 145 - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB.

Grupo 95 - Recursos de Outras Fontes - compreendendo as seguintes fontes:

Fonte 250 -Diretamente arrecadados;

Fonte 251 -Operação de crédito interna;

Fonte 252 -Operação de crédito externa;

Fonte 253 -Cota-parte das rendas das loterias estaduais;

Fonte 254 -Multas por infração ao Código de Trânsito Brasileiro - FUNRESTRAN;

Fonte 256 -Reposição florestal - SERFLOR;

Fonte 270 -Aumento de capital social;

Fonte 281 -Transferências e convênios com órgãos federais;

Fonte 283 -Transferências e convênios com o exterior;

Fonte 284 -Outros convênios/outras transferências.

Art. 13. O orçamento de investimento das empresas públicas e sociedades de economia mista não dependentes terá o seu programa de trabalho e a discriminação da despesa destacados por projeto/atividade segundo a mesma classificação funcional-programática adotada nos demais orçamentos e será apresentado no Anexo IV do projeto de lei orçamentária anual.

Art. 14. Fica o Poder Executivo autorizado a incorporar na elaboração dos orçamentos, as eventuais modificações ocorridas na estrutura organizacional do estado, bem como na classificação orçamentária da receita e da despesa, por alterações na legislação federal, ocorridas após o encaminhamento do projeto da LDO/2009 à Assembléia Legislativa.

Art. 15. O Poder Executivo poderá, mediante decreto do Governador, remanejar, transferir ou utilizar, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aprovadas na lei orçamentária de 2009, em decorrência da extinção, transformação, transferência, incorporação ou desmembramento de órgãos e unidades, sem que sejam alterados os valores das programações aprovadas na lei

orçamentária, podendo entretanto haver ajustes na classificação funcional programática.

Art. 16. O programa de obras será apresentado, no anexo V do projeto de lei orçamentária anual, por unidade orçamentária, por projeto ou atividade, de forma detalhada e individualizada com seus respectivos custos, em cumprimento ao disposto no artigo 133, parágrafo 7º da Constituição do Estado do Paraná.

Parágrafo Único. As obras iniciadas no exercício anterior terão prioridade na aplicação dos recursos, podendo ser identificadas no anexo V, pelo indicativo (A) em andamento.

Art. 17. O projeto de lei orçamentária anual que o Poder Executivo encaminhar à Assembléia Legislativa, cumprindo o prazo previsto no artigo 22, inciso III do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição do Estado, conterá:

I - exposição justificativa contendo quadros-resumo com informações sobre a situação econômico-financeira do estado e outras informações consideradas relevantes à análise da proposta orçamentária;

II - texto da lei;

III - anexo I contendo a legislação da receita de recolhimento centralizado e descentralizado e quadros resumos das receitas referentes ao orçamento fiscal, ao orçamento próprio da administração indireta e ao orçamento de investimento das empresas públicas e sociedades de economia mista não dependentes;

IV - anexo II contendo resumos gerais das despesas dos orçamentos fiscal e próprio da administração indireta;

V - anexo III contendo o orçamento fiscal, composto pelos orçamentos dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo e do Ministério Público e os orçamentos próprios das autarquias, órgãos de regime especial, fundos e empresas públicas e sociedades de economia mista dependentes, a que se refere o artigo 133, parágrafo 6º, incisos I e II da Constituição Estadual;

VI - anexo IV contendo o orçamento de investimento das empresas públicas e sociedades de economia mista não dependentes, a que se refere o artigo 133, parágrafo 6º, inciso III da Constituição Estadual;

VII - anexo V contendo o programa de obras das unidades orçamentárias, conforme o disposto no artigo 133, parágrafo 7º da Constituição do Estado do Paraná; e

VIII - anexo VI contendo o demonstrativo das vinculações constitucionais e legais.

Capítulo V

Das Diretrizes Gerais para a Elaboração e Execução dos Orçamentos do Estado

Art. 18. A elaboração do projeto de lei, a sua aprovação e a execução da lei orçamentária de 2009 deverão

ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade e permitindo-se amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas, bem como levar em conta a obtenção dos resultados previstos no anexo de metas fiscais que integra a presente lei, além dos parâmetros da receita corrente líquida, visando o equilíbrio orçamentário-financeiro.

Parágrafo Único. O Poder Executivo deverá estabelecer uma programação orçamentária-financeira, visando o cumprimento do disposto no *caput* deste artigo.

Art. 19. Se verificado, ao final de um bimestre, que a execução das despesas foi superior a realização das receitas, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos 30 dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira.

§ 1º Essa limitação será feita de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento de outras despesas correntes e despesas de capital de cada Poder e do Ministério Público.

§ 2º Na hipótese da ocorrência do disposto no *caput* deste artigo, o Poder Executivo comunicará aos demais Poderes e ao Ministério Público o montante que caberá a cada um tornar indisponível, para empenho e movimentação financeira.

§ 3º No caso dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público não promoverem a limitação no prazo estabelecido no *caput* deste artigo, fica o Poder Executivo autorizado a limitar os valores financeiros a serem repassados, segundo a realização efetiva das receitas no bimestre.

Art. 20. As propostas orçamentárias dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público serão apresentadas ao Poder Executivo, até o dia 18/09/08, para a consolidação do orçamento geral do estado.

§ 1º No caso dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público não apresentarem suas propostas orçamentárias até o prazo estabelecido no *caput* deste artigo, fica o Poder Executivo autorizado a lançar os valores dentro dos limites fixados, utilizando como base a lei orçamentária do exercício anterior.

Art. 21. As propostas orçamentárias dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público não poderão apresentar valores diferentes daqueles que lhes couber pelos limites estabelecidos nesta lei, de forma a garantir o fechamento do orçamento geral do estado.

Art. 22. As despesas de programas custeados com financiamento em moeda estrangeira serão convertidas em moeda nacional à taxa de câmbio vigente em 30/06/08.

Art. 23. A parcela das transferências constitucionais aos municípios, incorporadas na receita centralizada do Tesouro Estadual, será programada na despesa da administração geral do estado - recursos sob supervisão da SEFA.

Art. 24. Na programação da despesa não poderão ser:

I - fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos e legalmente instituídas as unidades executoras;

II - incluídas ações com as mesmas finalidades em mais de um órgão;

III - incluídas despesas a título de investimento em regime de execução especial, ressalvados os casos de calamidade pública, formalmente reconhecidos, na forma do artigo 167, parágrafo 3º da Constituição Federal e do artigo 135, parágrafo 2º da Constituição Estadual;

IV - classificadas como atividades, dotações que visem o desenvolvimento de ações limitadas no tempo e das quais resultem produtos que concorram para a expansão ou aperfeiçoamento da ação do governo, bem como, classificadas como projetos, ações de duração continuada;

V - incluídas em projetos ou atividades, despesas caracterizadas como operações especiais;

VI - fixadas despesas com valores simbólicos;

VII - incluídas despesas decorrentes de "transferências de recursos financeiros de entidades pertencentes à administração pública estadual", ou seja, de transferências dentro da mesma esfera de governo (vedada duplicidade de receita).

Art. 25. As receitas dos órgãos e entidades controlados direta ou indiretamente pelo estado, serão programadas para atender prioritariamente as despesas com pessoal e encargos sociais, serviços da dívida, precatórios judiciais, contrapartidas de financiamentos e manutenção de atividades e de bens públicos.

Parágrafo Único. Incluem-se nas receitas citadas no *caput* deste artigo, as receitas de arrecadação própria das autarquias, órgãos de regime especial, fundos e empresas públicas e sociedades de economia mista dependentes.

Art. 26. Os recursos do Tesouro Geral do Estado, destinados às autarquias, órgãos de regime especial, fundos e empresas públicas e sociedades de economia mista dependentes não comporão o demonstrativo de receitas próprias destas entidades. Para evitar duplicidade, esses recursos serão apenas demonstrados na sua totalidade, como repasses de recursos do tesouro estadual, de forma a facilitar o entendimento da apresentação do programa de trabalho com seus custos.

Art. 27. O orçamento fiscal conterá projetos/atividades de transferência de recursos do Tesouro Geral do

Estado para as empresas públicas e sociedades de economia mista não dependentes, que receberão recursos do estado para compor o seu orçamento de investimento.

Art. 28. O orçamento de investimento das empresas públicas e sociedades de economia mista não dependentes conterá as receitas oriundas do Tesouro Geral do Estado e as receitas próprias, aplicadas na conta Investimento.

Art. 29. A programação de investimento, em qualquer dos orçamentos integrantes do projeto de lei orçamentária anual, deverá apresentar consonância com as prioridades governamentais incluídas no plano plurianual para o período de 2008 a 2011.

Art. 30. As despesas destinadas ao pagamento de sentenças judiciais correrão à conta de dotações consignadas com esta finalidade em operações especiais específicas nas unidades orçamentárias responsáveis pelos débitos e na administração geral do estado - recursos sob supervisão da SEFA.

Parágrafo Único. Os órgãos e as unidades encaminharão ao Executivo (Comissão de Análise e Controle de Pagamentos Judiciais), até o dia 21/07/08, a relação dos débitos constantes de precatórios judiciais, inscritos até 01/07/08, a serem incluídos no orçamento de 2009, especificando:

I - número da ação originária;

II - número do precatório;

III - tipo da causa julgada (de acordo com a origem da despesa);

IV - enquadramento (alimentar ou não alimentar);

V - data da inscrição do precatório no órgão/unidade;

VI - valor do precatório a ser pago (com atualização até 01/07/08, conforme artigo 98, parágrafo 5º da Constituição do Estado do Paraná);

VII - cópia do ofício requisitório no caso de precatórios trabalhistas e cópia da requisição de pagamento no caso de ação cível.

Art. 31. Os recursos proveniente de convênios, ajustes, acordos, termos de cooperação e outras formas de contratos firmados com outras esferas de governo, deverão ser registrados como receita orçamentária e suas aplicações programadas nas despesas orçamentárias de cada órgão/unidade celebrante do contrato.

§ 1º A lei orçamentária incluirá na previsão da receita e sua aplicação todos os recursos de transferências intergovernamentais, inclusive os oriundos de convênios.

§ 2º A execução orçamentária de despesas provenientes de acordos, convênios ou atos similares intragovernamentais, serão realizadas no Poder Executivo, excluídas as entidades estaduais prestadoras finais de serviços, por meio de movimentação de crédito, tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 101, de 04/05/00, na Portaria Inter-

ministerial nº 163, de 04/05/01 e na Portaria nº 339 STN, de 29/08/01 e Decreto Estadual nº 5975, de 22/07/02, e demais normas em vigor, ficando facultada aos Poderes Legislativo e Judiciário e ao Ministério Público a sua utilização.

Art. 32. O Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma de desembolso, por órgãos, agrupando-se as fontes vinculadas e não vinculadas, após a publicação da lei orçamentária anual.

Art. 33. O Poder Executivo tomará as medidas necessárias para manter os dispêndios compatíveis com o comportamento da receita, ficando vedada a aplicação do artigo 78, parágrafo 2º dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, inserido pela Emenda Constitucional nº 030, em relação às receitas tributárias, por força da Lei Complementar nº 101, de 04/05/00.

Art. 34. O Poder Executivo poderá utilizar os recursos de superávit financeiro apurados nos balanços das unidades da administração indireta do Poder Executivo para atender programas prioritários de governo.

Art. 35. A lei orçamentária anual poderá conter reserva de contingência com montante definido com base na receita corrente líquida, para o atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

Art. 36. O projeto de lei orçamentária anual conterá autorizações para abertura de créditos adicionais com limites percentuais fixados sobre o valor global da receita fixada para o exercício, nas formas previstas no parágrafo 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4320/64.

Capítulo VI

Dos Ajustamentos do Plano Plurianual

Art. 37. Os ajustes nas ações dos programas do plano plurianual, bem como as alterações em suas metas físicas e financeiras e nas suas regionalizações serão incluídas na proposta orçamentária de 2009.

Capítulo VII

Das Disposições sobre as Alterações na Legislação Tributária

Art. 38. Na estimativa das receitas do projeto de lei orçamentária anual serão considerados os efeitos de alterações na legislação tributária até 31/08/08, em especial;

I - as modificações na legislação tributária, decorrentes de alterações no Sistema Tributário Nacional;

II - a concessão e redução de isenções fiscais;

III - a revisão de alíquota dos tributos de competência; e

IV - aperfeiçoamento da cobrança da dívida ativa do estado.

§ 1º Para fins deste artigo dever-se-á observar o disposto no artigo 14 da Lei Complementar nº 101, de 04/05/00.

§ 2º Do cálculo da receita corrente líquida serão excluídos os valores referentes a diferimento ou a benefícios fiscais, concedidos a contribuintes de impostos estaduais, consoante determina o artigo 14, inciso I, da Lei Complementar nº 101, de 04/05/00.

Capítulo VIII

Das Disposições Relativas às Despesas do Estado com Pessoal e Encargos Sociais e outras Despesas Correntes, com base na Receita Corrente Líquida

Art. 39. No exercício financeiro de 2009 as despesas com pessoal e encargos sociais dos três Poderes do estado, bem como do Ministério Público, observarão o limite de 60% (sessenta por cento) das receitas correntes líquidas estaduais, de acordo com a legislação vigente.

§ 1º Os órgãos dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo e do Ministério Público assumirão de forma solidária as providências necessárias à adequação ao disposto neste artigo.

§ 2º A repartição dos limites globais, de acordo com o artigo 20, inciso II, da Lei Complementar nº 101, de 04/05/00, não poderá exceder os seguintes percentuais:

a) 3% (três por cento) das receitas correntes líquidas estaduais para o Poder Legislativo, incluído o Tribunal de Contas;

b) 6% (seis por cento) das receitas correntes líquidas estaduais para o Poder Judiciário;

c) 49% (quarenta e nove por cento) das receitas correntes líquidas estaduais para o Poder Executivo;

d) 2% (dois por cento) das receitas correntes líquidas estaduais para o Ministério Público Estadual.

§ 3º O Estado poderá conceder reposição e alteração salarial desde que respeitados os limites estabelecidos na Lei Complementar nº 101, de 04/05/00 e com as ressalvas previstas no artigo 22, parágrafo único, item I da referida lei.

Art. 40. O valor destinado ao custeio mínimo dos órgãos do Poder Executivo será estabelecido dentro de um limite de gastos considerado necessário para manter o ajuste fiscal do estado.

Capítulo IX

Das Disposições Relativas à Destinação de Recursos Provenientes de Operações de Crédito

Art. 41. O valor das operações de crédito orçado para o exercício não poderá ser superior ao montante de despesas de capital fixadas no orçamento.

Parágrafo Único. As programações custeadas com recursos de operações de crédito não formalizadas serão

identificadas no orçamento, ficando sua implementação condicionada à efetiva realização dos contratos.

Art. 42. As coordenações dos programas financiados deverão ajustar os seus cronogramas de forma que o valor de empréstimo pretendido para o exercício de 2009, possa realmente ser viabilizado com a disponibilidade de contrapartida que o estado pode oferecer.

Art. 43. A Agência de Fomento do Paraná S.A., que tem por objetivo proporcionar suprimento dos recursos financeiros de curto e médio prazos, pertinentes aos programas e projetos que visem a promover o desenvolvimento econômico e social do estado do Paraná, observará as seguintes prioridades:

I - impulsionar a política de emprego e geração de renda no território paranaense, com a concessão de microcrédito ao empreendedor agrícola, industrial e comercial;

II - ampliar oportunidades às pessoas que não têm acesso as formas tradicionais de financiamento, até mesmo para aquelas que trabalhem na informalidade;

III - fomentar investimentos em atividades no setor de turismo;

IV - prestar assistência financeira aos planos e ações de promoção ao desenvolvimento urbano, regional e municipal;

V - promover a recuperação dos ativos sob sua custódia.

VI - fomentar e apoiar projetos destinados a implantação e desenvolvimento de iniciativas econômicas de natureza solidária, cooperativa e participativa, nas áreas de produção, distribuição e consumo;

VII - fomento à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica, a melhoria da competitividade da economia, a estruturação de unidades e sistemas produtivos orientados para o fortalecimento do MERCOSUL e a geração de empregos.

Capítulo X

Disposições Transitórias

Art. 44. O projeto de lei orçamentária anual para o exercício de 2009, deverá também considerar as disposições das demais normas legais que vierem a ser aprovadas até a data de seu encaminhamento ao Poder Legislativo Estadual.

Capítulo XI

Demais Disposições

Art. 45. As emendas ao projeto de lei orçamentária anual deverão ser elaboradas de conformidade com o disposto no artigo 134 da Constituição do Estado do Paraná, observadas as disposições da Lei Complementar nº 101, de 04/05/00.

§ 1º Não poderão ser cancelados recursos correspondentes a pessoal e encargos sociais, serviços da dívida, transferências constitucionais aos municípios, precatórios, obrigações tributárias e contributivas, fontes vinculadas, contrapartidas de programas financiados e manutenção mínima dos órgãos e unidades da administração pública, para se constituírem em recursos de emendas à despesa.

§ 2º Cada emenda à despesa deverá apresentar a indicação do montante de recursos e a indicação da consequente programação cancelada.

Art. 46. No caso da não aprovação do projeto de lei orçamentária de 2009 até 31/12/08, fica o Poder Executivo autorizado a executar a programação dele constante, a razão de 1/12 (um doze avos) mês.

Art. 47. O Poder Executivo divulgará e encaminhará à Assembléia Legislativa para ciência, no prazo de 20 (vinte) dias após a publicação da lei orçamentária anual, os quadros de detalhamento de despesa (QDD), por projetos, atividades e operações especiais, dos orçamentos fiscal e próprio da administração indireta, com os valores corrigidos, se for o caso, na forma do disposto no artigo 6º desta lei.

Art. 48. Integram a presente lei, de acordo com o disposto no artigo 4º, da Lei Complementar nº 101, de 04/05/00, os anexos de metas fiscais e de riscos fiscais.

Art. 49 Os Poderes e o Ministério Público deverão desenvolver sistema gerencial de apropriação de despesas, com o objetivo de demonstrar o custo das ações orçamentárias.

Art. 50. Os Poderes e o Ministério Público deverão implantar sistema de registro, avaliação, atualização e controle do seu ativo permanente, de forma a possibilitar o estabelecimento do real patrimônio líquido do estado.

Art. 51. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ANEXO I - METAS FISCAIS

1. Avaliação do Cumprimento das Metas Relativas ao Ano Anterior

Na execução orçamentária e financeira do exercício de 2007, procurou-se dar continuidade ao processo de equilíbrio das contas públicas estaduais.

A execução orçamentária do exercício de 2007, obedeceu critérios para a liberação dos recursos, estabelecidos no Decreto nº 016, de 25/01/07, observando as estimativas de ingresso de receita, bem como, os preceitos do Decreto nº 176 de 15/02/07, que determinou que as solicitações para abertura de procedimentos licitatórios

fossem acompanhadas de Declaração de Disponibilidade Financeira, emitida pela Secretaria de Estado da Fazenda.

No exercício financeiro de 2007 as Receitas não financeiras, ou seja, as receitas totais, excluídas as operações de crédito, as amortizações de empréstimo, as receitas de alienação de ativos e as receitas provenientes de remuneração de depósitos bancários, tiveram um decréscimo de 0,45% em relação aos valores previstos na LDO/2007.

As Despesas não financeiras, ou seja, as despesas totais do exercício, excluídas aquelas referentes a juros e amortização da dívida, tiveram um decréscimo de 2,13%.

Em decorrência das variações ocorridas entre o valor previsto na LDO e o resultado realizado nas Receitas não financeiras e Despesas não financeiras, a meta do Resultado Primário no exercício, ficou acrescido em 37,49% (ver tabela 1).

Tabela 1: Metas Fiscais Relativas a 2007		
Discriminação	Previsto (em R\$ 1.000)	Realizado (em R\$ 1.000)
Receita não financeira	15.763.278	15.692.201
Despesa não financeira	15.095.919	14.774.649
Resultado Primário	667.359	917.553

As tabelas 2 e 3 a seguir resumem o desempenho

das metas fiscais realizadas em 2005 a 2007 e reprogramadas para 2008.

Tabela 2: Metas Fiscais 2005-08 - Preços Correntes - em R\$ 1.000				
Discriminação	2005	2006	2007	(1) 2008
I - Resultado Primário Indicado na LDO	897.003	587.381	667.359	741.997
II - Resultado Primário Obtido	774.853	417.352	917.553	925.756
III - Resultado Obtido - Indicado (II - I)	-122.150	-170.029	250.194	183.759
IV - Resultado Nominal Obtido	819.831	457.950	-819.452	92.175
Fonte: SEFA/SEPL (1): Reprogramado				

Tabela 3: Metas Fiscais 2005-08 - Preços Constantes de 2008 - em R\$ 1.000				
Discriminação	2005	2006	2007	(1) 2008
I - Resultado Primário Indicado na LDO	1.021.421	632.845	697.123	741.997
II - Resultado Primário Obtido	882.329	449.655	958.476	925.756
III - Resultado Obtido - Meta (II - I)	-139.092	-183.190	261.353	183.759
IV - Resultado Nominal Obtido	933.545	493.395	-856.000	92.175
Fonte: SEFA/SEPL (1): Reprogramado				

2. Demonstração das Metas Fiscais Anuais

A tabela a seguir demonstra o cenário relativo aos

principais indicadores econômicos utilizados na demonstração das metas fiscais para o período de 2005 a 2011.

Tabela 4: Indicadores Econômicos do Período de 2005 a 2011

Indicador	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
PIB do Brasil (variação %)	3,20	3,80	5,40	4,50	4,00	4,09	4,05
PIB do Paraná (variação %)	-0,10	1,40	6,00	5,00	4,50	4,50	4,50
Inflação, IPCA (variação %)	5,69	3,14	4,46	4,50	4,30	4,20	4,09
Taxa de Câmbio, previsão 04/04 BC (R\$/US\$)	2,30	2,15	1,77	1,75	1,85	1,92	1,92
Fonte: Banco Central, IPARDES/SEPL							

É importante destacar que a garantia de investimentos só será possível com o esforço em continuar a política fiscal assumida pelo estado para os próximos exercícios, ou seja, de manter os superávits primários.

A previsão de superávits primários para o período de 2009 a 2011, na média de 0,40% do PIB do Paraná, supõe:

a) a retomada do crescimento sustentável da economia do estado;

b) o incremento das receitas não financeiras;

c) a continuidade do programa de ajuste fiscal firmado com o Governo Federal;

d) a continuidade do controle sobre as despesas de manutenção da administração estadual.

As tabelas 5 e 6 apresentam, de forma resumida as metas fiscais para o período de 2008 a 2011, a preços correntes e constantes de 2008.

Tabela 5: Metas Fiscais para o Período 2008-11 - Preços correntes R\$ 1.000

Discriminação	2008		2009		2010		2011	
	R\$ 1.000	% PIB	R\$ 1.000	% PIB	R\$ 1.000	% PIB	R\$ 1.000	% PIB
I - Receitas não financeiras	17.646.909	11,04%	18.860.593	10,83%	20.322.005	10,72%	21.736.741	10,54%
II - Despesas não financeiras	16.721.153	10,46%	18.083.461	10,38%	19.560.159	10,31%	20.991.427	10,18%
III - Resultado primário	952.756	0,58%	777.133	0,45%	761.846	0,40%	745.315	0,36%
IV - Saldo devedor da dívida	13.048.918	8,17%	12.326.949	7,08%	12.615.410	6,65%	12.903.292	6,25%
V - Resultado nominal	92.175	0,06%	-721.969	-0,41%	288.461	0,15%	287.882	0,14%
Fonte: SEPL/SEFA								
Nota: O resultado nominal de 2009 aparece como negativo em virtude da previsão do pagamento da dívida do BANESTADO.								

Tabela 6: Metas Fiscais para o Período 2008-11 - Preços Constantes de 2008

Discriminação	2008		2009		2010		2011	
	R\$ 1.000	% PIB	R\$ 1.000	% PIB	R\$ 1.000	% PIB	R\$ 1.000	% PIB
I - Receitas não financeiras	17.646.909	11,04%	18.013.872	10,83%	18.591.626	10,72%	19.922.101	10,54%
II - Despesas não financeiras	16.721.153	10,46%	17.271.628	10,38%	17.894.650	10,31%	19.239.007	10,18%
III - Resultado primário	925.756	0,58%	742.244	0,45%	696.976	0,40%	683.094	0,36%
	R\$ 1.000	% PIB	R\$ 1.000	% PIB	R\$ 1.000	% PIB	R\$ 1.000	% PIB
IV - Saldo devedor da dívida	13.048.918	8,17%	11.773.547	7,08%	11.541.233	6,65%	11.826.091	6,25%

Tabela 6: Metas Fiscais para o Período 2008-11 - Preços Constantes de 2008

Discriminação	2008		2009		2010		2011	
V - Resultado nominal	92.175	0,06%	-689.557	-0,41%	263.899	0,15%	263.849	0,14%
Fonte: SEPL/SEFA Nota: O Resultado nominal de 2009 aparece como negativo em virtude da previsão do pagamento da dívida do BANESTADO.								

3. Evolução do Patrimônio Líquido

A tabela a seguir apresenta o Saldo Patrimonial líquido apurado pelo estado no período de 2005 a 2007.

O Saldo Patrimonial expressa o resultado do confronto entre o Ativo Real e o Passivo Real.

Tabela 7 - Evolução do Patrimônio Líquido dos Três Últimos Exercícios

Patrimônio Líquido	2005 (R\$ 1.000)	2006 (R\$ 1.000)	2007 (R\$ 1.000)
Ativo Financeiro	1.887.572	1.741.229	2.145.823
Ativo Permanente	9.963.453	11.098.714	11.817.005
Soma do Ativo Real	11.851.025	12.839.943	13.962.828
Passivo Financeiro	4.338.330	2.752.458	2.442.077
Passivo Permanente	15.602.631	16.297.912	16.430.711
Soma do Passivo Real	19.940.961	19.050.370	18.872.788
Saldo Patrimonial	-8.089.936	-6.210.427	-4.909.960

A evolução do Patrimônio Líquido para o período, foi positiva, tendo em vista que houve uma redução do Passivo Real Descoberto de R\$ 3.179,9 milhões, ocasionada pelos superávits patrimoniais dos exercícios de 2006 e 2007.

4. A Avaliação do Regime de Previdência do Estado

O Regime Próprio de Previdência do Estado do Paraná é gerido pela ParanaPrevidência, Serviço Social Autônomo criado pela Lei-PR nº 12398/98, mediante transformação do antigo IPE - Instituto de Previdência do Estado.

O modelo de seu financiamento, segundo Plano de Custeio estabelecido a partir de estudos atuariais realizados entre 1996 e 1998 e que resultaram na Avaliação Atuarial Inicial que acompanhou o ante-projeto que resultou na Lei-PR nº 12398/98 pressupõe a migração gradativa do Regime de Repartição para o Regime de Capitalização, adotando-se, para tanto, o critério de segregação de massas, mediante constituição de dois Fundos de Natureza Previdenciária assim considerados o Fundo de Previdência e o Fundo Financeiro que passaram a compor o patrimônio da ParanaPrevidência.

Para o Fundo de Previdência, englobando os servidores ativos que na data de publicação da Lei-PR nº

12398/98, contavam com menos de 50 anos, os homens e 45 anos, as mulheres, se adotou, como forma de financiamento, o Regime de Capitalização, ao passo em que, para o Fundo Financeiro, que englobou os servidores que na data de publicação daquela lei eram inativos, juntamente com os servidores ativos que naquela data contavam com a idade superior a 50 anos, os homens e 45 anos, as mulheres, se adotou, como forma de financiamento, o Regime de Repartição.

Desde a inauguração do novo modelo o estado do Paraná buscou dar atendimento ao Plano de Custeio estabelecido - e indicado na Tabela 8 - tendo, inclusive, transferido à ParanaPrevidência créditos oriundos dos royalties de Itaipu.

O comprometimento do estado permitiu que seu Regime Previdenciário adquirisse adequado nível de equilíbrio, incluindo a formação de um Patrimônio - vinculado ao Fundo de Previdência - da ordem de R\$ 7 bilhões, conforme explicitado na Avaliação Atuarial do exercício de 2007, que compreendeu o Parecer Atuarial sobre a situação financeiro-atuarial do Fundo de Previdência da ParanaPrevidência, emitido pelo atuário externo da ParanaPrevidência. Esta avaliação atuarial, ao mesmo tempo em que indicou um superávit da ordem de R\$ 168 milhões apresentou um déficit técnico acumulado da ordem de R\$ 131,3 milhões.

Tabela 8 - Plano de Custeio Estabelecido pela Lei-PR nº 12398/98			
Alíquota de Contribuição	Composição		Base de Cálculo
	Cont. do Estado	Cont. dos Servidores	
21,93*	10%	10%	Total da remuneração do cargo efetivo, proventos e pensão até R\$ 1.200,00.
	14%	14%	Total da remuneração do cargo efetivo, proventos ou pensão que exceda a R\$ 1.200,00.
* A transferência total do montante de contribuição resultante da incidência da alíquota total.			

Ao longo do tempo a execução do Plano de Custeio sofreu uma série de intercorrências de ordem estrutural. Sob a ótica estrutural destacam-se a não realização da contribuição de inativos e pensionistas nos níveis determinados e o questionamento judicial na progressividade da alíquota de contribuição o que, na prática, tem feito com que o nível de contribuição dos servidores ativos se dê em índice equivalente a 10%, quando o esperado seria uma contribuição média da ordem de 10,96%. Do ponto de vista conjuntural destacam-se a sobrevivência das Emendas Constitucionais nºs 41 e 47, o expressivo acréscimo no número de servidores admitidos pelos concursos públicos realizados pelo estado nos últimos 6 anos e a efetiva integração do Poder Judiciário.

As intercorrências estruturais determinaram que o nível de contribuição esperado não se efetivasse indicando uma insuficiência de contribuições que foram reconhecidas conforme indicado no Parecer Atuarial, na Nota Técnica SEAP/DSF-NT-004/05, por meio da qual o estado explicitou seu compromisso de cumprimento integral do Plano de Custeio original, assumindo o ônus das

eventuais insuficiências de contribuição que devem ser apuradas e financiadas.

O atendimento desse compromisso com a consequente apuração das eventuais insuficiências de contribuições, que vêm sendo apontadas nos Balanços da ParanaPrevidência, indicam que as intercorrências de ordem conjuntural devem ser consideradas, de modo que, é razoável pressupor que o Plano de Custeio do Regime Próprio de previdência do estado deva - e venha a - ser revisto, de forma a propiciar que o estado, de fato, possa assegurar um adequado nível de capitalização e formação de reservas que ao longo do tempo, permitam a efetiva desoneração financeira e fiscal em face do compromisso com o pagamento de inativos e pensionistas.

A par dessas considerações, o quadro atual da situação financeira e atuarial do Regime de Previdência do Estado indica que o ativo total, vinculado ao Fundo de Previdência, atingiu, em dezembro de 2007, o montante de R\$ 6.987.736,00. O Programa de Investimentos do Fundo de Previdência registrou, no mesmo mês, R\$ 3.713.113,00. O quadro abaixo - Tabela 9 - indica a situação do Fundo de Previdência em dezembro de 2007.

Tabela 9 - Reservas Matemáticas Estimadas Quadro comparativo nos exercícios de 2006 e 2007		
Reservas Matemáticas	2006	2007
(1) Benefícios Concedidos	1.811.281.216,43	2.264.315.785,00
(2) Benefícios a Conceder	6.288.027.567,79	7.383.092.469,00
(3) = (1) + (2) Benefícios Concedidos e a Conceder	8.099.308.784,22	9.647.408.254,00
(4) Reserva a Amortizar de Serviços Passados	(3.424.004.835,00)	(3.913.766.359,00)
(5) = (3) + (4) Reservas Matemáticas	4.675.303.949,22	5.733.641.895,00
(6) = (7) - (5) Resultado Técnico	(302.139.788,31)	(131.365.131,78)
(7) = Ativo Líquido do Fundo de Previdência	4.373.164.160,91	5.602.276.763,22

5. Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado

São consideradas despesas obrigatórias de caráter continuado as despesas correntes derivadas de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente público a obrigação legal de sua execução, por um período superior a dois exercícios (artigo 17 da LC 101/00).

Estas despesas por apresentarem caráter de acréscimo permanente somente podem ser financiadas por acréscimos permanentes de arrecadação.

A Tabela a seguir apresenta a margem de expansão para o exercício de 2009.

Tabela 10 - Saldo da Margem de Expansão em 2009	
1000	Em R\$
Discriminação	2009
1. Arrecadação de Tributos e Contribuições	1.229.479
2. Transferências Constitucionais e Legais	372.572
3. Saldo (1-2)	856.907
4. Saldo já utilizado	853.485
Pessoal	495.586
Manutenção de Novas Penitenciárias e Educandários	25.500
PASEP	11.054
Vinculação aos outros Poderes	92.185
Vinculação para a Saúde	62.498
Vinculação para o Ensino Público	156.246
Vinculação para a Ciência e Tecnologia	10.416
5. Margem de Expansão	3.422

ANEXO II - RISCOS FISCAIS

A previsão da Receita de Recolhimento Centralizado para o exercício de 2009 conta com riscos fiscais decorrentes da não definição da reforma tributária até o encaminhamento deste projeto de lei para apreciação da Assembléia Legislativa.

A regulamentação da Emenda Constitucional nº 029, tramitando no Congresso Nacional, pode refletir num aumento de despesas não prevista até então.

A possibilidade de ocorrer a vinculação para segurança pública poderá acarretar em aumento da vinculação da receita tributária, podendo então ocasionar um redimensionamento no programa de trabalho do Poder Executivo para o exercício em questão. **À Diretoria Legislativa.**

Ofício

OFÍCIO Nº 015/08

Curitiba, 25/02/08.

Senhor Presidente:

Encaminho à V. Exa., para conhecimento da Comis

são Executiva desta Casa de Leis, atestado médico, emitido pela Clínica de Fraturas do Alto da XV, atestando afastamento e repouso pelo prazo de 45 dias a este Deputado.

Aproveito a oportunidade para reiterar votos de elevada estima e apreço.

(a) GERALDO CARTÁRIO

Indicações

INDICAÇÃO Nº 079/08

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e ao Secretário da Educação reformas gerais e complementação de construção de quadra coberta no Colégio Estadual São Vicente de Paula, em Nova Esperança.

Senhor Governador, Senhor Secretário da Educação:

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, após receber o apoio de seus Pares, REQUER seja aprovada a presente indicação, a fim de

que seja proposto ao Sr. Governador do Estado e ao Sr. Secretário da Educação que determinem a realização de reformas gerais a complementação da construção no Colégio Estadual São Vicente de Paula, em Nova Esperança, pelas razões abaixo especificadas.

Sala das Sessões, em 15/04/08.

(a) TERUO KATO

JUSTIFICATIVA:

O Colégio Estadual São Vicente de Paula obteve a construção de quadra poliesportiva coberta, anseio e sonho de longa data, agora realizado.

Ocorre que a quadra não tem traves de gol, cestas de basquete, bases para a rede de vôlei, cerca de alambrado, rede de proteção para arquibancada, etc., cujo custo, segundo o menor orçamento, perfaz cerca de R\$ 8.000,00 (oito mil reais).

Além disso, conforme detalhes especificados no Protocolo nº 9.599.583-7, o colégio necessita de pequenas reformas gerais, como troca de grades, trabalhos de jardinagem, etc., para as quais não dispõe de recursos suficientes.

Em face disso, certos de poder contar com o apoio do Governo do Estado do Paraná, solicita-se o auxílio da Secretaria da Educação, a fim de solucionar-se esses problemas.

INDICAÇÃO Nº 080/08

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e ao Secretário da Educação a complementação de construção de quadra coberta no Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos Newton Guimarães - CEEBJA, em Paranavaí.

Senhor Governador, Senhor Secretário da Educação:

O Deputado abaixo assinado, no uso de suas atribuições regimentais, após receber o apoio de seus Pares, REQUER seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposto ao Sr. Governador do Estado e ao Sr. Secretário da Educação que determinem a realização de complementação da construção da quadra coberta no Colégio Estadual Newton Guimarães, em Paranavaí, pelas razões abaixo especificadas.

Sala das Sessões, em 15/04/08.

(a) TERUO KATO

JUSTIFICATIVA:

O Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos Newton Guimarães - CEEBJA obteve a construção de quadra poliesportiva coberta, anseio e sonho de longa data, agora realizado.

Ocorre que a quadra necessita de iluminação e de obra de construção de galerias de escoamento de águas pluviais, porquanto o CEEBJA funciona somente no período noturno e, sem essas obras, a quadra continuará sem poder ser utilizada. Os detalhes dessa solicitação constam no Protocolo nº 9.599.640-0.

Em face disso, certos de poder contar com o apoio do Governo do Estado do Paraná, solicita-se o auxílio da Secretaria da Educação, a fim de solucionar-se esses problemas.

INDICAÇÃO Nº 081/08

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e à Secretária da Cultura Vera Mussi a construção de Biblioteca Cidadã no município de Terra Rica.

Senhor Governador, Senhora Secretária:

O Deputado abaixo assinado, no uso de suas atribuições regimentais, após receber o apoio de seus Pares, REQUER seja aprovada a presente indicação, a fim de se propor ao Sr. Governador do Estado e ao Secretário da Educação a construção de uma Biblioteca Cidadã no município de Terra Rica pelas razões que especifica na justificativa abaixo.

Sala das Sessões, em 15/04/08.

(a) TERUO KATO

JUSTIFICATIVA:

No município de Terra Rica reside grande número de trabalhadores rurais que labutam nas lavouras de cana e mandioca. Ou seja, nessa região vivem pessoas com baixíssimo poder aquisitivo, que não têm condições de arcar com os custos do material escolar de seus filhos, que dirá com a compra de livros infantis ou de pesquisas.

Em face dessa realidade, não há como se oferecer às crianças e adolescentes dessa região atividades culturais que lhes despertem o gosto pelo estudo e pela leitura sem o auxílio do estado.

A construção de uma Biblioteca Cidadã em Terra Rica, portanto, mais do que constituir-se em importante vetor de desenvolvimento intelectual e cultural para os estudantes do ensino básico e fundamental daquela região, é ferramenta indispensável para complementar-se o processo educacional dessas crianças e adolescentes.

INDICAÇÃO Nº 082/08

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e à Secretária da Cultura Vera Mussi a construção de Biblioteca Cidadã no município de Tamboara.

Senhor Governador, Senhora Secretária:

O Deputado abaixo assinado, no uso de suas atribuições regimentais, após receber o apoio de seus Pares, REQUER seja aprovada a presente indicação, a fim de se propor ao Sr. Governador do Estado e ao Secretário da Educação a construção de uma Biblioteca Cidadã no município de Tamboara pelas razões que especifica na justificativa abaixo.

Sala das Sessões, em 15/04/08.

(a) TERUO KATO

JUSTIFICATIVA:

No município de Tamboara reside grande número de trabalhadores rurais que labutam nas lavouras de cana e mandioca. Ou seja, nessa região vivem pessoas com baixíssimo poder aquisitivo, que não têm condições de arcar com os custos do material escolar de seus filhos, que dirá com a compra de livros infantis ou de pesquisas.

Em face dessa realidade, não há como se oferecer às crianças e adolescentes dessa região atividades culturais que lhes despertem o gosto pelo estudo e pela leitura sem o auxílio do estado.

A construção de uma Biblioteca Cidadã em Tamboara, portanto, mais do que constituir-se em importante vetor de desenvolvimento intelectual e cultural para os estudantes do ensino básico e fundamental daquela região, é ferramenta indispensável para complementar-se o processo educacional dessas crianças e adolescentes.

INDICAÇÃO Nº 083/08

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e ao Secretário da Educação reformas urgentes no Colégio Estadual Lourdes Alves S. Melo, em Itaguajé.

Senhor Governador, Senhor Secretário da Educação:

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, após receber o apoio de seus Pares, REQUER seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposto ao Sr. Governador do Estado e ao Sr. Secretário da Educação que determinem a realização de reformas gerais no Colégio Estadual Lourdes Alves S. Melo, em Itaguajé, pelas razões abaixo especificadas.

Sala das Sessões, em 15/04/08.

(a) TERUO KATO

JUSTIFICATIVA:

O Colégio Estadual Lourdes Alves S. Melo, em Itaguajé, necessita de reformas urgentes, pois está com o telhado, o forro, beirais, portas, encanamento dos banheiros, piso, estrutura da cobertura do pátio interno, etc, comprometidos.

Também toda a parte elétrica da escola necessita de reparos.

Em face disso, certos de poder contar com o apoio do Governo do Estado do Paraná, solicita-se o auxílio da Secretaria da Educação, a fim de se solucionar com urgência esses problemas.

INDICAÇÃO Nº 084/08

SÚMULA:

Solicita a implantação de uma linha de ônibus ligando o terminal Vila Angélica localizado no município de Araucária, até o terminal Pinheirinho localizado no município de Curitiba.

Ao Exmo. Sr. Rogério Wallbach Tizzot - Secretário de Estado dos Transportes - SETR:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor o que segue:

I - Solicita a implantação de uma linha de ônibus ligando o terminal Vila Angélica localizado no município de Araucária, até o terminal Pinheirinho localizado no município de Curitiba.

Sala das Sessões, em 15/04/08.

(a) ROSANE FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

Temos recebido reclamações dos usuários do transporte coletivo quanto a inexistência de uma linha direta de ônibus que realize o percurso compreendido entre o terminal de ônibus do Vila Angélica, localizado no município de Araucária e o terminal do Pinheirinho na cidade de Curitiba. A inexistência desta linha provoca o acúmulo de passageiros nos ônibus Ligeirinhos, que os levam do terminal Vila Angélica até o terminal do CIC. Neste último, os usuários devem, necessariamente, optar por embarcar no Interbairros IV ou num alimentador que os levem até o terminal do Pinheirinho.

Além das reclamações pela superlotação, o tempo gasto necessário para o percurso correspondente é outro problema apontado. Uma linha direta de ônibus saindo do Terminal Vila Angélica até o Pinheirinho, traria grande benefício aos usuários com redução deste tempo para chegar ao destino necessário, poupando-os também de enfrentar novas filas para entrar nos ônibus, sobretudo em horários de pico.

Cumpram ainda destacar que atualmente elevou-se muito o número de usuários que utilizam o itinerário acima descrito devido ao aumento de trabalhadores que laboram nas proximidades do terminal Vila Angélica, além das faculdades localizadas na região.

Considerando o acima exposto, sugerimos a implantação de uma linha direta capaz de atender o percurso entre os terminais Vila Angélica e Pinheirinho.

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 727

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, SOLICITA que seja justificado o não comparecimento às Sessões dos dias 08, 09 e 10/04/08 devido a reuniões partidárias em Brasília.

Sala das Sessões, em 15/04/08.

(a) OSMAR BERTOLDI

REQUERIMENTO Nº 728

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, autorização desta Casa de Leis para ausentar-se do país, com destino a Argentina, no período

de 16 a 23 de abril do corrente ano, sem ônus para o Poder Legislativo.

Sala das Sessões, em 15/04/08.

(a) OSMAR BERTOLDI

REQUERIMENTO Nº 741

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, regime de urgência para a tramitação do Projeto de Lei nº 825/07, de autoria do Deputado Mauro Moraes e que tem por objetivo estabelecer eleições diretas para o cargo de Diretor do Colégio Estadual do Paraná.

Sala das Sessões, em 15/04/08.

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 744

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do douto Plenário, a inserção em ata dos trabalhos desta Casa de Leis, de voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Mailton Rodrigues, ocorrido no último dia 13 no município de Tamboara, Paraná.

Sala das Sessões, em 15/04/08.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

Vitimado por insidiosa doença, e com pouco mais de 40 anos, foi sepultado na tarde de domingo passado, dia 13, na cidade de Tamboara, o Sr. Mailton Rodrigues.

De família pioneira, ali nascido, o pranteado, mercê da sua alegria e do seu companheirismo, era alvo da amizade de todos os seus concidadãos. Trabalhador, era muito dedicado à família, deixando entristecida a viúva, Sra. Cleusa Rodrigues e as filhas, Dayane e Débora.

Por se tratar de pessoas do relacionamento pessoal do Deputado subscritor desta moção, solicita-se à Mesa, o encaminhamento de cópia desta moção à Sra. Cleusa Rodrigues, como mostra do tributo desta Casa, à memória do contrerrâneo paranaense.

REQUERIMENTO Nº 745

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do douto Plenário, a inserção em ata dos trabalhos desta Casa de Leis, de voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Elias Leite da Silva, ocorrido no último dia 04, no município de Campo Magro. Era uma pessoa muito querida pelos seus familiares, amigos e conhecidos, deixando muitas saudades em todos.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 15/04/08.

(a) LUIZ ACCORSI

REQUERIMENTO Nº 735

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a manifestação do soberano Plenário, seja inserido, na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações à Associação dos Engenheiros Agrônomos de Londrina, na pessoa de seu Presidente, Florindo Dalberto, pela realização, em Londrina, do 4º Congresso Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural, a ser promovido em parceria com a Federal Estadual da categoria. O evento ocorrerá de 13 a 15 de maio deste ano, com a participação de agrônomos de todo o país e sua realização tornou-se possível porque o Paraná detém experiência consolidada no campo da ATER, hoje referência nacional. Há que se destacar que é de alta qualificação profissional o trabalho dos nossos engenheiros agrônomos, somada aos que militam no campo de assistência técnica e extensão rural.

Esse congresso vai movimentar a rede hoteleira, o comércio e a cidade de Londrina, além de proporcionar a troca de experiência entre os participantes, fato muito importante para todos os profissionais da área. O resultado final, com certeza, será de grande valia para a agricultura brasileira.

Requeiro que essa homenagem e o reconhecimento público desta Casa sejam comunicados ao Presidente Florindo Dalberto. Com os parabéns a ele e seus Diretores, pela conquista de tão relevante evento para Londrina.

Sala das Sessões, em 15/04/08.

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO Nº 749

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual adiante assinado, enquanto Presidente da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, no uso de suas atribuições regimentais e dentro da sua obrigação constitucional, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Exmo. Sr. Diretor-Presidente do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, Victor Hugo Burko, solicitando medidas urgentes para apurar denúncia de corte ilegal de árvores, ocorrida no município de Campo Magro/PR.

Existem relatos de supressão e transporte de madeira nativa de forma reiterada nesta região. A presente solicitação toma caráter emergencial ao passo que já foi noticiado à Delegacia de Proteção ao Meio Ambiente e encontra-se no IAP - Diretoria de Controle de Recursos Ambientais, sob Denúncia nº 20110.

Sala das Sessões, em 15/04/08.

(a) LUIZ EDUARDO CHEIDA

REQUERIMENTO Nº 747

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual que subscreve, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, informações do Governo do Estado, por meio da Secretaria da Fazenda,

acerca do mandamento contido no artigo 4º, parágrafo 1º, da Lei Complementar Federal de nº 063/90, *que determina o depósito ou repasse de 25% (vinte e cinco por cento) aos municípios no momento em que a arrecadação estiver sendo realizada à “conta de participação dos municípios no ICMS,” ainda que a extinção do crédito seja por compensação ou transação.*

Ocorre que, com objetivo de obter uma complementação às informações contidas no Requerimento de Protocolo nº 9.639.861-1, REQUER-SE as seguintes informações:

1) o valor total dos precatórios protocolados junto à Secretaria da Fazenda nos últimos 5 anos;

2) o valor total, para o mesmo período, de ICMS compensado com precatórios no estado;

3) o valor total repassado a cada município, como previsto na Lei Complementar nº 063/90;

4) no caso de não serem repassados tais valores aos municípios provenientes de compensação com precatórios, qual o fundamento legal para tal, visto que há mandamentos de Lei Complementar para o recolhimento de 25% proveniente de arrecadação tributária estadual aos mesmos;

5) houve compensação de outros créditos tributários com precatórios? Quais e qual o respectivo valor a partir de 2001?

Sala das Sessões, em 15/04/08.

(a) ELIO RUSCH

Apoiamento:

Valdir Rossoni e Ademar Traiano.

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 148/08

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública o PROVOPAR de Maringá - Programa do Voluntariado Paranaense, com sede e foro no município de Maringá.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 15/04/08.

(a) CIDA BORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

O PROVOPAR de Maringá foi fundado em 1983 e desde então vem prestando relevantes serviços à comunidade carente de Maringá.

O relatório de atividades da instituição, demonstra o incansável trabalho dos voluntários do PROVOPAR.

O desenvolvimento do voluntariado é uma das grandes bandeiras do PROVOPAR de Maringá e nessa linha vem colaborando de forma significativa com a Ação Social de Maringá que, em conjunto com entidades legalmente constituídas, vêm levando alento às famílias mais necessitadas.

PROJETO DE LEI Nº 149/08

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º O artigo 1º da Lei nº 14636, de 13/01/05, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Ostomizados de Maringá - OSTOMAR, com sede e foro no município de Maringá.”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 15/04/08.

(a) CIDA BORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

A OSTOMAR foi declarada de utilidade pública em 2005. Contudo, em 2007 foram promovidas adequações estatutárias para atender exigências do Conselho Nacional de Assistência Social. Nessa ocasião foi alterada a razão social e o endereço da entidade, razão pela qual é necessária a alteração do nome da instituição na declaração de utilidade pública.

PROJETO DE LEI Nº 150/08

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º A Secretaria de Estado da Educação, fica autorizada a implementar na grade curricular nas escolas de nosso estado, instruções de prevenção e como proceder frente a acidentes, bem como primeiros socorros, salvamento e prevenção e combate a princípios de incêndio e desocupação, adequado a cada faixa etária, desde o ensino básico, até o ensino médio, sendo assim as escolas públicas e privadas deverão estar aptas a essas atividades a partir do ano letivo de 2009.

Art. 2º Os imóveis de uso residencial deverão ser dotadas de equipamento de combate a incêndio, dentro das unidades, próximo a cozinha, independente da proteção do condomínio, de extintor de incêndio com capacidade extintora de no mínimo, 1A5BC que abrange todas as classes de incêndio.

Art. 3º Para a expedição do “habite-se”, transferência de imóveis e contratos de locação, far-se-á obrigatório a apresentação do Laudo Positivo da Vistoria do Corpo de Bombeiros que verificará as condições aparentes da rede elétrica, aquecedores de água de passagem e caldeira, ventilação do local e chaminé desses aquecedores, centrais de GLP, entrada de gás de cozinha e mangueiras, alarme de vazamento de gás e existência do extintor contido no artigo 2º.

Art. 4º Os condomínios verticais, tanto de uso comercial e residencial deverão ser dotados de equipamentos apropriados e específicos de remoção de PNE's (Pessoas com Necessidades Especiais) pelas escadas da edificação com segurança.

Art. 5º Fica autorizada a realização, pelo Corpo de Bombeiros do Estado do Paraná, de convênios com entidades nacionais e internacionais, destinados a estreitar o relacionamento da corporação com os corpos de bombeiros voluntários.

Art. 6º Esta lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 15/04/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Devido ao crescimento acentuado dos incêndios em nosso estado, que, por exemplo, em 2005 foi na ordem de 56% a mais que no ano de 2004 de ocorrências do Corpo de Bombeiros só em Curitiba, onde tivemos fatalidades decorrentes desses incêndios, a exemplo das duas crianças, de 11 e 9 anos que faleceram devido a um incêndio em sua casa, na região metropolitana de Curitiba, tendo a preocupação com o povo de nosso estado, viemos propor: simples atitudes podem preservar vidas e patrimônio, onde devemos, através de legislação, implementar na grade curricular nas escolas de nosso estado, instruções de prevenção e como proceder frente a acidentes, bem como prevenção e combate a incêndio a princípios de incêndio e desocupação, adequado a cada faixa etária, desde o ensino básico, até o ensino médio.

Essas noções trarão aos jovens não somente conceitos, mas mudança na cultura e principalmente redução nos índices, que hoje são cada vez mais preocupantes.

Em complemento ao programa, desde a sua implantação, deverão, as residências, conforme critério em seguida descrito, ser vistoriada, onde serão verificados itens como, condições aparentes das instalações elétricas, condições aparente da central de gás, com suas devidas especificações, conforme CPI do Corpo de Bombeiros do Estado do Paraná, condições dos aquecedores de passagem ou caldeiras de aquecimento de água, bem como ventilação, onde estiverem instalados, infelizmente é comum, pessoas virem a falecerem por má condição de manutenção desses equipamentos, condições da entrada de gás e mangueiras de gás dentro da validade, quando aplicável, alarme de vazamento de gás e estar equipada com equipamentos de combate a incêndio, nas unidades autônomas, de no mínimo, 1A5BC, porém afim de não onerar o cidadão, por tal imposição, criamos um dispositivo que num futuro próximo teremos se não todas as residências, mas grande parte delas, com tais equipamentos.

Nessa proposta seria colocado um extintor de incêndio, de fácil acesso e visualização, próximo a cozinha, com capacidade extintora, 1A5BC, que é o sufici-

ente ao primeiro combate, atendendo a todos os tipos de incêndio e pela facilidade de aquisição do mesmo, além do custo reduzido. Este equipamento tem capacidade de extinção equivalente a um engradado de madeira de 30kg, acondicionado de forma a dificultar sua extinção (teste classe A) ou um recipiente com 58,5 litros de combustível em chamas (teste classe B), onde as chamas chegam a atingir 2 metros no teste de classe A e 4 metros no teste da classe B, NBR 9443/84 e NBR 9444/86 e não condutor de energia elétrica conforme NBR 12992/93, normas para métodos de ensaio. Esse extintor seria específico, independente dos extintores situados nos corredores dos condomínios, garagens ou central de gás.

A obrigatoriedade da instalação desses extintores seria a imóveis novos, onde para receber o habite-se seria verificado a existência desses equipamentos, em imóveis comercializados (compra e venda), que para efetivar a transferência da escritura do mesmo, deverá ser anexado o laudo positivo de vistoria e nos imóveis a serem locados, somente poderão receber seus inquilinos após a emissão do laudo de vistoria. Há de se entender que nessas três circunstâncias visa preservar o novo habitante e não invade a privacidade ou onera o morador já existente, sendo a ele facultativo nesse primeiro momento.

A vistoria será realizada pelo Corpo de Bombeiros, COSEDI ou outro departamento que tenha pessoal capacitado a essa avaliação. Os laudos anexados a contratos e escrituras deverão ser fiscalizados pelos órgãos competentes. Vale lembrar que tal obrigatoriedade visa não só proteger os habitantes do imóvel, como também preservar o direito a vida dos vizinhos e Bombeiros que também acabam envolvidas em um incêndio.

Na grade curricular, deverá conter, no mínimo e apresentado ao menos uma vez em cada um dos dois semestres do ano letivo: quais os principais fatores que causam um acidente; como evitar um acidente doméstico; como proceder em uma situação de emergência; a quem recorrer 190, 193, vizinhos; como informar as autoridades a situação; incêndio, como evitar; como proceder em caso de incêndio; noções de combate a incêndio alarme e desocupação do local; como proceder até a chegada dos bombeiros.

PROJETO DE LEI Nº 151/08

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituído o Dia Estadual do Plantio de Árvores Nativas, no calendário oficial do estado do Paraná, a ser comemorado anualmente no dia 21 de setembro.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 15/04/08.

(a) DR. BATISTA

JUSTIFICATIVA:

O Brasil ocupa a preocupante quarta colocação entre os países que mais contribuem para o efeito estufa no planeta. As principais atividades responsáveis são as queimadas e o desmatamento. Em seguida vêm os transportes através da queima de combustíveis fósseis. Além, é claro, dos processos industriais que se utilizam largamente de energia proveniente do petróleo.

Todos esses fatores são os causadores do aquecimento global, que tem elevado as temperaturas em todo o planeta. E o grande desafio do Brasil e do mundo é reverter esse processo. Uma das medidas sugeridas é o plantio de árvores, pelo qual é possível neutralizar parte das emissões de gases de efeito estufa geradas pelas ações humanas. Quando uma árvore está em fase de crescimento, pelo processo de fotossíntese ela absorve gás carbônico, presente na atmosfera, para formar seu corpo e assim reduz a concentração desse gás que provoca o efeito estufa.

Estamos comprometidos com o desenvolvimento sustentável e se faz necessário ações concretas para a defesa da vida no planeta. Da nossa vida. Precisamos dos recursos do planeta. Precisamos ar puro, alimento e água. As árvores sequestram carbono durante a sua vida, além de serem responsáveis pela filtração de água no solo, outro fundamental elemento para a vida.

PROJETO DE LEI Nº 152/08
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituído no âmbito do estado do Paraná o Mês da Conscientização da Manutenção Preventiva de Veículos Automotores, a ser comemorado, anualmente, no mês de junho, cujo evento fará parte do calendário oficial do estado do Paraná.

Art. 2º O estado do Paraná, através do Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN-PR, em parceria com os Sindicatos da Indústria de Reparação de Veículos e Acessórios - SINDIREPAS, promoverá, durante o Mês da Conscientização da Manutenção Preventiva de Veículos Automotores, palestras, cursos e outras atividades que ressaltem a importância de políticas públicas voltadas à prevenção de acidentes de trânsito, envolvendo tanto pessoas - motoristas e pedestres, quanto as condições dos veículos, através de blitz informativa e educativa.

§ 1º - Para a consecução dos objetivos e atividades descritas na cabeça deste artigo, o DETRAN-PR e os SINDIREPAS constituirão uma Comissão Organizadora para planejar, organizar e executar os eventos.

§ 2º Poderão participar da Comissão Organizadora, servidores públicos lotados no DETRAN-PR e cidadãos envolvidos com políticas públicas voltadas à prevenção de acidentes de trânsito.

§ 3º A Comissão Organizadora de que trata o parágrafo 1º deste artigo, objetivando garantir a harmonia das ações, deverá:

I - submeter à aprovação prévia do DETRAN-PR e dos SINDIREPAS, as atividades a serem desenvolvidas durante a comemoração do Mês da Conscientização da Manutenção Preventiva de Veículos Automotores;

II - criar o Selo de Vistoria que poderá ser colocado na pára-brisa do veículo vistoriado, contendo referência ao Mês da Conscientização da Manutenção Preventiva de Veículos Automotores e contendo os dizeres: "Amigo do Trânsito";

III - apresentar relatório conclusivo das ações e atividades desenvolvidas durante o Mês da Conscientização da Manutenção Preventiva de Veículos Automotores ao Diretor-Presidente do DETRAN-PR e aos Presidentes dos SINDIREPAS contendo:

- a) atividades desenvolvidas;
- b) postos de atendimento;
- c) número de veículos vistoriados;
- d) número de pessoas atendidas;
- e) ocorrência durante o evento;
- f) relatório financeiro de gastos.

§ 4º A Comissão Organizadora de que trata o parágrafo 1º deste artigo, deverá ser dissolvida após o término das atividades e ações.

§ 5º Ficam dispensados das blitz educativas e das atividades realizadas no Mês da Conscientização da Manutenção Preventiva de Veículos Automotores, os veículos que portarem o Selo de Vistoria descrito no inciso II, do parágrafo 3º deste artigo.

§ 6º O uso do Selo de Vistoria mencionado no inciso II, do parágrafo 3º deste artigo não é obrigatório, e a recusa de seu uso não acarretará infração de trânsito;

Art. 3º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias do Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN-PR.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 15/04/08.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

JUSTIFICATIVA:

Visa o projeto de lei que ora se propõe a criação no estado do Paraná de um programa de inspeção e manutenção veicular que, além de contribuir para a redução das emissões de poluentes, redução de acidentes, redução de congestionamentos, etc., promoverá a absorção de novas tecnologias no estado incentivando à fabricação de componentes sem similar nacional.

Com a implementação ora proposta, serão realizados investimentos na construção, montagem e instalações de estações de inspeções, cuja tecnologia é de última geração, utilizando-se de recursos avançados de informática e de engenharia automotiva. Além disso, a implantação de um programa de inspeção e manutenção

veicular criará empregos, em sua maioria destinados a técnicos de nível médio e engenheiros automotivos, sendo que o crescimento da demanda por esse tipo de mão-de-obra exige um esforço de formação específico.

A implementação do programa de inspeção veicular permite a formação de um banco de dados da frota circulante, o qual serve de base para estudos que orientem projetos e intervenções precisas para a redução das emissões veiculares, além da melhoria do sistema de trânsito de todo nosso estado.

Além disso, existem vários benefícios para o proprietário do veículo do ponto de vista individual:

- Aumento do valor de revenda do veículo, já que a manutenção preventiva manterá o automóvel em melhores condições mecânicas.

- Aumento da segurança do comprador do veículo usado, porque o mesmo estará com um certificado de avaliação comprovando o seu bom estado de conservação.

- Diminuição das despesas de manutenção do veículo, já que as ações preventivas possibilitam redução de gastos de reparação.

- Se houver um relatório detalhado, gerado pelo programa, servirá como um roteiro do que realmente precisa ser reparado no veículo, eliminando reparos desnecessários propostos pelo mecânico.

- Reduz o consumo de combustível devido à melhor regulagem do motor.

Assim, pedimos o apoio e o voto favorável de todos os Pares desta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 153/08
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º A presente lei estabelece diretrizes para conscientizar e disciplinar a população do estado do Paraná - pessoas físicas e jurídicas, inclusive - acerca da importância de sua efetiva participação na prevenção, e no combate e na erradicação do mosquito causador da dengue. Dispõe sobre ações governamentais que contribuam com a erradicação dos mosquitos causadores da dengue.

Parágrafo Único. Entende-se por mosquito causador da dengue o díptero do Gênero *Aedes*, e suas espécies transmissoras do vírus da dengue.

Art. 2º Os Poderes Executivos de cada município do estado, tendo em vista o bem-estar da população, poderão desempenhar ações de polícia administrativa no intuito de eliminar os criadouros e focos do mosquito transmissor desta enfermidade, tanto nas zonas urbanas, quanto nas zonas rurais.

Parágrafo Único. Para os efeitos desta lei entendem-se por criadouro qualquer recipiente natural ou artificial com coleção líquida; por coleção líquida qualquer quantidade de água estagnada e por foco o criadouro onde são encontradas as formas imaturas do mosquito causador da dengue.

Art. 3º A Administração Pública Municipal e Estadual, e esta última por meio de seus órgãos ambientais, de saúde e de suas polícias, fiscalizarão o pleno cumprimento do presente dispositivo legal.

§ 1º - Os entes de que trata o *caput* deste artigo poderão realizar vistorias nos imóveis das pessoas físicas e jurídicas, com o intuito de verificar a ocorrência de locais que possam ser propícios para a reprodução do mosquito.

§ 2º - O estado do Paraná promoverá convênios com seus municípios, em até 60 (sessenta) dias da publicação da lei para disciplinar a responsabilidade de cada uma das instituições envolvidas no cumprimento do presente instrumento legal.

§ 3º - Independentemente dos convênios previstos no parágrafo anterior, a Administração Pública, seja municipal ou estadual, aplicará imediatamente a presente lei.

Art. 4º É dever de todo cidadão apontar e relatar aos órgãos públicos competentes situações de risco, locais onde exista água parada ou quaisquer outros locais propícios à reprodução do mosquito, garantindo o anonimato.

Parágrafo Único. Caberá à Vigilância Sanitária coordenar a apuração das ocorrências de que trata o *caput* do presente artigo.

Art. 5º A autoridade competente, constatando a presença de focos do mosquito, lavrará Auto de Infração.

§ 1º - Entende-se por autoridade competente para os fins deste artigo o Poder Executivo do estado do Paraná - por intermédio dos órgãos de Vigilância Sanitária, do Instituto Ambiental do Paraná e da Força Verde - e o Poder Executivo Municipal - por intermédio da Vigilância Sanitária ou similar, Secretaria de Meio Ambiente ou similar e sua Guarda Municipal, quando houver.

§ 2º - O primeiro Auto de Infração, de caráter educativo, terá forma de notificação, devendo estar acompanhado de orientações de como proceder para a imediata eliminação dos eventuais riscos, e que as medidas a serem tomadas para que se previnam ocorrências de novos focos do mosquito.

§ 3º - Havendo a reincidência, será lavrado Auto de Infração com aplicação de multa, que será graduada em leve, moderada e grave, dependendo do número de focos encontrados.

I - Infração leve: quando detectada a presença de 01 (um) a 02 (dois) focos do mosquito vetor na fase de ovo, larva ou pupa;

II - Infração moderada: de 03 (três) a 04 (quatro) focos do mosquito vetor na fase de ovo, larva ou pupa;

III - Grave: presença de 05 (cinco) ou mais focos do mosquito vetor na fase de ovo, larva ou pupa.

Art. 6º As penalidades para as infrações descritas no parágrafo 3º do artigo anterior são as seguintes:

I - Infrações leves, multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) a R\$ 1.500,00 (Um mil e quinhentos reais);

II - Infrações moderadas, multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) a R\$ 3.000,00 (três mil reais);

III - Infrações graves, multa de R\$ 1.000,00 (Um mil reais) a R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).

§ 1º - O infrator do presente dispositivo legal poderá recorrer das multas previstas nos incisos deste artigo até a data de vencimento das mesmas.

§ 2º - O não pagamento da multa implicará em inscrição na dívida ativa do tesouro municipal ou estadual.

§ 3º - Nos casos em que após a aplicação das multas, previstas neste artigo, ainda forem constatados novos focos do mosquito, as multas, serão aplicadas em dobro, triplo, quádruplo, consecutivamente.

§ 4º Os proprietários e possuidores de baixa renda, assim considerados conforme definição a ser estipulada pelo Poder Executivo, terão as multas, de que tratam este artigo, reduzidas em 95% (noventa e cinco por cento).

§ 5º Os recursos oriundos das multas prescritas nesta lei deverão ser integralmente aplicados em ações preventivas da dengue, e para o tratamento dos indivíduos infectados.

Art. 7º Nos casos em que as autoridades competentes, assim definidas conforme parágrafo 1º do artigo 5º da presente lei, constatarem criadouros nos imóveis, deverão apresentar notificação, conforme parágrafo 2º do artigo 5º, ao proprietário ou possuidor do local.

Parágrafo Único - Após a notificação prevista no *caput*, havendo constatação de focos do mosquito no mesmo imóvel, serão aplicadas diretamente as infrações previstas no artigo 6º da presente lei.

Art. 8º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 15/04/08.

(a) LUIZ EDUARDO CHEIDA

JUSTIFICATIVA:

Inúmeras são as manchetes, por todo o país, dando notícia da escalada da dengue entre a população brasileira. Apesar de estarmos no Paraná com uma situação menos caótica, é preciso estabelecer políticas públicas para que a epidemia não tome proporções catastróficas em nosso estado. Prever uma série de ações, desde educativas até repressivas, garantirá aos Poderes Executivos do estado e dos municípios instrumentos legais e administrativos para que o Paraná tenha este problema controlado.

O ressurgimento e a expansão da dengue se devem a vários fatores, dentre eles questões relacionadas a saneamento básico, alterações causadas pelo homem em relação à mudança de paisagens e aos danos causados à flora e à fauna, bem como devido à dinâmica das cidades, a dificuldade de acesso e ao acúmulo de resíduos sólidos descartáveis dispersos a céu aberto.

Embora a incidência da dengue no estado do Paraná seja menor do que as ocorrências registradas em outros estados da federação, devido ao impactante fato de

o mosquito se proliferar com grande facilidade e indiscriminadamente em locais de água parada é que se torna indispensável um programa de prevenção, combate e erradicação do mosquito causador da dengue neste estado.

A aprovação do presente projeto de lei é de fundamental importância devido à facilidade de disseminação da doença e os índices crescentes de casos fatais da dengue no país, o que gera a urgente necessidade de seu combate, que só é possível quando o ciclo de proliferação da mesma é quebrado, com a supressão absoluta dos mosquitos que a transmitem.

A participação da população na erradicação do mosquito causador da dengue é indispensável, pois o combate à doença depende da conscientização e adoção de medidas simples de eliminação da água parada, eis que o mosquito só se prolifera em água limpa.

Outros países que já enfrentaram situações semelhantes tiveram a coragem de estabelecer regras rígidas para que a epidemia ficasse minimamente controlada conforme texto em anexo. Especialistas do Paraná e de todo o país acreditam que a dengue poderia estar controlado, com uma diminuição de até 95% nos números de casos com a população fazendo a sua parte. Agora é a vez do Paraná dar exemplo ao Brasil.

Assim os nobres Deputados, aprovando o presente projeto de lei, disponibilizarão para a comunidade instrumentos para que ela possa realizar sua participação nas medidas de prevenção, combate e erradicação do mosquito causador da dengue no Paraná, com medidas sócio-educativas¹ que servirão de exemplo para os demais estados do país no auxílio da solução deste grave problema.

Anexo I

Texto de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida em seu sítio na rede mundial de computadores.

Multar Resolve?

Ontem, morreu o Rio de Janeiro a 80ª pessoa com dengue. Para o ano que vem, estima-se que 15 dos 27 estados brasileiros estejam tão conflitados quanto está hoje o estado carioca.

A revolução da indústria farmacêutica, com seus antibióticos e vacinas, causou a falsa crença de que, para todo mal, havia remédio. Crentes de que a tecnologia nos livraria de pandemias mortais como a gripe espanhola, relaxamos a guarda. Sem prestar a devida atenção de que, a cada ano, morrem no mundo cerca de 30 milhões de pessoas contaminadas por vírus, bactérias, fungos e protozoários, demos mais valor à cura que a prevenção.

Além disso:

1. Os deslocamentos populacionais no mundo crescem absurdamente.
2. As viagens internacionais são mais intensas e de menor duração.
3. Superpopulações tornam precárias as condições sanitárias das cidades.

1. Recado do Cheida nº 149 - Paraná, 11/04/08.

4. Invasões de novos habitats expõem os humanos a novos vetores.

5. Alterações ambientais, em especial as mudanças climáticas, turbinam de forma surpreendente, estes e outros males.

Agora, um espectro ronda o nosso planeta: são as doenças reemergentes. São velhas conhecidas. Consideradas sob controle e que, por isso mesmo, não amolavam tanto nem se constituíam problema de Saúde Pública, mas que ressurgiram com força total. São elas, dentre outras, a cólera, difteria, febre amarela, tuberculose, leishmaniose e a dengue.

A dengue, depois de aterrorizar países do sudoeste asiático, reemergiu pra valer, aqui em solo pátrio, há 15 anos. Desde então, o mosquito transmissor da doença, este verdadeiro flagelo alado, aterroriza populações e faz morrer de forma indiscriminada. A divulgação do modo de transmissão e as campanhas governamentais de prevenção são de tal modo insistentes, que dificilmente haja quem desconheça que água parada favorece a doença. Estima-se que 95% dos casos deixariam de ocorrer caso a população resolvesse agir com mais responsabilidade em seu local de moradia e trabalho.

Mesmo informada, a população facilita para que os ovos do *Aedes* continuem sendo postos e suas larvas continuem a desenvolver-se pelos quintais do Brasil. O que acontece? Tendência ao suicídio? Instinto masoquista? Desleixo crônico? Irresponsabilidade aguda?

Não sei. Apenas sei que a cooperação popular é a única arma que pode por um fim a esta tragédia anunciada.

Por isso, imaginei obrigar os profissionais da Vigilância à Saúde a multarem, em caso de reincidência, aqueles que facilitam a reprodução do mosquito. Cingapura, debaixo de fortíssima epidemia, ao lado de outras medidas, teve a coragem de fazer isso. Resultado: reduziu em 78.6% os casos de contágio da dengue simples e hemorrágica entre 2005 e 2006.

Estou apresentando projeto de lei que especifica valores e determina multas cada vez mais severas conforme a reincidência. Será que resolve?

– O mosquito diz que não - fala Genivaldo, um caboclinho que cometeu a imprudência de votar em mim.

– Sei não... - matuta no seu canto a minha tia - o marvado fala isso porque a multa desfavorece ele.

Tonho, meu compadre, intervém:

– Taca logo a murta, cumpadi, depois nós pesquisa a opinião do mosquito.

Dáí, eu óio procê e piro: pergunto:

– Quiceacha?

PROJETO DE LEI Nº 154/08
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA :

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Hospital de Caridade de Palmeira, com sede e foro no município de Palmeira.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 15/04/08.

(a) LUIZ FERNANDES LITRO

JUSTIFICATIVA:

O Hospital de Caridade de Palmeira, entidade sem fins lucrativos tem por objetivo, promover e executar assistência médica hospitalar beneficente a todos que dela necessitarem. A entidade atende preferencialmente às pessoas reconhecidamente carentes de condição financeira e de modo gratuito dentro do limite de suas possibilidades e proporções estabelecidas pela legislação em vigor. Objetiva, também, cooperar com os Poderes públicos e demais organizações que tenham como objetivo a solidariedade da assistência e da promoção social dos necessitados.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da proposição em tela.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Apenas para explicar aos Srs. e Sras. Deputadas que o expediente que acaba de ser lido é a LDO, que foi entregue para nós hoje pela manhã, e passa a tramitar na Casa.

Passamos ao Pequeno Expediente. Primeiro orador inscrito, no Pequenos Expediente, com a palavra o Sr. Deputado Elton Welter.

Deputado Elton Welter (PT)

O SR. ELTON WELTER

Sr. Presidente, no final do ano passado fizemos uma grande Audiência Pública aqui sobre o Luz para Todos. Na verdade, o objetivo da minha fala hoje é que vale a pena fazer boas Audiências, porque as políticas públicas que são implementadas muitas vezes têm determinados gargalos. E a autoridade política que é atribuída aos Parlamentares e a esta Poder, realmente consegue demover idéias até de Ministros e quando se tem dados concretos as políticas públicas se consolidam. E para a nossa felicidade, aquela Audiência Pública, Sr. Presidente, que foi promovida pelo Bloco Agropecuário em parceria com os Deputados Federais e a Comissão de Agricultura, através do Deputado Pedro Ivo e dos Deputados Federais Assis do Couto e Dr. Rosinha, além dos companheiros membros do Bloco Agropecuário, diagnosticou a necessidade de algumas alterações do Luz para Todos para que de fato universalizasse o acesso da energia a todos os rincões do estado do Paraná e nos outros entes da federação.

No começo deste ano, no mês de fevereiro, estive em Brasília, fomos numa Audiência no Ministério das Minas e Energia e pedimos a prorrogação do contrato que venceria neste ano aqui no Paraná. Para a nossa felicidade, Deputada Luciana, no dia de ontem já foi prorrogado o contrato para estender este programa que é executado pela COPEL aqui no Paraná, para que ele seja prorrogado até 2010.

Tudo isso para nós é muito importante, é fundamental e os municípios fizeram todo o trabalho de cadastramento das pessoas que ainda não têm energia elétrica nas suas propriedades. O objetivo desse programa, Deputado Guimarães, que acompanha também as lutas da agricultura, é a inclusão social do pequeno produtor que nunca teve acesso à energia.

Paralelo a isso está toda uma programação onde os municípios têm maior pobreza rural, agora têm os territórios da cidadania e assim por diante. Junto com aquela Audiência que teve aqui no final do ano passado, culminou com uma Audiência no Ministério das Minas e Energia no começo deste ano. Depois tivemos uma reunião com o Presidente da COPEL, no dia 10 de março, com os representantes da ELETROSUL aqui, com o Rubens Ghilardi e o representante da ELETROSUL, o Dr. Alcindo, que é o Coordenador do Comitê Gestor do Programa Luz para Todos no Paraná. E a reunião foi para discutir aquilo que foi levantado na Audiência Pública e agora foi encaminhado, porque quando foi prorrogado o prazo que ia se encerrar neste ano, terá condições técnicas e tempo hábil para atender todas as ligações de energia elétrica para todos os rincões do Paraná.

Isso para nós é um motivo de muito orgulho e satisfação, mostra que quando esta Casa, Sr. Presidente, promove Audiências Públicas envolvendo os órgãos do Governo, diagnosticando junto aos produtores rurais que tinham problema em alguns processos de ligação de energia elétrica, isso tudo foi resolvido em um entendimento com o Ministério das Minas e Energia, a ANEEL e concessionárias que executam o serviço, como é o caso no Paraná da COPEL.

Hoje, reconheçamos aqui que há sensibilidade, quando este Poder diagnostica com clareza as necessidades para consolidar políticas públicas. Neste caso, a política de eletrificação rural, que é o Programa Luz para Todos. Quando esta Casa se reúne, faz Audiências Públicas através do Bloco Agropecuário, da Comissão de Agricultura, traz os melhores técnicos e gestores e os encaminhamentos são dados, junto com as autoridades na esfera federal e estadual, as coisas acontecem de fato.

Nos sentimos orgulhosos em pertencer a este Governo, tanto o Federal, quanto o Estadual, quando o gestor local que é comandado pelo Governador, em Audiência nossa com o Presidente da COPEL, Dr. Rubens, acatou todas as sugestões levantadas aqui.

Seria isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Segundo orador inscrito, no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Antonio Belinati.

Deputado Antonio Belinati (PP)

O SR. ANTONIO BELINATI

Nobre Presidente Nelson Justus, Srs. Deputados.

O efeito da transmissão das Sessões da Assembléia está tendo uma repercussão muito acima de todas as expectativas. Aposentados, donas-de-casa, empresários,

cidadãos do povo de um modo geral têm honrado a todos nós, acompanhando as Sessões da Assembléia Legislativa, de olho na postura e na posição de cada Parlamentar. Se alguém aqui der uma bola fora, que leva alguns segundos, a carreira do Parlamentar poderá estar condenada - quem saber até este Parlamentar - a voltar para casa e nunca mais ser eleito, porque para cometer um deslize leva apenas alguns segundos, e uma eternidade para tentar corrigir esse erro.

Presidente, recebo a COAMO, na figura do seu Presidente, Dr. José Aroldo, uma manifestação que queremos apoiar totalmente. Diz aqui o expediente: “Vimos pelo presente externar a V. Exa. a nossa preocupação em relação ao andamento das propostas que estão sendo discutidas em nível de Governo e solução das dívidas do setor agrícola brasileiro.” É a tal da renegociação da dívida da agricultura. Um problema, nobre Líder do nosso partido, Deputado Duílio Genari, que vem se arrastando, por incrível que pareça faz 15 anos que lemos no jornal, ouvimos no programa do Luiz Carlos Martins, vemos na televisão, que as entidades que representam os agricultores estão negociando ou tentando renegociar, com o Governo Federal, as dívidas de agricultores, que pelos juros que foram pagos já estão mais do que pagas, mais do que liquidadas. Vale até a história da dívida externa do Brasil, que já está muito bem paga para os bancos internacionais e até mesmo para o FMI, tamanha a carga de juros que o Governo brasileiro já tem pago dessas dívidas.

Então, está aqui, diz o ofício: “Por mais que se possa querer, não tem como exigir do setor o pagamento de uma dívida que se acumula por diversos anos, face aos mais diversos fatores que vão desde os baixos preços dos produtos agrícolas e também até a frustração das safras com problemas climáticos. De vez em quando, São Pedro dá uma aí que não é legal. Tem hora que chove demais, destrói a produção agrícola; tem hora que a chuva chega fora de prazo. Então, tem havido muita perda de produção agrícola aqui no Paraná e até mesmo no sul do país.

As entidades do setor, reunidas em Comissão Permanente, vêm negociando com o Ministério da Agricultura, com o Ministério da Fazenda, com o Ministério do Planejamento, uma proposta onde contempla as dívidas contraídas por cooperativas e pelos seus cooperados, das quais destacamos PESA, Securitização, RECOP, PROTECOP... Bom, essas siglas, o povo não vai entender. Em resumo, o que eu quero é apoiar a COAMO, apoiar todas as entidades, apoiar os agricultores, porque quando a agricultura vai bem, o comércio também vai bem.

Passa a usar o horário da Liderança do PP

Quando a situação da agricultura está boa, eu me lembro, já trabalhei no comércio, de faxineiro, de empacotador, de balconista de loja e teve um tempo em que o agricultor colhia a sua safra, e era tão bom que até o empregado da fazenda, que antes era o colono depois fizeram uma lei a pretexto de ajudar o agricultor e aí

arrasaram com os trabalhadores rurais, que hoje foram transformados, quase todos eles, em bóias-frias. Por que bóias-frias? Porque 5h da manhã, 5h30 da manhã, o trabalhador é colocado em cima de um caminhão, de um pau-de-arara, e é levado para uma fazenda, às vezes, a 10, 15, 20 quilômetros, muitas vezes até para outras cidades. Quando chega à fazenda levado pelo “gato”, o que coordena os bóias-frias, é feito um leilão como se fosse um concurso de escolha da Miss Brasil. Eles olham para o trabalhador que é mais forte, mais reforçado: “Para você tem serviço”. O outro que está ali, magricelo porque não come direito, apesar de o Lula garantir que agora o povo está comendo, mas tem muito trabalhador magricelo que quase não come, esse fazendeiro olha e diz: “Para você não tem serviço”. Muitas vezes esse coitado que foi de caminhão até a fazenda e só ganha no dia em que trabalha, muitas vezes volta até a pé para a sua casa, porque ele passou a morar na cidade ou no patrimônio pagando aluguel.

E quem é o patrão do bóia-fria? Um dia é o Sr. Manoel, depois de amanhã é o Sr. João. Na outra semana é o Pedro. Quando ele cai doente, quem responde por ele? Ah, daí ele vai para o hospital servir de cobaia para os estudantes abrirem a barriga dele e aprender como é que se lida na barriga do rico.

Então, eles usam o coitado do trabalhador pobre como bucha do canhão para fazer experiência na barriga do trabalhador pobre. Essa é a situação de mais ou menos 12 a 15 milhões de brasileiros que antes moravam na fazenda, eram colonos, e o fazendeiro, muitas vezes, dava um pedaço de terra para ele e dizia: “Aqui o que você plantar é seu”. Esse colono, de quando em quando, ia até o comércio da cidade e comprava cobertor, travesseiro, calça, camisa, vestido, roupa, para o ano inteiro. E a venda era tão boa que o vendedor olhava, quando via esse colono chegando, ele esfregava as mãos e dizia: “Hoje eu vou matar o boi”, porque ele iria vender para o ano inteiro para o colono. E a venda era tão boa que o patrão, o dona da loja, colocava um veículo para levar de graça esse comprador, esse freguês, de volta com a esposa, com os filhos, com crianças, para a fazenda onde ele morava. Agora, acabou isso.

Esse colono, coitado, que vida miserável, desgraçada, morando na cidade, no patrimônio, pagando aluguel, ele não sabe quem é o patrão dele, na hora que ele está numa pior, que o cabelo vai embranquecendo, não tem ninguém para socorrê-lo. Esta é a vida terrível, que piorou. Fizeram o tal do Estatuto do Trabalhador Rural para ajudar o colono e piorou, acabaram com a vida do colono, foi um retrocesso, uma marcha a ré. O objetivo da lei até era o melhor, mas a verdade é que deu errado.

Então, nobre Presidente, quando a situação vai bem na agricultura é bom para o comerciante que vai ficar mais rico, é bom para o balconista que vai vender, vai ganhar comissão, é bom para a fábrica, que o dono da fábrica vai ganhar dinheiro, vai dar mais emprego para operários, e é bom até para o trabalhador, porque quando

ele está fazendo compras, se entende que ele está melhorando a sua qualidade de vida.

Por isso defendo, Sr. Presidente, que o Governo do Presidente Lula seja mais flexível e faça uma renegociação com a dívida desses agricultores, porque a pior coisa que tem é o povo dever. Está na imprensa de hoje aqui do Paraná, aqui em Curitiba, o Governo, através do Banco do Brasil, está tomando os sítios de vários pequenos agricultores de Contenda e de outros municípios do Paraná. Isso é humanidade? Lógico que não! Dívida que foi contraída há mais de 15 anos! O cidadão tem um pedacinho de terra, foi engolido pelos altos juros, não conseguiu pagar a dívida, e o Governo está aí, saiu na TV, está no jornal, o Governo, de maneira desumana, com falta total de sensibilidade e de respeito a esta gente simples, esses agricultores aqui do Paraná, está colocando no leilão para tomar a casa desse pessoal.

Aliás, não é novidade - ontem eu fiquei espantado ao ver na televisão - pasmem os senhores o que a televisão noticiou: em Belo Horizonte um cidadão tinha uma dividadinha com quem? Não era nem com Banco, nem com loja, era com a Receita Federal e não pôde pagar o que ele estava pendurado na Receita Federal. Um cidadão, um brasileiro, minha gente, morreu sem deixar uma casa, sem deixar um automóvel, sem deixar dinheiro no Banco para a família. A única propriedade que o homem tinha era um terreninho no cemitério onde ele está enterrado. E pasmem os senhores, saiu no Brasil inteiro, a Receita Federal vai leiloar o terreninho do cemitério e o homem está enterrado ali. Será que vão jogar o defunto num canto? Tomar a única coisa que esse brasileiro conseguiu? Isso é um absurdo, é uma falta de respeito! Parece até uma piada.

O Presidente Lula não deve permitir essa afronta como a televisão mostrou: um brasileiro, dono de um único terreninho de um túmulo no cemitério sendo executado, o morto sendo executado porque tinha uma dividadinha na Receita Federal. Era a única herança que ele estava deixando para a família.

Então, Sr. Presidente, deixando o morto, porque o Governo... V. Exa. está rindo, Sr. Presidente, mas é um negócio humilhante para a família. Imagine o Presidente Nelson Justus estar enterrado ali no cemitério e ter que ser despejado, não é? É verdade, parece até piada, minha gente, mas para a família é uma coisa dolorosa, humilhante!

Mas vamos deixar o morto descansar em paz que não estamos aqui para discutir a execução que a Receita Federal está fazendo contra o morto para tomar o terreno dele, mas quero aqui reafirmar o nosso respeito aos agricultores do nosso país. O país vai bem, graças também a esse esforço, a essa dedicação do agricultor. A televisão tem mostrado e os jornais também, agricultores trabalhando de madrugada, a noite toda trabalhando na colheita, na preparação da terra, correndo para plantar, correndo para colher e nem sempre o produto tem o preço compatível com aquilo que o agricultor gastou na prepa-

ração da terra semeando e para colher aquele produto e que de repente muitos agricultores, como aqui em Contenda e algumas cidades do Paraná, o agricultor é engolido pelos altos juros bancários. Infelizmente a execução para tomar a propriedade desses agricultores quase sempre a iniciativa parte do Banco do Brasil, que é um banco do Governo! A responsabilidade pelo agricultor não estar conseguindo pagar toda a sua dívida é, em grande parte, também das autoridades que estão em Brasília.

Por isso, Sr. Presidente, estamos aqui para dar a solidariedade aos nossos irmãos, bravos guerreiros agricultores do Paraná, e tomara que as autoridades de Brasília determinem a imediata suspensão do leilão desses pequenos lotes de terras utilizados pelos agricultores do Paraná.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próximo orador inscrito no Pequeno Expediente, Deputado Marcelo Rangel.

Deputado Marcelo Rangel (PPS)

O SR. MARCELO RANGEL

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. da imprensa, cidadãos do Paraná.

Recebi um e-mail antes de ontem e gostaria de lê-lo neste momento, aqui nesta tribuna, mas gostaria que o Líder do Governo e os Srs. Deputados prestassem muita atenção, porque é um e-mail muito interessante.

(**Lê**):

“Deputado, os jornais filiados na Associação dos Jornais do Interior do Paraná - ADJORI/PR, estão preocupados com a condução do processo licitatório do Governo do Estado para divulgar as suas “obras” e licitações. Ora, os jornais periódicos, são os que circulam realmente nas comunidades de nosso estado:

Vejamos: em Curitiba, existem jornais que circulam nos bairros e atingem uma população maior do que qualquer jornal de cunho estadual. Na região metropolitana, muitas vezes, idem. Para tanto, basta procurar por uma banca de jornal e pedir ao jornaleiro, quantos exemplares são comercializados por dia, ou por semana, de qualquer jornal.

Aqui no sudoeste, existem 23 jornais, mas somente dois foram convocados para participar do processo licitatório, por circularem de terça a sábado. Não circulam aos domingos e segundas-feiras. Não possuem mais de 5 mil exemplares, portanto, a informação é limitadíssima. Muitos municípios só recebem este jornal na Prefeitura, órgão de apoio do Governo do Estado para confirmar circulação.

O preço oferecido pelo Governo do Estado, de R\$ 60 o centímetro de coluna (preço máximo), é muito acima dos cerca de R\$ 4 o centímetro de coluna (preto e branco) e dos cerca de R\$ 12 o centímetro de coluna (em cores), em média, cobrados pelos jornais considera-

dos pequenos, mas que empregam gente e fazem um trabalho de informação muito competente. Assim, ocorre em todo estado.

Volto a sugerir, conforme foi levantado na Audiência Pública, coordenado pelo senhor, que se adote o modelo de Santa Catarina. Lá a informação e a publicidade são democratizadas e os custos são reduzidos.

Sugerimos: entrar com ação suspendendo o processo licitatório para que o Governo do Estado, se realmente quer praticar a democratização da informação e da publicidade, convoque todos os jornais legalizados, que tenham as certidões negativas em dia, que apresentem o balanço e principalmente, que em suas empresas empreguem profissionais (jornalistas, fotógrafos, repórteres, diagramadores, entre outros), ou que tenham um mínimo de empregos com registro em carteira de trabalho (pelo menos cinco) e discuta a divulgação).

Outrossim, comunicamos que a ADJORI/PR realiza nos dias 6, 7 e 8 de junho, em Campo Largo, o 20º Congresso, onde vamos tratar de vários assuntos de interesse na qualificação e profissionalização de nossos jornais, revelará os vencedores do 2º Prêmio ADNORI/PR de Comunicação e também vai discutir a questão da propaganda do Governo Estadual e Federal.

Gostaríamos de receber alguma orientação sobre o assunto em questão.

Atenciosamente,

SÉRGIO JONIKAITES

Presidente da ADJORI/PR”

Outra notícia que circulou na imprensa, na coluna do jornalista Fábio Campana, a respeito do Sr. Abdo Aref Kudri, Presidente do Sindicato das Empresas de Jornais e Revistas do Paraná: ele retirou-se do consórcio que disputava as verbas de publicidade. Abdo entendeu que a licitação é dirigida e favorece uma parte da imprensa, em detrimento de outra. Pesou, no caso, sua condição de Presidente da entidade de classe.

Como se vê, senhores, tanto os pequenos órgãos de imprensa, como os grandes jornais do Paraná, estão se sentindo prejudicados, em dúvida a respeito desta licitação que pode sim, ser considerada suspeita. Quando o jornal DCI de São Paulo, de propriedade de Orestes Quércia, padrinho inclusive do Governador, padrinho de campanha, podemos dizer assim, quando o jornal ganha a licitação se apresentando como o único interessado e vai receber mais de R\$ 4 milhões, no dia seguinte lança o Governador como candidato a presidência da república. No dia seguinte que ganha a licitação, inclusive em editorial considerado jornalístico, pelo menos acredito que todos os senhores hão de convir comigo que me parece algo imoral.

Portanto, em nome da democracia e do bom entendimento, acho que precisamos adotar uma postura mais firme de fiscalização, em relação a essas licitações da imprensa e da publicidade do estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Dr. Batista.

Deputado Dr. Batista (PMN)

O SR. DR. BATISTA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Estava em um compromisso, cheguei atrasado para acompanhar a reunião da CCJ, comandada pelo seu Presidente Deputado Durval Amaral. Lá estava tramitando um projeto de nossa autoria. Sobre o projeto, Deputado Durval Amaral, o aprendizado de jogos de xadrez nas escolas públicas, como se isso aqui fosse um grande mistério, como se não provocasse um grande ensinamento às crianças.

Deputado Durval Amaral, tenho a satisfação de fazer palestras em todos os colégios da rede pública estadual, aqui no estado do Paraná. Em toda a região, Maringá, Paçandu, Sarandi, estou em contato sempre com os alunos. Percebemos que as pessoas às vezes têm uma dificuldade para o desenvolvimento do raciocínio, porque dizem que os jogos de xadrez são feitos para as pessoas de alto QI, pessoas de grande formação. Não.

Promovendo uma ampla divulgação junto às escolas públicas estaduais, beneficia uma grande vantagem: o desenvolvimento do raciocínio, por parte dos seus praticantes.

Vai dar um grande gasto para o Governo. Não tem gasto nenhum! Basta usar o quê? O mesmo raciocínio para os jogos de xadrez, usar para fazer convênios com os clubes, com as entidades, com as pessoas que realmente querem ajudar os alunos da rede pública estadual.

Eu ia ter uma explicação aqui, muito lógica, quando o meu projeto estava tramitando, está sendo discutido com o parecer favorável do Deputado Francisco Bühner e o Deputado dizia assim: “O meu parecer é favorável. O projeto tem uma grande valia, vai trazer realmente grande qualidade para o ensino dos alunos das escolas.”

O jogo de xadrez, o que é que ele faz? Impulsiona bastante a imaginação, a memória, contribuindo com o desenvolvimento da memória. Essas crianças ficam mais capacitadas. As pessoas que praticam o xadrez são pessoas que pensam na frente dos outros. Têm o raciocínio muito grande. Desempenha também um papel socializante. Às vezes que o praticante aprende que a vitória e a derrota dependem sempre de uma decisão prévia e pensada. Isso não é muito importante. Desse modo induz a reflexão, considerando que as pessoas acham que o jogo de xadrez é só para intelectual. O xadrez é uma poderosa ferramenta educativa que poderá fazer, futuramente, parte da política pedagógica, das escolas públicas estaduais.

Ser capaz de aprender com a vitória e com a derrota é algo muito importante. É mais fácil que adotar quando ainda é uma criança. Uma criança só tem o raciocínio completo do seu cérebro até os dois anos de idade.

Essa criança, depois que tem bastante estímulo, como um jogo de xadrez dentro da escola, vai raciocinar muito mais. Vai ter ocupação e vai desenvolver o seu cérebro. O jogo estimula sempre o aprendizado, mesmo na derrota.

Aprendemos muito com a derrota, até na nossa vida pública. Quando nós disputamos algumas eleições, como eu já disputei muitas, perdi algumas, ganhei outras. Aprendi muito com a derrota.

Tive uma grande sorte, achei que esse projeto não passaria, mas com a habilidade muito grande do Deputado Reni que pediu vistas, agradeço ao Deputado Reni, agora com essa explicação mostrando ao Deputado Líder do Governo nesta Casa, Deputado Romanelli, que realmente o jogo de xadrez melhora muito a memória das crianças nas escolas estaduais.

Peço ao senhor que na próxima reunião olhe com bons olhos, e os demais Deputados com essa explicação, lendo a justificativa, aprovem por unanimidade esse projeto.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Concedo a palavra ao Deputado Pastor Edson Praczyk, no Pequeno Expediente.

Deputado Pastor Edson Praczyk (PRB)

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK

Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas.

Há alguns dias lendo o meu extrato bancário, mais precisamente do meu cartão de crédito - não é cartão corporativo - detectei algumas transações financeiras que não diziam respeito nem ao meu uso do cartão, nem tampouco da minha esposa.

Era um comércio, que particularmente nunca tinha ouvido falar. Isso me chamou a atenção. Apurando melhor o extrato, fui até a minha agência bancária e com auxílio da minha Gerente se confirmou aquilo que eu tinha desconfiança: o meu cartão, para resumir o assunto, foi clonado, lamentavelmente. Fui uma das muitas vítimas que existem pelo país, em que o cartão, ou por uma transação na web, na internet, ou com esses mecanismos que comumente passaram a ser chamados de “chupa cabras”, se clonou, se conseguiu todas as informações pessoais, mais a minha senha, e no estado de São Paulo, tanto na capital como quase que simultaneamente numa cidade do interior de São Paulo, Ribeirão Preto, foram feitas algumas transações, algumas compras, totalizando quase R\$ 5 mil.

Aproveito o ensejo para reforçar o que todos já sabemos, de se ter sempre um cuidado dobrado ao utilizar seu cartão de crédito em negociações via Internet ou em negociações presenciais. Tomar todo cuidado. E ainda é pouco.

Mas, por que trazemos este assunto à pauta? Porque fui forçado a ir a uma Delegacia de Polícia e o fiz na

manhã de hoje, até pelo fato de ser uma figura pública, me resguardando de possíveis ocorrências futuras envolvendo meu nome em negociações que não são minhas, verdadeiramente. E como Parlamentar, político e como Pastor, que gosta de falar bastante, não me custou conversar com o Delegado, com o Escrivão, e Escrivã, o Investigador.

Um dos Investigadores, um senhor aposentado, me reconheceu e perguntou: “O senhor não é Deputado? O senhor é o Pastor Edson?” Aí eu falei: sou, estou aqui fazendo uma ocorrência, porque lamentavelmente clonaram meu cartão de crédito. Ele disse: “Posso fazer um desabafo?” Eu disse: Claro. “Eu sou Investigador aposentado e por uma determinação governamental, mais de 300 Investigadores que estavam aposentados foram convocados à ativa e isto nos causou um grande transtorno, sem contar que não vai resolver o problema de Segurança do nosso estado.”

Ora! Ninguém melhor ou em condições reais de falar em Segurança Pública senão quem é do meio. Comparando com V. Exa. não há ninguém aqui na Casa, ninguém que fale com tanta propriedade do meio ambiente senão V. Exa., Deputada Rosane Ferreira, e assim sucessivamente. E ele, conhecedor da Segurança, enfatizou que a Segurança não vai bem no estado, enfatizou que discorda piamente das medidas de segurança que são paliativas. Destacou, naquele tom de discordância e indignação, o caso destes mais de 300 investigadores que estavam em estado de aposentadoria, aposentadoria essa que o atual Governo questionou, como tendo sido antecipada ilegalmente.

Ele perguntou-me se eu poderia fazer público este desabafo, e certamente se ele o fizesse seria submetido a represálias, a críticas no próprio meio, na própria corporação, na Polícia. E me comprometi que o faria na tarde de hoje. Me comprometi a apenas não revelar seu nome, preservando-o, assim.

Mas, vejam Srs. Deputados, reforço esta minha linha de raciocínio. Ninguém há, melhor de falar da situação da Segurança, senão os policiais. E, naquele momento no qual eu registrava a queixa, coincidentemente estavam dois policiais militares mais os agentes da Polícia Civil. E tanto a Polícia Militar ali representada extra-oficialmente - a Polícia Militar ali representada pelos dois soldados - como os agentes da Polícia Civil afirmaram que a nossa Segurança está literalmente um caos e essa medida, Deputado Valdir Rossoni, em nada ajudou a melhorar essa situação, nem tão pouco melhorará, e está causando uma situação muito complicada para esses aposentados, a exemplo desse senhor.

Passa a usar o horário da Liderança do Bloco PSB/PRB/PV

Ele disse: “Eu tive que entrar com uma ação judicial, um mandato de segurança para garantir o que em tese já deveria ser um direito adquirido: a minha aposentadoria”.

Essas são as palavras desse investigador da Polícia Civil, Deputado Tadeu Veneri. “Há muitos dos colegas que estavam cuidando de netos justamente para que seus filhos e filhas pudessem trabalhar; outros seguiram outros caminhos, como autônomos, e estão trabalhando em várias áreas. O Governador, através dessa decisão, obrigou-os a voltar sem prever um diferencial de salário, expondo-os a uma situação muito complicada.” E eu questionei: mas o que seria ideal? “O que seria ideal para efeito de sugestão é que se fizesse isso voluntariamente, um apelo conclamando os escrivães. Se dessem essa prerrogativa, dando um diferencial financeiro até para incentivá-los, motivá-los. Seguramente, teríamos uma fila quilométrica em que muitos desejariam reingressar e o que em muito aliviaria a situação precária em termos de funcionários, em termos de logística humana das Delegacias.”

Aí ele me lembrou da fala da Deputada Rosane, da fala do Deputado Douglas, da fala do Deputado de Ponta Grossa, Marcelo Rangel, e outros mais, o próprio Jocelito Canto, de que, nos fins de semana há carência de escrivães para fazer a ocorrência, os BO's. Com essa sugestão desse profissional da área de Segurança, que torno aqui público, se resolveria, se não em curto prazo, mas em médio prazo essa carência. Então, fica aqui o nosso registro, esperando que esta fala, que não é minha propriamente dita, mas da indignação desse investigador aposentado e de mais de 300 outros que estão na mesma situação, esperando que essa fala ecoe, quem sabe, ao Palácio do Governo e às Secretarias de competência da Segurança.

O Sr. Marcelo Rangel (PPS)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Deputado, estou acompanhando atentamente seu pronunciamento, aliás, um belo pronunciamento. Mais uma vez, estamos levantando a questão da Segurança, aqui na Assembléia Legislativa, e comungo da mesma opinião do senhor de que estamos passando por um momento muito difícil com relação à Segurança. Quando conversamos com um profissional, como o senhor conversou com um policial, aí ficamos mais preocupados com a situação difícil em todo estado do Paraná.

Gostaria de colaborar, através deste aparte, com o seu pronunciamento, dizendo que encaminhei este projeto, na semana passada, porque recebi essa sugestão dos profissionais, assim como o senhor recebeu essa mesma sugestão, e fiz o projeto, já está tramitando, mas gostaria de ter o imenso prazer de receber sua assinatura como co-autor do projeto pela sua preocupação, pela sua dedicação aqui na Assembléia Legislativa, com relação a esse tema. Também acho que essas pessoas que já deixaram a corporação podem retornar para fazer esses trabalhos administrativos. Isso valorizaria ainda mais esses profissionais também.

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK (PRB)

Com certeza. Agradeço.

Inclusive, observando-se não essa imposição, que não seja feita de forma ditatorial, mas voluntária. Assim como existe o plano voluntário de demissão, também o plano voluntário de admissão, porque esses profissionais encontram-se, boa parte deles, em situação delicada para retornar e os que teriam essa disponibilidade e o fariam prazerosamente, esperava-se um reconhecimento uma vez que eles já haviam prestado o devido serviço à sociedade como policiais. E é essa a reclamação e indignação deles. Outra coisa que chamou a atenção tanto na fala do Delegado como do escrivão, da escrivã, como desses investigadores que estão nessa situação, porque eu contra-argumentei: mas, costuma-se na Assembléia Legislativa, em verso e prosa, falar que nunca se investiu tanto em Segurança, temos tantos veículos novos adquiridos, tantas viaturas de Polícia, tanto armamento. Sabe o que ele me respondeu? Esse policial disse: “De que adianta abastecer o estado com veículos novos, com armas novas, se não tem policiais suficientes para tudo isso? E os que existem não são adequadamente remunerados nem na Polícia Militar nem na Civil”.

Com a palavra, Deputada Rosane Ferreira.

A Sra. Rosane Ferreira (PV)

Apenas para registrar, Deputado, coincidentemente ontem tivemos em nosso gabinete a visita de um profissional da região de União da Vitória. E nós conversávamos com ele e entre outras questões levantadas, o que mais me chamou a atenção é não se ter dentro da Secretaria de Segurança critérios claros e transparentes, por exemplo, para a concessão do auxílio distância. Critérios claros e transparentes para transferências de investigadores ou de todo o pessoal que faz a parte administrativa da Polícia Civil.

Acho que amanhã teremos uma oportunidade ímpar para fazer esses questionamentos ao Secretário de Segurança. Deve estar confirmada a vinda dele amanhã a esta Casa, a princípio às 10h, na presidência, e espero que possamos esclarecer e discutir situações como essa.

Parabéns pelo pronunciamento, Deputado.

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK (PRB)

Agradeço o aparte, Deputada. Na sequência concedo o aparte ao Deputado Plauto Miró. Costumo dizer, Sra. Presidente, que como Pastor - e qualquer linha cristã, quer seja católica apostólica romana, católica carismática, quer seja evangélica - acredito no porvir celestial, na vida eterna após a morte, como bem todas as denominações e religiões cristãs. Mas, da forma que é anunciada muitas vezes, Deputado Plauto, de que o estado está às mil maravilhas, me sinto como Pastor, frustrado. Vejo desnecessário ser eu a pregar um céu, um paraíso, já que da forma que é apresentado, parece que o paraíso já é aqui. E é bem diferente daquilo que pude ouvir e não é a

primeira vez que profissionais da área de Segurança estão indignados e como técnicos que são na área, dizem que ainda a Segurança deixa muito a desejar. Com a palavra V. Exa.

O Sr. Plauto Miró (Partido Democratas)

Agradeço o aparte e quero me somar ao seu pronunciamento. Ouvindo tudo aquilo que é debatido nesta Casa e o senhor hoje traz com muita propriedade, um dos sérios problemas que existem dentro da corporação Polícia Militar e também da Polícia Civil é o contingente. Dia desses fizemos um pedido de informação, perguntando qual o número de policiais ativos em 2003/4/5/7 e os inativos. Porque daí, vamos trazer a verdade à tona.

Lá nos batalhões do interior ouvimos os Comandantes dizendo que o batalhão é pequeno. Eles não podem falar publicamente, mas pessoalmente eles confirmam isso. Questionamos a Secretaria da Segurança e eles dizem que não, que foi feito concurso, foi contratado, que está tudo uma maravilha. Talvez para eles que estão na direção, sentados numa cadeira almofadada e com uma bela de uma mesa. Agora, lá para a população e os policiais que têm que trabalhar na defesa do cidadão, com certeza, a coisa não vai bem. Principalmente os policiais que tanto tentam fazer, mas sem estrutura, sem pessoal, realmente é difícil.

Parabéns pelo seu pronunciamento.

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK (PRB)

Terminei a minha fala com esse investigador dizendo do reconhecimento de que esses profissionais da área são mais do que heróis em trabalharem no dia-a-dia envoltos a tamanha precariedade, o que muitos deles são obrigados. Até o equipamento de informática que possuem em suas respectivas Delegacias para que sejam de seu uso pessoal, desde impressoras até computadores, para conseguir preencher uma lacuna que lamentavelmente está aberta, criando ainda mais dificuldades, agravando-se mais a situação da Segurança no nosso estado.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Ainda no Pequeno Expediente, próximo orador inscrito, com a palavra a Deputada Rosane Ferreira, pelo tempo regimental de cinco minutos.

Deputada Rosane Ferreira (PV)**A SRA. ROSANE FERREIRA**

Presidente Cida Borghetti, Srs. Deputados presentes.

Ouvi na Sessão de ontem pronunciamento realizados por Deputados, oradores brilhantes desta Casa, que falavam sobre Cuba, as eleições no Paraguai, as FARC. Fazer um pequeno registro sobre o Paraguai.

Sobre o Paraguai falamos dos carros roubados, que vão para lá sobre as armas que vem para cá. Mas

também temos que lembrar de outras questões sérias: dos medicamentos para emagrecer, que muitas vezes levam os nossos jovens às clínicas que tratam de saúde mental; sobre os medicamentos abortivos, que muitas vezes levam as nossas mulheres à infertilidade; e sobre uma séria de outras questões; sobre o desemprego ou subemprego ligado à pirataria. Todas essas questões têm que ser debatidas no mundo globalizado.

Com relação a Cuba foi falado, ontem, que as mulheres se prostituem por um sabonete. Hoje, vendo a Folha de Londrina, o Bispo de Marajó, D. José Luiz denunciava a exploração de crianças de 12 a 14 anos, que estão se prostituindo em troca de comida, em municípios do norte do Pará. Isso não é diferente em Curitiba, na região metropolitana de Curitiba, onde meninas se prostituem por R\$ 5, o preço de uma pedra de crack. Não é diferente da história do porto de Paranaguá de algum tempo, onde tínhamos as meninas que valiam 1,99 - para a nossa total vergonha.

De Cuba, pelo pouco que sei, ligado à Saúde, é que durante muito tempo, embora com bloqueio econômico, apliquei vacinas nos centros de saúde por onde passei, importados dessa cidade. É de lá que vinham as vacinas que aplicávamos no Brasil, sob um imenso bloqueio americano. Foi de Cuba também o modelo que se tentou trazer - se melhorou, não sei afirmar - e se adequou, que é o Programa de Saúde da Família. A primeira vez que ouvi falar desse programa, uma estratégia do Governo para a inserção no Sistema Único de Saúde, discutíamos o modelo cubano. E foi na gestão FHC a primeira vez que discutíamos uma estratégia.

Então, os pronunciamentos são brilhantes, são fundamentados, têm uma verdade, mas não uma verdade absoluta.

Com relação às FARC, tenho que registrar e lamentar, Deputado Pugliesi, a nossa Ingrid Betancourt, lá, há quantos anos? Uma Senadora do Partido Verde que hoje, provavelmente, infelizmente, esteja muito e muito doente, como já se colocou aqui, e que não vemos uma luz no fim do túnel para podermos resgatá-la.

O seu pronunciamento ontem, Deputado Pugliesi, me emocionou e tenho pelo senhor um profundo respeito e admiração. Mas, tento sempre buscar o caminho do meio. E não consigo entender essa forma tão agressiva de ceifar uma vida em nome de outra. Eu não consigo! Eram essas as questões que queria deixar registradas. O tempo é curto e terei outra oportunidade para continuar a minha fala.

Muito obrigada.

Grande Expediente:

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Passa-se ao horário do Grande Expediente.

Grande Expediente: com a palavra, primeiro orador inscrito, Deputado Plauto Miró Guimarães.

Deputado Plauto Miró (Partido Democratas)

O SR. PLAUTO MIRÓ

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Hoje pela manhã tivemos uma reunião importante no plenarinho da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, porque há bastante tempo temos discutido, da tribuna, os problemas do porto de Paranaguá. Lá estiveram Deputados da Situação, do Bloco de Apoio ao Governo e Deputados de Oposição. O nosso Presidente Nelson Justus presidiu aquela reunião. Considerei produtiva, Sra. Presidente, porque esteve presente o Cláuber. O Cláuber é Diretor de Operações do porto de Paranaguá, e ele respondeu aquilo relacionado a sua área. Outras questões que foram perguntadas, inclusive, uma delas tão preocupante, que é a questão da dragagem do Canal da Galheta do porto de Paranaguá, acabou não vindo à discussão, porque ele falou que esse assunto não tem nada a ver com a diretoria a qual ele representa no porto de Paranaguá.

Mas, uma das coisas que nos chamou a atenção e por várias vezes, desta tribuna, trouxemos à discussão, é a questão dos navios que acabam esperando por vários dias fora da baía de Paranaguá, para poder entrar e atracar. Quem dá a autorização para atracar é a diretoria do porto de Paranaguá. E o Cláuber, que aqui quero parabenizá-lo por ter vindo nesta reunião, aqui, na Assembléia Legislativa, porque o que mais vemos são Secretários e Diretores fugirem do debate com este Parlamento, com os Deputados que aqui representam a população do Paraná. Por inúmeras vezes Secretários tentam se desviar da vinda à Assembléia. E o Cláuber veio, respondeu o que quis, a verdade é essa. Quando via que o assunto era um assunto que não interessava naquele momento, ele desviava do assunto e dizia que não era da área dele.

Mas, com relação aos navios que aguardam em alto mar para atracar em Paranaguá, ele colocou a versão dele, naturalmente a linha de defesa do Governo e do porto de Paranaguá, da diretoria da qual ele faz parte e naturalmente defende a posição que ele ocupa, mas ele colocou nas suas explicações que navios, muitos deles, não aguardavam todo o tempo que nós, aqui da tribuna, estávamos falando, navios que ficavam por mais de 25 dias, 30 dias e até 40 dias lá fora da baía esperando para adentrar. E ele disse que não. E nós fomos buscar os dados oficiais para que pudéssemos contrapor aquilo que ali ele falou. Como ele disse que os navios não esperavam mais de uma semana, era muito difícil um navio ter que aguardar mais do que uma semana, duas semanas, fomos buscar os dados e esses dados no mês de outubro de 2007, do mês de novembro, de dezembro e de janeiro mostram que, por vários meses, vários navios ficaram por mais de 40 dias em alto mar aguardando o momento para atracar. No mês de novembro, com mais de 40 dias, foram três. Daí, no mês de dezembro, tivemos mais cinco navios com mais de 40 dias, sem contar outros com mais de 30 dias, com mais de 20 dias.

Então, a verdade é que os navios continuam aguardando. A sistemática adotada pelo porto de Paranaguá é uma sistemática diferente dos demais portos brasileiros. Ela que proporciona essa demora, porque segundo o que ali ele falou, ele disse que o navio só pode atracar depois que a pessoa que o contratou tem a carga por carregar. Mas só que tudo é um grande dilema, Sr. Deputado, porque quando o Governo Requião assumiu no ano de 2003, automaticamente eles fizeram dentro da ordem de serviço do porto de Paranaguá uma obrigatoriedade - que a carga só pode descer para o porto se caso o navio estiver atracado. Se o navio não estiver atracado, a carga não pode descer para o porto. E outras questões técnicas. A ordem de serviço fala isso, meu amigo.

O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

Não, mas é claro que a carga só vai poder descer se o navio estiver atracado - senão é impossível, não é, Deputado?

O SR. PLAUTO MIRÓ (Partido Democratas)

Não, mas anteriormente as cargas iam - a soja - ficavam no silo público. Quando o navio atracava já carregava diretamente. Sempre foi assim. A nova metodologia que a direção do porto implantou é que está fazendo esta demora, porque anteriormente não tinha essa demora de 30, 35, 40 dias. Era muito difícil um navio ter que ficar em alto mar aguardando por tanto tempo.

Então, as coisas não funcionam bem como deveriam. Vou encaminhar depois, inclusive, ao Líder do Governo, uma cópia da relação dos navios com horários que chegaram, quantos dias ficaram parados lá, inclusive para que o senhor possa encaminhar, Deputado. Acho que o debate aqui é importante para se buscar soluções e, naturalmente, este é o papel da Oposição, é questionar, é apontar os erros. E a Situação, na pessoa do seu Líder, como V. Exa., tem que fazer o debate, tem que fazer a defesa e, naturalmente, encaminhar para frente os problemas existentes.

Só quero dar continuidade, vou dar o aparte desta questão, pois tenho dois assuntos com relação ao porto.

O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Perfeitamente, Deputado Plauto, eu agradeço. Depois vou usar o Horário da Liderança do nosso partido, mas quero dizer a V. Exa. que o que ficou claro hoje para quem participou daquela Audiência foi justamente que os critérios são muito rigorosos em relação principalmente ao seguinte: o navio só recebe ordem de serviço para atracar quando ele, navio, diz que está tudo certo, o meu contrato está OK, que tem onde colocar a mercadoria ou tirar a mercadoria, a Receita Federal diz que está OK, aí o navio pode atracar.

A verdade foi que hoje pudemos verificar que navios que se dizia que estavam 90 dias parados, o navio é que disse que não podia atracar, porque não tinha onde colocar a mercadoria - ao mesmo tempo não estava pronto do ponto de vista legal e mais do que isto, quando foi liberado em quatro dias o navio atracou. Ouvimos, todos ouvimos esse critério. Essa lista que V. Exa. possui sabemos hoje é uma lista que não condiz com a realidade operacional do porto.

Bom, Deputado, no seu papel de Líder do Governo, naturalmente, tem que defender todas as colocações que forem. Mas depois que ele terminou de falar apresentei esta relação dos dias que os navios estão lá, aguardando. Ele fez a defesa dele e é o papel dele. Mostrou o lado bom. Há navios que até conseguem carregar rapidamente, no dia que chega, no dia seguinte já atraca e outros ficam aguardando lá em alto mar para atracar.

Então, é um problema, vou lhe entregar essa relação que tem aqui que dezenas de navios ficaram mais de 40 dias pendurados em alto mar para poder carregar. É uma sistemática nova que foi implantada no porto e que, com certeza, quem está pagando é o empresário, o cidadão que contrata o navio e quando o navio chega ao porto tem que aguardar por vários dias.

Quero falar também, Deputados, Sobre o terminal de álcool que foi construído com dinheiro público para fazer o trabalho de armazenagem, importação e exportação de álcool. Só que já foi inaugurado há mais de seis meses, Srs. Deputados, esse terminal de álcool, e infelizmente até hoje não funcionou. Houve denúncias de órgãos ligados à engenharia, Instituto de Engenharia do Paraná, que disse que o terminal estava errado e tinha que passar por uma reforma, por mudanças. Hoje isso foi confirmado, que o terminal tem problema e já foi arrumado problema de quando ele foi construído. Isso ele confirmou, que haviam sérios problemas no terminal de álcool.

Para encerrar a conversa, quando questionado ele deixou claro que até hoje o terminal não foi usado, Presidente, porque não tem álcool para depositar lá. Parece que no Brasil os veículos não consomem álcool, que o Paraná não exporta e não produz álcool, e manda para outros estado. Esse terminal não está sendo usado porque, na minha avaliação, tem outro privado, a Cattaline, uma empresa conhecida aqui no estado do Paraná, e ela é que armazena todos os produtos combustíveis, gasolina, óleo diesel e também o álcool. Agora, depois que parece que o problema está sendo solucionado, mas não sei quantos milhões de reais, porque ele não falou exatamente quanto foi ali investido para sanar os problemas que existiam nesse terminal de álcool, que já foi inaugurado há mais de seis meses. Ele deixou claro que a partir de agora o terminal vai começar a funcionar, ainda nesse semestre do ano de 2008. Então é uma coisa que não ficou bem claro para nós, com relação a tudo isso.

Com o aparte o Deputado Rossoni.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

Deputado Plauto, o Diretor do porto que veio hoje, na verdade, em algumas questões ele fez aquela explanação, o lado bom do porto, mas os males que hoje acontecem no porto e os questionamentos mais firmes que foram feitos, pelo que percebi, salvo eu esteja equivocado, sempre ele afirmou: “Não, esse não é da minha área.” Ele se apertou muito quando falamos, V. Exa. citou do sumiço de 4.500 toneladas de farelo de soja. Quer dizer, 4.500 toneladas de soja é mais de 120 carretas, não estamos falando num caminhão, não estamos falando em pouca coisa. E ele não queria falar, ele falou que tinha sido encaminhado para a Polícia Federal, mas ele não foi afirmativo.

Quando se fala no terminal de álcool, ele disse que daqui a 60 dias vai começar a receber álcool. Ora, para quem já inaugurou a seis, sete meses. Agora, tenho muita expectativa da nossa visita ao porto, vamos conversar - é nossa obrigação - para visitar o silo, o silão, o silo vertical, as balanças, são coisas que tenho muitas dúvidas.

Cumprimento V. Exa. pela aplicação e pela fundamentação dos seus questionamentos hoje junto ao Diretor do porto.

O SR. PLAUTO MIRÓ (Partido Democratas)

Agradeço ao nosso Líder da Oposição, Deputado Valdir Rossoni, pelas suas palavras.

Agora, com relação, Deputado Rossoni, ao sumiço da soja, dos silos, da estrutura do porto de Paranaguá, é seriíssimo, é uma denúncia oficial, não estamos aqui falando de brincadeira. Tem um documento - o administrador Orlei de Souza Miranda tem a matrícula nº 1376 no porto de Paranaguá, ele que era lotado, no passado tinha uma chefia de divisão e atualmente está lotado no DISILO, e ele diz aqui no documento que ele mandou, interessante, para o Sr. Rui Alberto Zibetti, Diretor de Desenvolvimento Empresarial da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina. Quer dizer, foi mandado um documento oficial dizendo que sumiu, que sentiram falta de 4 milhões 591 mil e 380 quilos. Fiz a conta para ficar mais fácil, sobre a quantidade que foi. Dá 76 mil e 523 sacos de farelo de soja, que dá para carregar 127 Bitrens, aqueles caminhões grandes que vemos nas rodovias do estado do Paraná e nas rodovias do Brasil.

É grande o volume que sumiu. Ele deixa claro, ele que trabalha na área, disse que sumiu. Então, acho que isso é umas das questões que nos preocupa e o Cláuber Candian tentou nos dizer que é uma sobra técnica. Mas, pelas contas que fizemos, para fechar a sobra técnica falta bastante.

Então, tem uma denúncia de um servidor que não teve resposta, ela foi feita em 28/03/08, e nós esperamos que o porto de Paranaguá possa trazer uma resposta a esse ofício assinado por um funcionário de carreira e que tem a obrigação e a função de cuidar do silo do porto de Paranaguá.

Faltou ainda o porto de Paranaguá responder ao Deputado Valdir Rossoni sobre a dragagem. O Canal da Galheta está num ponto crítico que em breve veremos um navio encalhado e, com isso, com sérios prejuízos ao porto, ao meio ambiente e a quem contratou o navio para lá poder transportar. Tem coisa errada, o porto de Paranaguá deve aos paranaenses uma explicação clara e concreta. Estamos aqui como Parlamentares na obrigação de fiscalizar, de questionar, de cobrar tudo aquilo que está errado. Esta é a nossa função e não vamos arredar os pés desse trabalho que estamos fazendo, porque acredito que a Oposição atuante, cobrando, denunciando, faz com que o Executivo, aqueles que estão no poder se mexam para arrumar as irregularidades e os problemas que têm em seu Governo. Esse é o nosso papel.

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Próximo orador inscrito ainda no Grande Expediente, com a palavra o Deputado Luiz Eduardo Cheida, por 15 minutos.

Deputado Luiz Eduardo Cheida (PMDB)**O SR. LUIZ EDUARDO CHEIDA**

Sra. Presidente e demais Pares.

O Brasil tem se defrontado com esse flagelo da dengue, já desde aproximadamente 15 anos. O que temos visto no Rio de Janeiro dá uma demonstração do que poderá vir pela frente assim que o tempo ficar mais quente em alguns estados brasileiros, passados o outono e o inverno. Até porque são meses onde o calor faz com que a procriação do mosquito transmissor da dengue traga para nós esse verdadeiro flagelo alado e o seu vírus transmissor, o que acaba ceifando vidas, como vimos agora no Rio de Janeiro, onde as mortes já ultrapassam das 80 pessoas, falecidas com o chamado vírus da dengue.

Um recente estudo mostra que para o ano que vem, em 2009, projeta-se no Brasil que 17 estados, não menos que 17 dos 27 estados brasileiros estarão sujeitos à epidemias similares à epidemia encontrada no Rio de Janeiro.

Ou seja, é uma espécie de uma morte anunciada. Estamos ante a eminência de um verdadeiro flagelo ceifador de vidas, e isso não é história para amedrontar ninguém. Isso já está acontecendo, Deputado Romanelli, no Rio de Janeiro, e basta que leiamos os noticiários.

Pois bem, parto do princípio que muitas vezes o Poder Público relaxa a guarda, abaixa a sua defesa e aí, é claro que as ações preventivas, Deputada Rosane Ferreira, não são tão enérgicas e eficazes quanto gostaríamos.

Parto do princípio que faz 15 anos nesse país que se fala em dengue. Parodiando o Sr. Presidente: “Nunca na história desse país se falou tanto em dengue.” Como se prevenir, como se combater o mosquito, como botar areia no pratinho, como fazer com que o pneu seja esvaziado.

Parto do princípio que já é impossível um cidadão de mediana inteligência consentir que não sane nada sobre a dengue. Parece-me que nesse particular o Poder Público já fez a sua parte e fez muito bem.

Os órgãos da imprensa têm se esmerado na divulgação do problema. Como fazer para que a dengue seja contida.

Tenho um filho de seis anos que me explicava como é que faz para conter a dengue. Eu dizia para ele: onde é que você aprendeu isso? E ele dizia que foi na escola. Assim como as crianças, os jovens e os adultos, me parece que a sociedade já está suficientemente esclarecida do combate ao mosquito e principalmente da prevenção.

Ora! Se estão suficientemente esclarecidos, porque cargas d'água a doença nos ameaça? Por que o Rio de Janeiro, malgrado às dificuldades que expõem lá o Governador, da briga entre Prefeito e Governo, se o mosquito é estadual ou federal - é uma briga inócua, remonta há anos atrás - por que é que o Rio de Janeiro ainda está com esse problema?

Acredito, meus companheiros, que por essa ou por outra, está mais do que na hora da população cumprir o seu papel.

O Brasil é pródigo em ser um país paternalista. Os políticos na sua maioria são paternalistas, o Governo é paternalista, o profissional é paternalista, o dono da fazenda batiza o filho do empregado, compra o sapato, chinelo para o menino, toma cerveja no mesmo copo. Nós somos um país fraterno.

Mas de fraternidade, em fraternidade, não é assim que se previne com seriedade uma doença tão séria e tão grave quanto a dengue.

Por isso imaginei que nós aqui no Paraná poderemos dar um exemplo para o Brasil. Não só exemplo, mas chamados à responsabilidade, responder de modo mais energético. Imaginei um projeto de lei que protocolo no dia de hoje responsabilizando diretamente aqueles que facilitarem a procriação do mosquito nas suas residências, no comércio, na indústria, no seu local de trabalho, enfim, aonde ele tiver responsabilidade pelo cultivo e proliferação do mosquito, uma responsabilidade civil, direta, com a possibilidade e a obrigatoriedade dos entes da Administração Pública Estadual e Municipal de multarem impiedosamente os cidadãos que assim precederem.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB) (Aparte)

Primeiro cumprimentá-lo pelo pronunciamento, com a responsabilidade que lhe é peculiar que é o equilíbrio, mas quero introduzir um fato que ficou marcado ao longo da história.

Vejo essa questão da dengue, está uma briga e eles estão querendo batizar o mosquito da dengue, se é do PFL, PMDB, de quem é o mosquito. Ninguém está preocupado com isso. Mas recordar um pouquinho do que as autoridades falaram quando ocorreu esse surto no Governo FHC. O Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva chamou o então Ministro da época, José Serra, de Ministro da Dengue. Lembro disso no Jornal Nacional.

Então, para recordar um pouco, porque está parecendo que é só responsabilidade do Prefeito do Rio de Janeiro. Eu não quero, sinceramente, dizer quem é o responsável, mas se no outro Governo, com outro Presidente da República, o Ministro foi rotulado como o Ministro da Dengue, por que não assumir a sua responsabilidade, também? Acho que a prevenção para este caso é o que V. Exa. estava falando, mas não podemos isentar ninguém da responsabilidade. Primeiro, os Poderes; segundo, a população.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ EDUARDO CHEIDA (PMDB)

Agradeço e tomando apenas suas últimas palavras, concordo inteiramente. Acho que o Poder Público deve ser responsabilizado sempre, até porque compete a ele a parte maior e à população também. E diria a V. Exa. e aos demais Pares que pesquisas recentes apontam que 95% da dengue seria controlada, caso houvesse uma adesão da população ao combate ao mosquito, mas principalmente as ações preventivas.

Para dar uma idéia do que falo, uma legislação similar a que estou apresentando neste momento foi feita em Cingapura. Reduziu em 78,5%, segundo as autoridades sanitárias, a incidência da dengue. Cuba tentou e tomou a mesma atitude.

Sei que há cidades no Paraná que já procuram multar. Cascavel, por exemplo, uma legislação sancionada por V. Exa., Deputado Edgar Bueno, enquanto Prefeito, uma lei bonita, inclusive, tive oportunidade de ver, também determinava que fossem lavrados autos de infração no município de Cascavel, em 2002, se não me falha a memória. Também há tentativas neste sentido. Mas, o que hoje, com estas experiências acumuladas, o que trago ao conhecimento dos demais Pares e peço a aquiescência para tramitação e aprovação deste projeto, inclusive em regime de urgência, é a responsabilização da Polícia Florestal, do IAP, da Vigilância à Saúde. Portanto, das três esferas, das três Secretarias: Saúde, Meio Ambiente e Segurança e também seus similares e correlatos nos municípios.

Este é quase que um resultado do debate que fizemos aqui no último dia 7, Dia Mundial da Saúde, com a presença inclusive da Deputada Rosane, onde me pareceu que a articulação entre essas Secretarias é fundamental para que possamos fazer o combate a esses vetores.

Naturalmente, gostaria de dizer que estamos responsabilizando pessoas físicas e jurídicas, estamos dando o direito de Polícia Administrativa aos ausentes aqui do nosso estado, ao estado e aos municípios, permitindo que se vistoriem imóveis, dando ao cidadão ou colocando ao cidadão o dever de apresentar, de mostrar onde estão focos possíveis de criadouros, fazendo com que haja notificação, nos primeiros casos. E nos outros, na reincidência, as multas, de acordo com a infração. Se for leve, encontrado um a dois focos, multas de 500 a R\$ 1.500. Se for uma infração moderada, onde forem encontrados três a quatro focos, de 1.500 a R\$ 3 mil. Se for grave, encontrando cinco ou mais focos do mosquito, de 3 mil a R\$ 15 mil.

Estes recursos devem ser destinados, única e exclusivamente, à prevenção da doença. Naturalmente, o não pagamento sujeito à inscrição em dívida ativa, os cidadãos de baixa renda terão a possibilidade de um desconto, uma remissão desta multa, quase que em 90%.

Enfim, acredito, como disse a todos que está na hora também de a população colaborar de verdade.

O Sr. Dobrandino da Silva (PMDB) (Aparte)

Muito obrigado, Deputado Cheida. Quero lhe parabenizar, Deputado, pelo conteúdo do seu pronunciamento. Na verdade merece o apoio de todos e se fizer o projeto de lei que V. Exa. está propondo terá, com certeza, o apoio desta Casa.

Outro dia, já falei da tribuna que tem que haver uma conscientização do Governo Federal, Municipal e Estadual e também uma co-responsabilidade da população. Não adianta só o Governo fazer a sua parte. Tem que ser feita é claro, mas dentro da própria casa das pessoas, da grande maioria, tem proliferação de mosquitos da dengue. Então, é preciso criar mecanismos para que as pessoas sejam responsabilizadas se não cuidarem da sua parte.

Quero parabenizar pelo seu pronunciamento e seu projeto. Com certeza é o mais bem-vindo nesta Casa, atualmente.

Obrigado!

O SR. LUIZ EDUARDO CHEIDA (PMDB)

Eu agradeço, Deputado Dobrandino. Realmente, V. Exa. fala do espírito do projeto que é, sem isentar os Poderes Públicos dessa responsabilidade, responsabilizarmos diretamente o cidadão, que já sabe o que tem que fazer, mas não faz muitas vezes por falta de estímulo ou comodismo, pura e simplesmente.

A Sra. Rosane Ferreira (PV)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Mais uma vez quero parabenizá-lo, Deputado Cheida. Aprendemos muito com o senhor nesta Casa, pode ter certeza. Seu projeto me lembra muito a questão do cinto de segurança. Durante muito tempo, tínhamos propagandas e pronunciamentos falando da necessidade de usar o cinto de segurança, mas a adesão só foi conseguida com a multa. Por isso, acho que seu projeto vem em boa hora e estaremos junto com o senhor no empenho de torná-lo lei. Obrigada!

O SR. LUIZ EDUARDO CHEIDA (PMDB)

Eu que agradeço, Deputada Rosane.

Mais uma vez, gostaria de lhe agradecer e mencionar sua presença importante naquela Audiência do dia 7, onde comemorávamos o Dia Mundial da Saúde, mas onde o tema era meio ambiente, escolhido inclusive pela Organização Mundial da Saúde. Não era uma coincidência pura e simples, é porque as coisas realmente estão relacionadas.

Muito obrigado!

O Sr. Dr. Batista (PMN)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Deputado Dr. Cheida, estou acompanhando atentamente o discurso de V. Exa. e a preocupação que V. Exa. tem com o mosquito da dengue, que é a preocupação de todos. Quando estamos andando na rua, todos chegam e perguntam: “Dr. Batista, que vacina que eu tomo contra o mosquito da dengue?” Essa é uma pergunta. Não existe a vacina ainda. Essa vacina vai ser desenvolvida daqui a quatro, cinco anos.

Essa preocupação que V. Exa. tem com a população, já tive na cidade de Maringá. Fiz um projeto de lei quando era Vereador, em 1994, no início da conversa sobre a dengue, e o projeto foi de grande valia para a cidade, e agora, com esse projeto do senhor para o estado, com certeza quem vai ganhar com isso é o nosso estado e o país.

Muito obrigado pelo aparte!

O SR. LUIZ EDUARDO CHEIDA (PMDB)

Para concluir, Sra. Presidente, apenas agradecer os apartes que recebi e espero sinceramente que o projeto contribua para o povo do Paraná para que não tenhamos, de modo algum, que nos lamentar no ano que vem com uma possível epidemia. Acho que o paranaense será corajoso e suficientemente capaz de prevenir a doença.

Muito obrigado!

Horário das Lideranças:

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Passa-se ao Horário das Lideranças.

PSDB. Com a palavra o Sr. Deputado Valdir Rossoni, pelo tempo de 10 minutos.

Liderança do PSDB: Deputado Valdir Rossoni

O SR. VALDIR ROSSONI

Deputada Cida, 10 minutos é bom.

Sras. Deputadas, Srs. Deputados, amanhã teremos a presença do Secretário da Segurança aqui nesta Casa. Hoje pela manhã, tivemos a presença de um Diretor do porto. Deputado Romanelli, acho que a presença do Diretor do porto começa a dar uma demonstração de que a Oposição não é esse bicho papão que falam por aí. Precisa avisar alguns membros do Governo, principalmente os fugitivos da Assembléia, poderia citar aqui um primeiro exemplo, o Secretário da Comunicação, Pissetti, tem medo de vir aqui. Não vi nada de extraordinário, veio aqui hoje o Diretor do porto, jovem, claro que inteligente. Em determinadas questões, quando encurralado, ele saiu-se bem porque dizia que não era da sua área. Em determinados pontos esclarecedores. Mas, participei hoje de uma reunião matutina que talvez sirva de exemplo para os próximos procedimentos nossos. E é por isso que estou aqui na tribuna.

Amanhã, teremos aqui o Secretário da Segurança. Questionado pela imprensa e alguns Parlamentares, me perguntaram onde seria a reunião. Quero deixar aqui o meu posicionamento público: não vejo necessidade que a reunião seja na sala da presidência, em lugar reservado, porque não há de se ter privilégio. Somos homens públicos, andamos na rua e somos cobrados. Domingo fui à Boca e um cidadão me fez um questionamento. Estava eu, o Prefeito Beto Richa, o Senador Osmar Dias, e ele questionou falando sobre a questão das drogas que hoje campeia em muitos pontos da nossa sociedade. Fomos questionados e respeitosamente o Senador Osmar Dias respondeu, o Prefeito respondeu, eu estava ali e concordei com partes que o cidadão falou.

Agora, amanhã vem aqui o Secretário da Segurança. Apelo aos Parlamentares que me ouvem para examinarmos essa questão. Por que temos de nos reunir numa sala fechada? Não vejo o porquê. Quero dizer, Deputado Romanelli, que como Líder da Oposição me sinto constrangido em participar de uma reunião em sala fechada. Gostaria que fosse no plenarinho, com a presença de todos os Parlamentares, presidida pelo Mauro Moraes que é o Presidente da Comissão de Segurança. Transparência, presença da imprensa, da sociedade organizada, como esteve hoje pela manhã, porque amanhã ao entrar na sala fechada, parece que estamos atuando como protetores do Secretário da Segurança. O Secretário é um homem que tem condições de se proteger sozinho, não precisa da proteção desta Casa.

O que não há mais como proteger não é a pessoa, é a situação da nossa Segurança.

Então, quero propor aqui publicamente, o Presidente Nelson Justus neste momento não está presidindo, mas gostaria que a Deputada Cida transmitisse ao Deputado Nelson Justus a minha proposta. Reunião às 10h, amanhã, no plenarinho, com a presença dos Parlamentares interessados em discutir o assunto Segurança e com a presença da imprensa e da sociedade organizada.

Parece-me que essa proteção que estamos querendo oferecer ao Secretário da Segurança é uma falta de posicionamento de nós Parlamentares. Não quero compartilhar. Se não tiver outra forma de questionar o Secretário, vou participar nem que seja de um quartinho 2x2. Mas, me sentiria melhor em um lugar público, aonde todos pudessem ouvir o que vamos falar. Não preciso de proteção, os Parlamentares não precisam de proteção. Quem precisa de proteção é a sociedade. Estou trazendo este posicionamento que é meu e não reuni a Bancada da Oposição para ter esse posicionamento.

Faço um apelo aos Srs. Parlamentares para fazermos aqui uma reunião, pública e aberta, para tratar dos assuntos. Hoje aconteceu um fato importantíssimo quando estávamos questionando o Diretor do porto. Surgiu uma pergunta que foi importante, o sumiço de 4 mil e 500 toneladas de farelo de soja - são mais de 130 carretas. O Secretário tem competência suficiente e todas as condições, porque ele está dentro do problema da Segurança.

Ele vive e tem resposta para tudo. Não precisaríamos causar o constrangimento de fazer em sala fechada, porque não será produtivo, transparente e da forma que desejo. Este é o meu posicionamento, não como Líder da Oposição, porque não consultei meu Pares: participo da reunião, mas não em sala fechada.

O Sr. Miltinho Pupio (PSDB)

Concede-me um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Quatro mil e 500 toneladas dão hoje 180 milhões em dinheiro, a R\$ 400 a tonelada.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

É muita grana e passou dos meus limites. É muito farelo de soja para ter sumido lá do porto. Quando questionamos o Diretor do porto, ele se enrolou, falou que havia encaminhado para a Justiça Federal. Quando houve uma CPI do porto, aqui, foi por causa do sumiço de 1.200 toneladas. Agora são 4 mil e 500. Fica isso no ar e o Líder do Governo vai trazer mais Diretores da área e iremos ajustar e aprofundar este questionamento.

Vivemos em um momento que temos que ter muito cuidado com as notícias. Ontem, um cidadão da ANP - Agência Nacional de Petróleo, anunciou ao Brasil e ao mundo que tinham encontrado a maior reserva de petróleo dos últimos anos. As bolsas da PETROBRAS foram às alturas, o que causou uma confusão no mercado. À noite veio o desmentido. Quem não recorda aqui que foi anunciado para todo o país que o Brasil era auto-suficiente em petróleo? Ouvi, ontem, o Presidente da República anunciando no Jornal da Globo que somos auto-suficientes em petróleo. Traz um gráfico que diz que é diferente do discurso do papel, quem em 2006 o déficit em petróleo foi de US\$ 2 bilhões, em 2007 será em torno de US\$ 5 bilhões e em 2008 será de US\$ 8 bilhões. E estamos vendendo para a população que somos auto-suficientes.

Quero aqui deixar essa ressalva porque eu estava, imagine, sou Parlamentar, devo e tenho obrigação de estar bem informado, eu li nos jornais, nas revistas, nos noticiários, o anúncio da auto-suficiência em petróleo.

Passa a usar o horário da Liderança da Oposição

E ontem, no Jornal da Globo, da meia-noite, mostraram os gráficos: em 2006, 2 bilhões de déficit de petróleo, Deputado Romanelli, e eu fiquei assustado, por quê? Porque se anuncia a auto-suficiência anunciada pelo Presidente da República. Eu acreditei fielmente, prova disso é que eu nunca mais fui buscar informação. Ontem, fiquei estarelecido, além do anúncio da Agência Nacional de Petróleo, anunciando a descoberta de uma reserva petrolífera, uma das maiores dos últimos anos, ainda o comentarista da Globo para assuntos econômicos disse que há diferença do discurso para o papel. E aí disse que o déficit

de compra de petróleo, hoje, em 2006, 2 bilhões e meio; em 2007 em torno de 5 bilhões; e em 2008, 8 bilhões. Não estou fazendo críticas à PETROBRAS que é uma das empresas que é orgulho deste país. E disse muito bem aqui o Deputado Elio Rusch, ontem, há algumas questões no Brasil que os Governos podem estar errados, mas a sequência e a forma profissional com que foi administrado está fazendo com que o Brasil busque resultados altamente positivos.

Mas até ontem, meia-noite, engoli que o Brasil era auto-suficiente em petróleo. Acredito que poucos aqui não estavam com esse entendimento. Eu estava e muitos estão com esse entendimento, e não é verdadeiro. Então, o que se fala e o que se diz, às vezes, está longe da realidade.

Falou o Deputado Cheida, aqui, também da questão da dengue. Parece que a dengue não está no Brasil, a dengue é do Prefeito do Rio de Janeiro, o César Maia. E quem não recorda quando tivemos um surto de dengue - por incompetência do Governo, tem que ser reconhecido, no Governo Fernando Henrique, porque é incompetência dos três Governos, Federal, Estadual e Municipal, ou inverso, Municipal, Estadual e Federal - quem veio dar uma entrevista? O então candidato a Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e ele disse: o meu adversário será o Ministro da Dengue. Quem era o Ministro da Dengue? Era o Ministro Serra.

Ora, se naquela oportunidade a dengue era federal, hoje não é federal, hoje é municipal. Eu não quero tirar aqui a culpa do Prefeito do Rio de Janeiro, mas não é só no Rio de Janeiro que a dengue está, ela está chegando no nordeste. Ontem, um Senador da República foi internado em São Paulo com dengue. E aí, não se recorda os fatos da história quando o atual Presidente da República, então candidato a Presidente da República, rotulou o Ministro da Dengue. E o Ministro, quem é o Ministro atual? O Ministro atual vai ficar imputando a culpa em quem?

Sou uma pessoa que tenho boa memória, estou aqui porque o Deputado Cheida fez um brilhante discurso, ponderado, equilibrado, mas temos que ter cuidado, porque o Presidente Lula, neste momento, goza de prestígio junto à população. Por que não restabelecemos algumas verdades? Está aí a questão do petróleo, não somos auto-suficientes. Não é que eu não queira, eu torço, isto vai acontecer, ao longo do tempo vai acontecer, mas não são verdadeiras as afirmações.

A questão da dengue não é só do Prefeito do Rio de Janeiro. Ela é uma questão de política pública - federal, estadual e municipal.

Estou recordando estes fatos porque senão você é omissa, não recorda estes fatos e todos lembram aqui do que eu falei e do que estou lembrando que aconteceu nos últimos anos e que acontece neste momento com o caso da dengue, com o caso do petróleo, essa maravilha que estamos vivendo neste momento.

Vi o Senador Pedro Simon e ele disse uma coisa que eu - e eu quando aquele homem fala, presto atenção - o Presidente Lula quando fala no PAC, com cinco anos e quatro meses de Governo ele teria que estar indo inaugurar obras do PAC e ele está indo lançar projetos. Quer dizer, o que o Pedro Simon disse, ora, quem tem mais autoridade que o Pedro Simon, politicamente, neste país? Eu nunca vi isso! Vou lá no meio de 1.000 favelas, escolho uma favela do Rio de Janeiro, construo um ginásio de esportes, um posto de saúde, calço, construo 1.000 casas e parece que eu resolvi o problema de todas as favelas do Brasil.

Estou colocando isso, sei que talvez isso vá servir só para o futuro, mas temos que recordar.

O Sr. Ademar Traiano (PSDB)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Deputado Rossoni, ainda bem que alguns deste estado não tem memória curta e V. Exa. faz aqui um arrazoado de colocações para podermos exercitar a nossa memória, e é muito verdade aquilo que V. Exa. está falando da tribuna com relação ao que afirmava o Presidente Lula no passado e o que afirma hoje. Aliás, esta tem sido a prática do Presidente Lula e, com todas as ressalvas necessárias, há que se admirar a sua forma de ser, porque ele é um verdadeiro artista. Além de ser Presidente da República, tem uma facilidade enorme de convencimento da população brasileira e exime-se da responsabilidade, praticamente, de tudo. É assim, tem sido o seu comportamento, em nível de Governo Federal, porque não sabe de nada. Os fatos acontecem, a corrupção está permeando em todo o Governo Federal e o Presidente Lula nunca sabe de nada.

Agora só falta, Deputado Rossoni, o Presidente Lula responsabilizar os Prefeitos lá do Pará, enfim, daqueles município dos estados do nordeste que está acontecendo aquele desastre com chuvas, responsabilizar os Prefeitos pelas enchentes, porque esta tem sido a prática do Presidente Lula, lamentavelmente, como responsabilizou o Ministro da Saúde, na época, com relação à dengue no estado do Rio de Janeiro, e hoje se exime da responsabilidade, porque na verdade o Governo Federal muito pouco tem feito, porque isto é política pública e como tal tem que assumir a responsabilidade por inteiro.

Parabéns pelo seu pronunciamento.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Obrigado. Mas eu fiz toda essa retrospectiva, Deputado Traiano, para encerrar o meu pronunciamento, voltando para o Paraná. Quem não recorda o Governador Requião lançando o cais oeste? E ainda se dando ao luxo de dizer ao Governo Federal que não aceitava os 190 milhões porque tinha corrupção na licitação do cais oeste? Ele não aceitou o dinheiro, não aceitou, acusou Deputados Federais de estarem recebendo propina e o

que acontece? Hoje o Diretor esteve aqui e eu perguntei a V. Exa. ouviu falar no cais oeste? “Ouvi. Como estão as obras do cais oeste?” Não existem. Porque tem fila de navio lá fora? Tem fila de navio em alto-mar esperando para chegar no porto, porque não foi ampliado o porto. Ampliou-se a produção, não se ampliou aonde se carregam os navios. Culpa de quem? Aí quero fazer a defesa do Presidente Lula - os recursos estavam disponíveis, 190 milhões, se havia irregularidade era uma obrigação do Governador e nossa obrigação era denunciá-la, mas jamais perder os recursos!

Agora eu recebi, à tarde, uma correspondência, é um primor para a nossa história. O Superintendente do porto, mandou uma correspondência para o Ministro dos Portos, dizendo que não tem dinheiro para fazer a dragagem do Canal da Galheta, quando nós achávamos que o problema não era dinheiro. Então, esse empurra com a barriga de não fazer a dragagem, está na carta que ele mandou para o Ministro dizendo que façam recursos para fazer a dragagem, está na carta que ele mandou para o Ministro dizendo que faltam recursos para fazer a dragagem do porto de Paranaguá.

Faço esse registro porque senão amanhã vão querer dizer que o Canal da Galheta não foi dragado por causa da minha ação. Quero dizer o seguinte: as minhas ações, não é uma, é uma série, vão ter que agir dentro da lei, porque vou me socorrer sempre da Justiça! Vai obstruir? Vai obstruir, mas quem teve cinco anos e quatro meses para se adequar à lei, fazer um edital correto, dentro dos ditames da lei, foi o Superintendente do porto. Não fez por incompetência? Fica a pergunta no ar.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Esta presidência quer agradecer a presença do nosso colega e chefe da representação do Governo do Estado do Paraná, em Brasília, nosso querido Krüeger, que nos honra com a sua presença, Parlamentar que foi desta Casa. Muito bem-vindo a esta Casa de Leis, a Casa de todos os paranaenses, muito obrigada pela sua visita a este plenário da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Esta presidência quer também informar aos Srs. Deputados e Deputadas desta Casa que amanhã o Sr. Luiz Fernando Delazari, Secretário da Segurança do Estado do Paraná, estará no plenarinho desta Casa, às 10h da manhã. Por determinação da Mesa e não dele, uma reunião fechada com a presença de todos os Deputados e Deputadas, onde ele estará à disposição para todos os questionamentos.

A reunião será fechada, com a presença do Presidente Nelson Justus e dos demais Deputados e Deputadas desta Casa, e sem a presença da imprensa. Uma reunião portanto fechada, por determinação da Mesa Diretora e não do Secretário.

Próximo orador inscrito, no Horário das Lideranças, Deputado Luiz Claudio Romanelli, pelo PMDB.

Liderança do PMDB: Deputado Luiz Claudio Romanelli

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Sra. Presidente, Deputada Cida, prezado Senador Nivaldo Krüeger, hoje nosso Secretário em Brasília, satisfação em tê-lo aqui na nossa Casa.

Sras. e Srs. Deputados, o Deputado Valdir Rossoni, na tribuna, hoje parecia o Rambo, preparado para matar. Tinha uma metralhadora na mão, revólveres no colete, granadas, reconheçamos, Deputados, ele disparou para todos os lados aqui. Eu diria, Deputado Pugliesi, que foi um verdadeiro pout-pourri...

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

Deputado Romanelli, só dois segundos para fazer um comentário.

Quero dizer a V. Exa., uma coisa que não entendo de V. Exa., eu fiz um pronunciamento ali, crítico sim, respeitoso sim, e não me dirigi deselegantemente e nunca fiz considerações sobre as suas atitudes. Gostaria que V. Exa. tivesse o mesmo respeito que eu nutro por V. Exa., porque V. Exa. cada vez que vai fazer um pronunciamento para fazer a defesa do que eu falo, V. Exa. faz considerações sobre a minha pessoa.

Gostaria que V. Exa. fosse crítico às minhas ações. Contra a minha pessoa, gostaria que V. Exa. mantivesse o mesmo respeito que nutro pela sua pessoa.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Deputado Valdir Rossoni, tenho profundo respeito por V. Exa. Quando usei essa expressão, uma alegoria no sentido de poder tentar transmitir a minha impressão que tive sobre o que V. Exa. fez hoje da tribuna durante mais de 20 minutos. V. Exa., de fato, abordou temas variados e sempre com contundência. Não disse isso no sentido de poder desmerecer, até porque o Rambo é um super-herói, não o comparei a um bandido.

Enfim, V. Exa. não gostou da comparação; retiro a comparação; retiro a comparação.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

Obrigado.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Quero dizer, Deputado Elio Rusch, que entendi, V. Exa. ontem foi à tribuna abordar o tema que até suscitou aqui um debate acalorado neste plenário, por conta desse tema que envolve o petróleo e as façanhas, podemos chamar assim, da produção nacional de petróleo.

Também fiquei surpreso porque tinha ouvido e lido as declarações que o Presidente da Agência Nacional de Petróleo, Haroldo Lima, revelou que pelas pesquisas che-

gou ao terceiro maior campo petrolífero do mundo, que seria o Carioca, superior ao Tupi. Cerca de 33 bilhões de barris de petróleo. Mexeu com as bolsas no Brasil e no exterior, mexeu com o famoso humor do mercado.

À noite a Rede Globo, contrariando tudo aquilo - eu estava ainda há pouco ali no meu net fone lendo as notícias - quando o Presidente Lula inclusive comemorou a auto-suficiência do petróleo. Todas as matérias que temos na internet, Deputado Marcelo Rangel, V. Exa. pode acessar e vai ver que não tem uma única notícia que desminta a auto-suficiência do petróleo.

Bom, não vi a matéria da TV Globo de ontem, muito provavelmente talvez o que pode estar acontecendo é o seguinte - já aqui nesta Casa teve um petroleiro que era o Deputado Stica e hoje ele trabalha com um bem mais precioso que é a água - mas o fato é o seguinte: o Brasil, sabemos, as nossas refinarias não têm como processar o petróleo que extraímos da nossa plataforma oceânica. Por quê? Porque é um petróleo pesado. As nossas refinarias são preparadas para refinar o petróleo leve, esse que vem do Oriente Médio. Certamente que V. Exas. estudaram isso ainda no ensino médio. Eu estudei isso.

Deputado Cheida, concedo um aparte.

O Sr. Luiz Eduardo Cheida (PMDB)

Apenas para dizer que o Presidente da ANP, ou ele é um inepto para o cargo, um irresponsável e não tem competência para o cargo, ou é um malandro. Espero que ele seja inepto para o cargo e deve ser trocado.

O que ele fez, Deputado Romanelli, com a especulação com relação à instituição séria como a PETROBRAS e milhares e milhares de acionistas foi algo inominado. Isso em qualquer país sério no dia seguinte, ou no mesmo dia, ele estaria demitido do cargo e substituído. Não é pouca coisa. Veja que muita gente entrou nessa conversa, porque foi uma informação na onda inclusive do descobrimento do primeiro poço, e isso joga numa falta de credibilidade, daqui para frente, muito grande. Aproveitando o seu pronunciamento e agradecendo o aparte, acho que é forçoso que possamos comentar isso, é uma contribuição para o Governo Lula e lembramos que a inépcia ou a malandragem foi o que ocorreu no dia de ontem, com relação a essa questão.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Espero ainda uma terceira opção, que ele esteja falando a verdade. Que exista de fato esse campo petrolífero, que existam essas reservas e que o país possa se aproveitar disso.

Mas em relação a esse déficit que foi dito pelo Deputado Pugliesi, mas que foi abordado primeiramente pelo Deputado Elio Rusch, é em relação, com certeza absoluta, ao tipo de petróleo que extraímos e tipo de refinaria que possuímos. Não tenho dúvida disso.

Em relação ao porto de Paranaguá. Hoje fiquei orgulhoso e gosto de ver pessoas jovens, competentes, com aquela paixão de fazer as coisas, como esse jovem

Cláuber Candian que esteve aqui hoje. Especialista em logística, fez uma belíssima apresentação sobre Paranaguá. Demonstrou quais são os procedimentos e o que me surpreendeu é que eu não sabia que o porto de Paranaguá estava tão normatizado quanto ele demonstrou.

Porque os critérios são objetivos, a grande maioria dos logísticos sabe quando é que um navio pode e deve atracar, quando ele pode e deve iniciar a operação no porto. Demonstrou com essa transparência que funciona, inclusive através de um portal na internet, explicou que essa movimentação da carga é acompanhada on-line por todos. Fiquei muito satisfeito de ver a competência que ele pôde demonstrar em relação à operação portuária.

Mais do que tudo, desmistificou algumas coisas que foram ditas e repetidas aqui neste plenário, quase que tomadas por verdade por todos. A principal delas, a famosa fila de espera dos navios. Primeiro tinha a fila de espera dos caminhões. Quando se acabou com a fila de espera, não tinha mais o que falar, tinha acabado a fila dos caminhões. Depois vem a fila dos navios, eu já havia dito isso na semana passada. Usei o computador do Deputado Marcelo Rangel, verificamos que havia uma transparência nas informações. E o interessantíssimo é porque ele pegou, e aquela lista que o Deputado Plauto, ainda há pouco, se referiu na tribuna, sabemos que aquela lista não significa nada. Porque não é o fato de o navio ficar 25, 30, 40 dias, ou até o exemplo que foi dado do navio que estava há 90 dias ao lado para poder atracar em Paranaguá. Por que é que o navio não atracava? Porque ele, navio, dizia: “Não tenho como atracar, não tenho aonde depositar a mercadoria, não estou preparado para poder fazer a operação de carga e descarga em Paranaguá”. E quando diz que estava tudo ok e a Receita Federal dizia que estava tudo ok, veio a ordem de serviço e em quatro dias o navio estava atracado e fez a operação rapidamente. Depois que vieram as autorizações, os navios estão operando de forma absolutamente regular e deu para verificar, hoje, que o porto está tendo ganhos de eficiência justamente pela competência de uma equipe, da logística que o porto tem adotado.

O resultado é esse mesmo. O porto tem capacidade para 30 milhões de toneladas de movimentação de cargas por ano. Está movimentando 38, que foi o que movimentou em 2007 e vai superar esse record em 2008. Não é à toa que vamos bater o recorde novamente da movimentação de veículos, porque hoje temos justamente um terminal só para cuidar da questão do embarque e desembarque de automóveis. Além, é claro, dos outros produtos: madeira, os grãos, especialmente o corredor de soja.

Temos que reconhecer o seguinte: há questões que têm que ser discutidas. Hoje propus, ainda durante a Audiência, na conversa do Deputado Valdir Rossoni e demais Parlamentares, vamos complementar esta análise sobre Paranaguá. Definimos, lá: vamos convidar o Diretor de Antonina, o Dividino, que é Diretor do porto e especialista nesta questão que envolve a dragagem, que é quem está preparando o procedimento licitatório. Vem

aqui explicar para nós tudo sobre a questão da dragagem. Ele é um profundo conhecedor das atividades portuárias. Como também trazer junto o Administrador Financeiro do porto, Daniel Oliveira. Venha aqui, peça as informações numa mesma Audiência Pública e fazemos como hoje, de forma desburocratizada, uma conversa franca, diálogo franco, aberto, objetivo, pergunta e resposta.

Como Líder do Governo, tenho tentado buscar esta transparência. Agora, o que não posso aceitar, como Líder do Governo, V. Exas. não de concordar, especialmente V. Exa., Deputado Valdir Rossoni, é que os temas sejam politizados. Entendo que V. Exa. adota uma conduta em relação ao porto de Paranaguá e adotou uma conduta que, na minha avaliação, foi muito produtiva. Mas, quando, por exemplo, V. Exa. que sabe muito bem que a questão da Segurança Pública envolve questões extremamente sensíveis à sociedade e mais ainda, sabemos que temos um problema complexo, porque ela politiza a discussão relativa às eleições municipais de 2008, especialmente em Curitiba.

É por isso que queremos, sim, e vamos ter amanhã uma reunião com o Secretário da Segurança, que fará uma apresentação, fará as explicações, discutirá com esta Casa, mas ele não vem aqui para fazer um espetáculo, não vem aqui para dar um show. Ele é uma pessoa responsável, que tem um comando sobre uma área sensível de uma política pública dirigida ao conjunto da sociedade. E temos que ter muita responsabilidade em relação a isto.

Por isso, a presença da imprensa numa reunião que é destinada aos Parlamentares é um tema que está superado. As decisões foram tomadas pelo Presidente desta Casa, Deputado Nelson Justus, a vinda do Secretário, atendeu a um convite formado pela Comissão de Segurança Pública desta Casa, presidida pelo Deputado Mauro Moraes, e eu não tenho dúvida de que o debate será num nível elevado. Mas, sinceramente, vamos esperar um pouco a campanha eleitoral, para o processo eleitoral. Na campanha eleitoral cada um defende o seu candidato, discute Segurança, mas no horário eleitoral gratuito, e não tentando antecipar a discussão, justamente quando envolve uma gestão de uma política pública tão importante quanto a área da Segurança. E o Secretário Delazari, que é um homem honrado e capaz, vem à Assembléia discutir claramente o tema, vai aprofundar esta discussão.

V. Exas., para tomarem conhecimento, acessem o site da Segurança Pública. Lá tem as estatísticas recentes, amplas, desde 2003, detalhadas, por tipificação penal. V. Exas. poderão se antecipar, inclusive com estas informações. É muito útil para este debate de amanhã, e ao mesmo tempo não tenho dúvidas de que estaremos avançando muito neste processo de discussão. E depois, se o Secretário da Segurança Pública desejar, concede uma coletiva para a imprensa e fala como qualquer pessoa normal deve falar com seus semelhantes.

Queria ainda abordar um tema, porque outro dia, aqui - não está presente, o Deputado Antonio Belinati,

lamentando que não esteja aqui - porque outro dia ele lançou uma informação inverídica. Eu disse que a informação era inverídica e ele insistiu em dizer aquilo que estava dizendo. Eu tenho dito: vamos tomar cuidado com aquilo que estamos falando, para não parecermos levianos.

Eu recebi da Companhia Paranaense de Energia um esclarecimento sobre as tarifas de eletricidade e gostaria que V. Exas. prestassem atenção para ver como temos que ser responsáveis quando vamos falar, reconhecendo que tenho o maior respeito pelo Deputado Belinati, mas veja que é necessário vermos a notícia por inteiro.

(Lê):

As tarifas de energia elétrica cobradas pela COPEL em sua área de concessão - formada por 393 dos 399 municípios paranaenses - continuam sendo uma das menores de todo o país e só deverão ser revistas no final de junho, conforme prevê o contrato de concessão firmado com a ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica).

As recomposições tarifárias anuais são prática comum a todas as 64 empresas distribuidoras de energia elétrica em atividade no Brasil e podem resultar - dependendo de fatores como o custo da energia elétrica disponível, variação cambial, comportamento da economia nacional e dos resultados individuais de cada concessionária - em elevação ou redução dos valores cobrados ao consumidor final.

Há poucos dias, por exemplo, a ANEEL anunciou redução nas tarifas cobradas por quatro concessionárias: CEMIG (Minas Gerais), ENERSUL (Mato Grosso do Sul), CEMAT (Mato Grosso) e CPFL (São Paulo). Todas, no entanto, continuam praticando tarifas muito superiores às da COPEL, que também teve redução - de 1,22% em média - no mais recente reajuste promovido pela ANEEL, em junho de 2007.

Para fins de informação e comparação, a tarifa residencial B1 - aplicada a consumidores não enquadrados como "de baixa renda" - é de R\$ 255,55 por megawatt/hora na COPEL. A mesma tarifa B1 das quatro concessionárias mencionadas passa a ser, a partir de agora, de R\$ 359,05 na CEMIG, R\$ 367,68 na ENERSUL, R\$ 325,11 na CEMAT e R\$ 274,64 na CPFL.

Assim, a recente manifestação em plenário do Deputado Antonio Belinati "lamentando" que o benefício da redução das tarifas de eletricidade não tenha contemplado os paranaenses, além de desnecessária, foi injusta para com a COPEL e para com o Governo do Paraná, que vêm se esforçando para fazer da energia elétrica um instrumento de inclusão social, de melhoria da qualidade de vida, de vetor para o crescimento da economia e, conseqüentemente, de indutor para a geração de empregos e de riquezas.

Na realidade, em lugar de expressar seu pesar às famílias paranaenses por pagarem "uma conta de luz muito cara", que "impõe pesado ônus no orçamento de milhões de famílias", o Parlamentar poderia, na ver-

dade, hipotecar solidariedade e apoio às famílias de Minas Gerais, por exemplo, que pela mesma eletricidade consumida nas cidades servidas pela COPEL vão pagar a partir de agora, com a redução ordenada pela ANEEL, quase 40% mais do que pagam as famílias paranaenses. Ou as famílias do Mato Grosso do Sul, que com redução e tudo pagarão quase 45% mais pela eletricidade do que cobra a COPEL.

Por fim, convém lembrar que entre junho de 2003 e junho de 2006, o Governo do Paraná e a COPEL concederam a todos os consumidores pontuais no pagamento da sua conta de luz descontos que chegaram a ser de 25,27% e que, se totalizados, significaram para cada um algo como quatro meses de eletricidade grátis. Em dinheiro, a concessão dos descontos representou a manutenção de mais de R\$ 1 bilhão nas mãos da população.

Ou seja, na área de atuação da empresa estatal de eletricidade do Paraná, a população, além de pagar uma das menores tarifas do Brasil e contar com um dos melhores padrões de qualidade no atendimento, ainda teve o benefício de ganhar descontos no valor da conta de luz apenas em troca da pontualidade no pagamento.

Isso, com exceção da COPEL, nenhuma concessionária de distribuição de eletricidade no Brasil fez - mesmo podendo fazer, como lembrou o Deputado Belinati, pois a ANEEL efetivamente autoriza só os preços máximos para cobrança.

Nenhuma delas jamais esteve impedida de, querendo, cobrar a menos ou de conceder descontos. Mas só a COPEL - por orientação e determinação do Governador Roberto Requião - quis e realizou isso.

Por isso que quero dizer, Sra. Presidente, Srs. Deputados, que não é com atitudes que não condizem com a verdade que vamos poder, de fato, conversar com a opinião pública. Por isso, está aqui o desmentio da COPEL e a verdade em relação à questão tarifária.

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Ainda no Horário das Lideranças, PDT.

(Declina)

Bloco PPS/PMN. Com a palavra o Sr. Deputado Douglas Fabrício, pelo tempo regimental de 10 minutos.

Liderança do Bloco PPS/PMN: Deputado Douglas Fabrício (PPS)

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO

Sra. Presidente, Deputada Cida Borghetti, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Queria fazer uma reflexão junto com os Deputados hoje, já que o Deputado Belinati tocou nesse assunto hoje. Quero chamar a atenção para um assunto que envolve o desenvolvimento do Brasil, do Paraná, em especial da região de Campo Mourão. Recebi um documento da Cooperativa Agropecuária Mourãoense -

COAMO, e quando li esse documento fui estudar detalhadamente sobre o que tratava esse assunto. É um assunto que tenho procurado defender aqui nesta Casa e também envolve muita discussão. Tem pessoas que às vezes discutem a agricultura dizendo que quando se fala em defender o agricultor está se defendendo quem está ganhando dinheiro porque este ano a safra foi muito boa, os agricultores ganharam muito dinheiro e etc. Mas, esquecem dos anos anteriores. Esse documento, Deputado Valdir Rossoni e aqui quero falar em nome de todos da nossa região, para mostrar como é que está vivendo a nossa região e outros municípios pequenos. A grande maioria da renda que vem é do agronegócio e a grande maioria são pequenos produtores, principalmente na região que vivo e que faço política.

Estamos pegando alguns dados que vão desde baixos preços de produtos à frustração de safras por problemas climáticos.

Diz na carta aqui que as entidades do setor, reunidas em Comissão Permanente vem negociando com o Ministério da Agricultura, o Ministério da Fazenda e Planejamento, uma proposta aonde contempla as dívidas contraídas por cooperados, por produtores. Os tipos de dívidas como a OPESA, securitização 1, securitização 2, PRODECOPE, FAT giro rural e cooperativo entre outros. O que se procura é dilatar o prazo de pagamento para que o país possa continuar produzindo alimentos. Qual que é a preocupação? É que se este ano foi um ano em que a agricultura foi bem, torcer para que todos os anos a agricultura possa ir bem. Mas, isso depende do clima, de uma série de fatores.

Então, quando estamos falando da agricultura é para defender não somente o produtor rural. Estamos defendendo principalmente as pequenas cidades, Deputado Romanelli, V. Exa. que também faz política na região que representamos aqui nesta Casa.

Fazer uma comparação: se os produtores rurais estão reclamando, pedindo apoio do Governo Federal, e não é só desse que está aí de plantão, que hoje é do PT, mas já vi essa discussão também dos Governos anteriores. Então, não venho aqui fazer uma crítica a qualquer Governo, venho pedir o apoio aos produtores porque eles realmente precisam. E quando falo de produtores de pequenas cidades, vamos pegar um exemplo: aqui na Gazeta do Povo tem uma reportagem falando da Justiça Eleitoral, porque este é um ano de eleição e aqui fala o seguinte: "Justiça Eleitoral cancela 136 mil títulos eleitorais". Quem olha a notícia imagina que as pessoas não foram lá se recadastrar e está sendo cancelado. É uma verdade. Mas, se observarmos os nomes dos municípios, são de pequenos municípios. E se eles não estão mais votando lá, é porque já não estão mais morando nos pequenos municípios. Eles estão saindo e indo para os grandes centros.

Fizemos uma pesquisa, vamos pegar os eleitores só dos pequenos municípios da minha região: da região de Campo Mourão, são quase 17 mil eleitores que foram

para outras regiões; Barbosa Ferraz, 2316; Boa Esperança, 702; Corumbataí do Sul, 1126; Farol, 740; Iretama, 2117; Juranda, 1433; Luiziana, 1510; Moreira Sales, 1807; Roncador 2249 e Ubiratã 2995.

Ora, senhores, por que fazer essa correlação da agricultura com as pessoas que estavam lá morando? Porque as pessoas estão indo embora das cidades pequenas, estão indo para os grandes centros.

Vamos discutir amanhã sobre Segurança Pública, vamos conversar com o Secretário. Mas, não é fazer uma crítica ao Governo. Vamos imaginar o seguinte: amanhã é o Secretário deste Governo. Se continuar desse jeito, de repente o Governo Federal, não apoiando os pequenos produtores, daqui a uns dias esse número será maior porque as pessoas, a grande maioria que vive da agricultura, vão morar nos grandes centros. E indo morar nos grandes centros, vai inchar mais as grandes cidades e o problema da falta de segurança será ainda maior, independente de quem vai governar o Paraná ou o Brasil.

Essa reflexão que estou trazendo aos Srs. Deputados é para que passemos a discutir isso, porque os pequenos municípios estão perdendo cada vez mais gente. Os governantes precisam trabalhar no projeto de desenvolvimento regional. A nossa região, Deputado Romanelli, V. Exa. que faz um brilhante trabalho como Líder do Governo e que conhece também a região que represento, precisa lá de uma universidade pública e gratuita para ajudar no desenvolvimento da região. Na questão da Segurança, precisa de uma cadeia pública com condições de colocar aquelas pessoas que devem pagar pelos seus crimes e hoje não tem; precisa de forte investimento para que a agricultura possa ter mais desenvolvimento do agronegócio na região, para manter as pessoas. Está ficando difícil conviver nos grandes centros: problemas de segurança, de trânsito e outros problemas mais. E quem perde com isso é todo o Paraná.

Pego os dados do censo eleitoral, que é o recadastramento. A região perdeu 17 mil eleitores num universo de pouco mais de 200 mil. Isso foi só do último pleito eleitoral para este. Estamos perdendo muito, não nós os Deputados, todos os paranaenses. Se fizer uma comparação dos números do IBGE, Deputado Guimarães, com os números do TRE, praticamente bate. Diferença mínima. Então, as pessoas não se recadastraram não porque não quiseram, mas porque não estão mais morando lá.

Então, faço esse pronunciamento na tarde de hoje para mostrar que os governantes precisam, cada vez mais, pensar em projetos de desenvolvimento regional. Não apenas nos grandes centros. E aí vale para os Vereadores, para os Prefeitos que estão agora querendo se candidatar e com isso poder pensar num futuro Governador. E também para o atual Governador, para que pense em projetos de desenvolvimento regional. A nossa região, Deputado Romanelli, carece de um projeto firme, de apoio do Governo para desenvolvimento regional. Não tem um projeto que se possa dizer: "Este projeto do Governo alavanca o desenvolvimento da nossa região".

Percebi que o Deputado Romanelli ia se manifestar, mas fica para uma próxima oportunidade, porque lamento aqui que tenha que se discutir tanto com o Governo Federal para que apóie os pequenos produtores em renegociação de dívida etc., para que continue investindo no desenvolvimento nas pequenas cidades. Se o Governo Federal ceder e ajudar os pequenos produtores, tenham a certeza de que vai ficar mais gente no campo e nas pequenas cidades e será melhor para o desenvolvimento do Paraná e do Brasil.

Era isso, Sra. Presidente.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Bloco PR/PTB. Com a palavra, o Deputado Jocelito Canto.

Liderança do Bloco PR/PTB: Deputado Jocelito Canto (PTB)

O SR. JOCELITO CANTO

Sra. Presidente, Srs. Deputados.

Inicialmente, gostaria de cumprimentar o Presidente desta Casa, que marcou para amanhã a reunião em que vamos poder discutir com liberdade as questões de Segurança Pública. Estava analisando todos os discursos que ouvi ao longo do dia de hoje, e cheguei à conclusão que a atitude da Mesa Executiva é a mais correta: uma reunião fechada, em que todos os Parlamentares podem tirar as suas dúvidas, não uma reunião para alguém fotografar e filmar para dizer que o fulano cobrou. Pelo contrário, teremos a oportunidade de debater com profundidade a Segurança e que após isso teremos a oportunidade de ir aos braços da imprensa, comentar, discutir e dizer se a reunião foi boa ou não.

Para alguns que não conhecem a Segurança, é preciso ter um pouco de cautela. Há certas coisas que não se pode falar em público. Há certos momentos em que é preciso preservar um pouco a Segurança Pública, para que ela melhore a sua eficiência. Ninguém vai ser impedido de falar. Todos poderão discutir. Vamos ouvir uma apresentação em que certamente o Secretário terá mais liberdade para falar coisas, que muitas coisas ele não poderia falar, porque estaríamos na televisão. A ação de grupos organizados pode ser ruim para a Segurança Pública do Paraná.

É um momento para tirarmos as dúvidas: quantos policiais; quanto ganha um policial; quantos equipamentos têm a polícia hoje; qual é o número real de policiais. Será a oportunidade do debate sério e coerente, para levantarmos todas as dúvidas que temos. Será uma reunião técnica da Assembléia, em que não terá a presença da imprensa - não sou contra a imprensa participar. Se houvesse mais reuniões técnicas evitaríamos aquelas agressões que às vezes ocorrem aqui. Porque quando o Secretário vem à Casa, junto com o seu corpo técnico - Polícia Militar, Polícia Civil, Polícia Científica - o Secre-

tário vem para trazer dados. Dados que, às vezes, alguém pergunta, aqui, e se sente ofendido, porque a resposta não vem como deveria. E deveríamos fazer mais, Deputado Romanelli, o Governo deveria fazer mais reuniões nessa linha. Não é reunião escondida, não é reunião que não é para mostrar; é reunião para se discutir tecnicamente.

Depois da reunião, Deputado Cheida, aí, se alguém disser: “Olha, acho que foi ruim”. Vem e fala. Vem à tribuna e fala. Vem e diz: “Olha, não fui respondido”. Por isso, Deputado Luizão, acho que essa reunião é prudente amanhã. E a presença do Secretário em uma reunião fechada com os Deputados - e aí ninguém pode dizer: “É, mas estão impedindo o povo”. Não estão impedindo o povo, não. O povo vai estar presente nessa reunião. Por que quem representa o povo? Nós. Nós somos os representantes do povo, cada um que veio a esta Casa veio pelo voto do povo.

Há momentos em que é preciso tirar os holofotes, tirar a mídia, para se tratar um assunto sério, que é a Segurança Pública, porque em alguns lugares está muito ruim, está ruim demais, pontos críticos, Foz do Iguaçu, Curitiba, mas temos lugares em que a Segurança Pública vai bem. Precisa melhorar um pouco mais, precisamos continuar inovando para que ela continue mantendo os números. E é isso que quero falar amanhã com o Secretário. Quero discutir os números da minha região, quero debater os números de Ponta Grossa, não estão 100%, mas é uma das regiões menos violentas do Paraná. Por que isso? Povo bom, povo de paz, tranquilidade. Uma cidade que hoje completa 16 dias, Deputado Strapasson, sem um homicídio. Isso que temos ainda a falta de policiais, precisamos ter mais, e a falta de algumas coisas mais. Mas, podemos dizer que enquanto morre 15, 10, 12 por dia, faz 16 dias que não morre um em Ponta Grossa. Nesses três meses furtaram 21 carros, 20 foram recuperados. Quer dizer, temos que debater a Segurança com seriedade.

E acho, Sra. Presidente, Srs. Deputados, quero mais uma vez cumprimentar o nosso Presidente que chamou para si a responsabilidade e disse: “Olha, vamos nos reunir. Depois podemos até discutir em plenário, mas primeiro vamos nos reunir e todos terão a oportunidade de debater a Segurança”. Vamos nos reunir, mas sem os holofotes da imprensa que às vezes ofuscam até uma pergunta boa que você vai fazer, uma indagação, que às vezes, na empolgação da mídia presente, você acaba errando. E Segurança, quanto menos se errar, melhor.

Acho que a presença do Secretário, aqui, é para se ter esse debate. E o Secretário tem feito o que pode, nós temos visto tantas coisas acontecerem no país, tantas coisas têm acontecido no país.

E não dá, concordo com o Deputado Romanelli, para adiantar o processo eleitoral, o processo eleitoral é mais para frente, vamos tratar a Segurança, porque quando tratamos de Segurança, estamos tratando dos nossos filhos, das nossas pessoas mais queridas, dos nossos companheiros, dos nossos vizinhos, dos nossos ami-

gos, dos nossos eleitores, que andam pelas cidades, pelas ruas e pelos bairros do nosso Paraná. Por isso, acho prudente essa reunião amanhã com os verdadeiros representantes do povo, que somos nós. O povo vai estar presente nessa reunião, sim. Não digam que o povo não vai estar, porque nós somos os representantes do povo, nós estaremos ali para cobrar, para discutir e até para debater. Agora, sem aquela conversa de que o povo não estará presente. O povo vai estar presente sim, com a nossa presença.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

A SRA PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Democratas, com a palavra o Deputado Elio Rusch, pelo tempo de 10 minutos.

Liderança do Partido Democratas: Deputado Elio Rusch

O SR. ELIO RUSCH

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Ouvi os mais diversos pronunciamentos na Sessão de hoje, tanto da Bancada do Governo, como dos Deputados da Oposição e o tema abordado quase por todos foi a questão do porto de Paranaguá e também a questão da própria PETROBRAS,

Por coincidência ou não, Deputado Marcelo Rangel, ontem nós jamais imaginávamos quando abordamos a questão da PETROBRAS aqui na Assembleia Legislativa - e eu dizia ontem e dá para ver nas notas taquigráficas, que o Governo brasileiro, o Presidente da República cantava em prosa e verso a auto-suficiência da PETROBRAS e eu fazia, ainda, entre aspas.

E ontem a noite uma reportagem da Rede Globo mostrou efetivamente que a PETROBRAS não é auto-suficiente, como o Deputado Valdir Rossoni, Líder da Oposição, já tem falado sobre esses números e nós não queremos repetir de novo aquilo que falamos da PETROBRAS.

Mas ouvi na manhã de hoje quando vinha para a Assembleia Legislativa, sintonizado na CBN, comentário a nível nacional, enfim, todos os economistas da Rede CBN, quando falavam do anúncio feito pelo Presidente da ANP, Agência Nacional do Petróleo, sobre a descoberta desse novo poço da PETROBRAS e que seria a maior bacia de petróleo já descoberto por essa empresa e uma das maiores do mundo.

Ora, o que os comentaristas e os economistas falaram então, naquela ocasião, e hoje de manhã ouvi isso na CBN, como disse - diziam que no mínimo isso era um ato de irresponsabilidade e inconseqüência quando se fez esse anúncio, porque lógico, com uma economia globalizada esse anúncio iria trazer euforia no mercado e nas próprias ações.

Aliás, ontem, muito bem também lembrado quando eu usava esta tribuna, pelo Líder do Governo, Deputado Romanelli, que disse que as ações da PETRO-

BRAS haviam subido violentamente. Isto ontem na Sessão. Mas tudo bem. Vamos deixar de lado a PETROBRAS. Vamos deixar de lado o Sr. Arnaldo Lima, que é o Presidente da ANP e esperamos que o anúncio que ele fez ontem se torne realidade.

Mas queria falar também um pouco sobre o porto de Paranaguá. Tivemos na manhã de hoje nessa Audiência Pública o Sr. Klauber, que na verdade, ele surpreendeu a todos do Deputados, até pela forma dele ser dinâmico, comunicativo, inteligente, profundo conhecedor na área que ele atua como Diretor Operacional. Mas, lógico, cada pergunta que se fazia a ele, quando não era da sua área, e não podia ser diferente, como bom administrador dizia: “Olha, não é da minha área, eu não quero incorrer num erro, então, não vou responder sobre este assunto.”

Mas prontamente o Líder do Governo, Deputado Romanelli, se prontificou na manhã de hoje de trazer outros Diretores aqui para Assembléia para que possamos discutir exatamente esta questão do porto de Paranaguá.

Mas eu queria fazer algumas considerações, Deputada Cida Borghetti. Ora, o Governo do Estado e o próprio Diretor de Operações, na manhã de hoje, ele disse que no porto de Paranaguá, como nós sabemos e porque foi anunciado e o próprio Governo inaugurou há questão de sete meses, o primeiro terminal público de álcool no Brasil, está inaugurado há sete meses.

Agora, o que tem que ser dito, o que tem que ser lembrado é o seguinte: a empresa Cattalini tem o seu terminal privado no porto de Paranaguá. Segundo nos consta essa empresa usa o seu terminal privado para exportar o álcool. Srs. Deputados, vejam como é séria a situação. Pergunto: o que está acontecendo com o terminal público que há sete meses está pronto e não está sendo usado?

Nós, o meu partido, nós defendemos a livre iniciativa, nós defendemos a concorrência porque aonde há concorrência, lógico, há diminuição no preço. A concorrência é salutar, é ótima, não podemos monopolizar nunca! Temos que até reconhecer o Governo do Estado, nessa parte, o Superintendente do porto de Paranaguá, quando Governo investe e gasta R\$ 13 milhões para construir o terminal para exportar o álcool. Está pronto há sete meses e lá tem um privado. O privado está sendo usado, por que não se usa o público também já que o privado foi feito para baixar o preço? Ou será que o público se torna mais caro?

O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

Deputado Elio Rusch, 30 segundos, é que não pode ficar sem resposta, eu, infelizmente, acabei não abordando isso, mas hoje o Diretor de Operações disse muito bem: “A safra da cana-de-açúcar, especialmente da produção de álcool começa agora.” A previsão de funcionamento do terminal público de álcool é a partir de 20 de maio o primeiro embarque. Então, veja Exa., não precisa

ficar preocupado porque a própria ALCOOLPAR disse que está tudo bem com o terminal, ele vai funcionar normalmente. É única e exclusivamente uma questão de mercado, o mercado interno está consumindo mais álcool que gasolina, o terminal vai exportar até para, se for o caso, outros estados, mas efetivamente o senhor fique tranquilo que a partir de 20 de maio está previsto o primeiro embarque, via navio, do terminal público de álcool de Paranaguá. Fique sossegado.

O SR. ELIO RUSCH (Partido Democratas)

Deputado, a dúvida que nós temos: esse terminal privado, já que a Cattalini é uma empresa privada, que fique claro, eu sou tachado como o grande defensor só do setor privado, só das empresas, não, a Cattalini, o setor privado não exportou álcool neste período? Essa é uma pergunta que não foi esclarecida, ninguém fez a pergunta e eu não consegui também, mas tenho certeza, nesses sete meses será que não foi exportado nada de álcool? Eu sei que o Governo não produz álcool, mas podia ter colocado terminal à disposição para que as empresas pudessem exportar. O Governo não colocou o terminal à disposição dos exportadores, isso não me consta, Deputado Romanelli.

O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

A ALCOOLPAR disse que está à disposição, conversei com o Presidente Ricardo Resende e ele disse que não há nenhum problema com o terminal de álcool.

O SR. ELIO RUSCH (Partido Democratas)

Vamos saber isso com os outros Diretores quando eles vierem para cá. Eu defendo o setor privado, como disse antes, mas defendo a livre iniciativa e defendo a competitividade, a concorrência, a livre iniciativa.

O Sr. Marcelo Rangel (PPS)

Tenho poucos minutos para me pronunciar também, mas só para colaborar, ficaram muitas perguntas sem respostas na reunião de hoje. O Diretor de Operações do porto se empenhou ao máximo e fez uma boa apresentação, mas sobre assuntos específicos, o caso do Canal da Galheta, dos calados, da possibilidade, pelo menos que foi noticiada segundo a imprensa até mesmo por técnicos, por práticos, que poderia acontecer o encaixe de um navio a qualquer momento no porto de Paranaguá, esses questionamentos mais polêmicos ficaram sem resposta. O interessante seria receber o Superintendente, o Sr. Eduardo Requião, aqui na Assembléia Legislativa, juntamente com o corpo técnico de Diretores para explicar a respeito desses problemas no porto de Paranaguá.

O SR. ELIO RUSCH (Partido Democratas)

Acredito, Deputado Marcelo Rangel, que as dúvidas que existem em relação ao porto, que o porto na verdade é hoje um dos componentes que alavancam a economia do nosso estado e tem que ser administrado

com toda a eficiência. O Diretor que veio para cá, na sua área, é muito competente. Agora vamos esperar virem os próximos Diretores para dar os esclarecimentos necessários.

O grande problema hoje é exatamente a dragagem do Canal da Galheta. Ora, se não me falha a memória, acho que não estou errado, quando o atual Governo assumiu havia um contrato com uma empresa chamada Bandeirantes. Esse contrato foi rompido pelo Governo unilateralmente e a empresa, se não me falha a memória, entrou na Justiça e ganhou. Houve uma indenização.

Aliás, isso também será fruto para discutirmos com os outros Diretores que virão para cá. Se não houvesse rompido o contrato e tivesse dado manutenção na dragagem do canal, não estaríamos com o problema que estamos vivendo no dia de hoje.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Obrigado a V. Exa.

No PT, com a palavra o professor Luizão, Líder do partido nesta Casa.

Liderança do PT: Deputado Professor Luizão

O SR. PROFESSOR LUIZÃO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Faço uso desse horário, primeiro para fazer alguns comentários com relação aos temas discutidos nesta Sessão de hoje. Um levantamento pelo Deputado Belinati com relação à dívida agrícola dos produtores rurais. Devo dizer que o atual Governo incentiva os pequenos agricultores, principalmente da agricultura familiar, e sabemos, não é novidade que os grandes produtores rurais, os grandes devedores sempre rolam as suas dívidas junto ao Governo Federal, junto aos Bancos. Para isso tem sempre os seus representantes no Congresso Nacional. E muitas vezes se utilizam dos pequenos produtores, dos mais frágeis, para conseguir os seus intentos.

Então, estamos observando que o Presidente está analisando com cautela essa questão da rolagem das dívidas. O Ministro, que é do nosso estado, está fazendo as devidas conversações, acredito que o Governo vai tomar uma decisão que venha favorecer, sem dúvida nenhuma, os produtores rurais, que nos últimos anos é isso que vem acontecendo. É bom destacar que os juros da produção agrícola são juros subsidiados.

Com relação a dengue, outro assunto levantado, é claro que todas as instâncias de Governo: Estadual, Federal e Municipal têm que assumir as suas responsabilidades. Mas, nesse caso o Governo Federal não tem fugido às suas responsabilidades e tem feito grandes esforços para combater a dengue, para evitar que a dengue se alastre pelo Brasil afora, porque é um mal que afeta, infelizmente, a população mais pobre principalmente. Mas, no Rio de Janeiro de modo particular, temos a informação de

que o Governo Municipal devolveu recursos que eram para utilizar na prevenção da dengue, recursos federais. Acredito que as coisas acontecem no município, sempre acontece no município, evidente que os Governos Estaduais e o Governo Federal têm suas responsabilidades, mas a iniciativa, o trabalho e a prevenção tem que ser feita nos municípios e aí acho que os Prefeitos tenham uma maior responsabilidade nesse sentido. Não que o Governo Estadual, Federal, não tenha responsabilidade. Mas a maior responsabilidade está nos municípios, porque é o Prefeito que conhece a situação do seu município, conhece as deficiências e sabe exatamente onde deve atuar para combater no caso específico essa questão da dengue.

É uma questão que não deve ser politizada, todos devemos assumir a responsabilidade em relação a esse mal que infelizmente afeta muitas pessoas no Brasil.

Quero também aproveitar a oportunidade para convidar os Srs. Deputados e Deputadas que amanhã, às 10h, teremos aqui no plenarinho da Assembleia Legislativa uma Audiência Pública que foi de minha iniciativa, a pedido do SINDIQUIMICA, uma Audiência Pública para tratar da questão da redução de trabalho. Sobre essa campanha pela redução na jornada de trabalho, uma campanha que está sendo desenvolvida por todas as centrais sindicais, não apenas em nosso estado, mas a nível nacional.

Existe um projeto tramitando no Senado do Brasil, acredito que já está bastante amadurecido para encarar essa discussão.

Teremos amanhã representantes das centrais sindicais, representantes dos empresários, das entidades diversas da sociedade que está sendo convidada e representante do Governo também.

Aqui no Paraná assistimos hoje na Sessão da “Escolinha” a presença do Paulinho, da Força Sindical, e já com esse pleito das 40 horas semanais que conta com o apoio do Governador Roberto Requião, inclusive, é de se destacar que no estado do Paraná o Governador é um dos grandes apoiadores da luta dos trabalhadores nesse país, tanto que tanto que aqui no Paraná o salário-mínimo regional é o maior do Brasil. Temos uma coisa inédita que para os servidores do estado é muito importante, que é uma data-base. Temos o mês de maio para discussão da reposição salarial de todas as categorias profissionais.

Isso é um avanço para os servidores públicos do estado do Paraná. Permite que num determinado período os servidores tenham a oportunidade de conversar com o Governo, discutir as suas perdas, discutir a reposição, inclusive, as suas condições de trabalho.

Devemos isso ao Governo Progressista que está comandando o Palácio Iguaçu.

Também quero fazer um comentário a respeito de um projeto que está tramitando no Congresso Nacional que é sobre a reforma tributária, de iniciativa do Governo Federal, e acredito que é um bom momento vivido pela economia brasileira, uma oportunidade para viabilizar

alicerces essenciais na sustentação do crescimento do Brasil gerando emprego, estabilidade e principalmente redução das desigualdades sociais e principalmente das desigualdades regionais. O sistema tributário atual é um sistema que apresenta um conjunto de distorções que afeta o crescimento econômico do país, um sistema complexo, que se serve de uma diversidade de legislações, que tem vários subterfúgios, enfim, é bastante deficiente.

Um sistema que causa enormes danos à população, porque é fundamentado numa legislação frágil. Já tivemos várias tentativas de discussão de reforma tributária no Brasil e acredito que esse é um grande momento. E aí reafirmar que nós, Deputados Estaduais, também devemos levantar essa discussão porque é urgente uma reforma fiscal capaz de reduzir a carga tributária e assegurar avanços essenciais ao bom desempenho da nossa economia.

O projeto propõe redução de vários impostos, unificação de vários impostos. E na área estadual a novidade é a unificação do principal imposto, que é o Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços, que terá uma única legislação válida para todo o país.

Hoje, o grande problema é a guerra fiscal e temos legislação e alíquotas diferentes em 27 estados e no distrito federal. A idéia é que haja apenas cinco alíquotas para um novo ICMS, que passará a ser cobrado no destino os produtos e não mais no estado de origem, como é atualmente. Ou seja, o pagamento dos serviços será feito no estado onde as mercadorias e os serviços forem consumidos, e não mais no local de produção. É evidente que isso deve contribuir para reduzir as desigualdades regionais.

E outra questão que não podemos esquecer é a necessidade do imposto sobre as grandes fortunas, que garantam uma maior eficiência na nossa arrecadação. Então, é um momento importante, o Brasil está passando por uma estabilização econômica, um crescimento sustentado da nossa economia e acredito que é o momento mais adequado para que o Congresso Nacional aprove a reforma tributária, e que se não for a ideal, que seja a que melhor atenda às necessidades e diferenças regionais do nosso país.

Tenho grande esperança de que o Congresso Nacional cumpra seu papel e aprove uma boa reforma tributária para o nosso país.

O Sr. Antonio Belinati (PP) (Aparte)

Parabéns a V. Exa., que desempenha muito bem o papel de Líder da Bancada do Partido dos Trabalhadores. V. Exa. traz os esclarecimentos.

Permita-me, antes, responder ao Deputado Luiz Claudio Romanelli, que leu um ofício que a COPEL mandou sobre um apelo que fiz da tribuna para que a COPEL baixasse essa tarifa da energia elétrica, porque independente de saber se ela é a mais alta ou mais barata do país, de qualquer forma todo mundo sabe que para a classe trabalhadora pagar todo mês a conta de energia

elétrica, pesa no bolso. E pesa muito. Quem não pode pagar, a COPEL corta o fornecimento.

Entendi o Deputado Luiz Claudio Romanelli, e parabéns, porque é um grande Líder e representa muito bem o cargo, como Líder do Governo. Vou ler o ofício da COPEL, porque parece que V. Exa, mencionou que a COPEL, somente em junho, poderia ocorrer uma revisão da tarifa. E como junho é daqui a 47 dias, espero que esta revisão seja para baixar a tarifa de luz e não para subir. Vou ler com atenção o expediente da COPEL.

Por último, Deputado Professor Luizão, para insistir no apelo, para que esses Bancos, inclusive o Banco do Brasil, parem com esta mania de querer executar e tomar...

O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB) (Aparte)

Deputado Professor Luizão, me dá um aparte, 10 segundos. Acho que o Deputado Antonio Belinati poderia hipotecar solidariedade ao povo de Minas Gerais, pedindo para o Governador Aécio Neves reduzir a tarifa da CEMIG, que está em R\$ 359, enquanto aqui está em 255. O senhor poderia fazer um apelo para o Governador mineiro, Deputado Antonio Belinati.

O Sr. Antonio Belinati (PP) (Aparte)

Terminando, Deputado Professor Luizão, não sou Deputado de Minas, tenho que defender o povo do Paraná. Mas, que o Banco do Brasil e outros Bancos parem com esta idéia de querer tomar a terra de agricultores porque emprestaram dinheiro e foram engolidos pelos juros altos, cobrados por bancos, inclusive Bancos do Governo.

O SR. PROFESSOR LUIZÃO (PT)

Já foi o tempo em que no Brasil o pequeno perdia suas terras. O grande nunca perdeu suas terras para o Governo. E o Governo Federal está atento a estas questões.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Mensagem nº 012/08, subscrita pelo Sr. Governador do Estado, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias do Estado para o exercício financeiro de 2009, que estima as Receitas de Recolhimento Centralizado e de Recolhimento Descentralizado das Autarquias, Órgãos de Regime Especial, Fundos e Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista dependentes para fixação das despesas dos Orçamentos Fiscal e Pró-

prio da Administração Indireta. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Ofício nº 015/08, subscrito pelo Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente, encaminhando atestado médico para justificar seu afastamento e repouso pelo prazo de 45 dias. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Indicação nº 079/08, de autoria do Deputado Teruo Kato, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e ao Sr. Secretário de Estado da Educação, reformas gerais e complementação de construção de quadra coberta no Colégio Estadual São Vicente de Paula, em Nova Esperança. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 080/08, de autoria do Deputado Teruo Kato, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e ao Sr. Secretário de Estado da Educação, a complementação de construção de quadra coberta no Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos Newton Guimarães, em Paranaíba. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 081/08, de autoria do Deputado Teruo Kato, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador e à Secretária de Estado da Cultura, a construção de Biblioteca Cidadão no município de Terra Rica. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 082/08, de autoria do Deputado Teruo Kato, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e à Secretária de Estado da Cultura, a construção de Biblioteca Cidadã no município de Tamboara. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 083/08, de autoria do Deputado Teruo Kato, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e ao Secretário de Estado da Educação, reformas urgentes no Colégio Estadual Lourdes Alves S. Mello, em Itaguajé. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 084/08, de autoria da Deputada Rosane Ferreira, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Secretário de Estado dos Transportes a implantação de uma linha de ônibus ligando o terminal Vila Angélica, localizado no município de Araucária, até o terminal Pinheirinho, localizado no município de Curitiba. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projetos de lei em número de 02 (dois), de autoria da Sra. Deputada Cida Borghetti, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Ney Leprevost, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Dr. Batista, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Luiz Eduardo Cheida, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Luiz Fernandes Litro, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 727, de autoria do Sr. Deputado Osmar Bertoldi, constante do expediente, justificando sua ausência nas Sessões Plenárias dos dias 08, 09 e 10/04/08, devido a reuniões partidárias em Brasília. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Requerimento nº 728, de autoria do Sr. Deputado Osmar Bertoldi, constante do expediente, solicitando autorização desta Casa de Leis para ausentar-se do país, com destino à Argentina, no período de 16 a 23/04/08, sem ônus para o Poder Legislativo. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Resolução nº 006/08, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova o ressarcimento das despesas dos Srs. Deputados, mês de março de 2008. Resolução nº 003/04. **Aprovado. (Publ. no DA nº 031/08, de 09/04/08, em 1ª Discussão).**

3ª Discussão

ITEM 02

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 527/07, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, que proíbe envio de mensagens de texto promocionais pelas operadoras de serviço de telefonia celular no estado do Paraná. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CDC e CF. COM EMENDA DA CCJ. COM EMENDA DA COPTC. (ANEXO AO PROJETO DE LEI Nº 514/07). APRECIAR NESTE TURNO EMENDAS APROVADAS EM 2ª DISCUSSÃO. **Emendas - Aprovadas.**

2ª Discussão

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 073/08, de autoria do Deputado Ney Leprevost, que estabelece que as empresas concessionárias ou permissionárias de serviços públicos continuados do Paraná, que emitam fatura mensal, emitam também extrato anual de quitação de débitos

aos consumidores quites com o exercício, na forma definida nesta lei. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ. e CDC.

Sobre o referido projeto, emenda modificativa de Plenário, nos seguintes termos:

**EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO,
AO PROJETO DE LEI Nº 073/08**

O parágrafo único do artigo 1º do Projeto de Lei nº 073/08 passa a vigorar com a seguinte redação:

Parágrafo Único. O extrato referido no *caput* deste artigo será incluído na primeira conta do ano subsequente.

Sala das Sessões, em 15/04/08.

(a) CLEITON KIELSE

Apoioamento:

Ademar Traiano, Fábio Camargo, Marcelo Rangel,
Durval Amaral e 02 ilegíveis.

O projeto retorna à CCJ.

1ª Discussão

ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 740/07, de autoria do Deputado Mauro Moraes, que proíbe a cobrança prévia de taxa para cadastramento de *curriculum vitae* em agências de empregos, inclusive as virtuais, no âmbito do estado. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CICT. (Publ. no DA nº 132/07, de 17/10/07, em Projetos de Lei).

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 740/07**

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Mauro Moraes, tem por objetivo proibir a cobrança prévia de taxa para cadastramento de *curriculum vitae* em agências de empregos, inclusive as virtuais, no estado do Paraná.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 06/11/07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
NEREU MOURA - Relator

**COMISSÃO DE INDÚSTRIA,
COMÉRCIO E TURISMO
PROJETO DE LEI Nº 740/07**

P A R E C E R :

O projeto de lei em questão de autoria do nobre Deputado Mauro Moraes, visa proibir a cobrança prévia

de taxa para cadastramento de *curriculum vitae* em agências de empregos, inclusive as virtuais, no Estado do Paraná.

Instada esta Comissão através deste Relator a se manifestar e considerando que a proposição já recebeu parecer favorável da CCJ, considerando ainda o alcance social e de fomento a empregabilidade que o projeto em apreço possui somos de parecer favorável a sua tramitação.

Sala das Comissões, em 13/11/07.

(aa) EDGAR BUENO - Presidente
PEDRO IVO - Relator

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Para encaminhar, Presidente.

(Assentimento)

Sr. Presidente, tenho em mãos um parecer ao Projeto de Lei nº 740/07, de autoria do Deputado Mauro Moraes, que foi lavrado pela Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social. O parecer é favorável ao presente projeto de lei, considerando que tal iniciativa promoverá a universalização do acesso ao serviço de intermediação de mão-de-obra, incluindo as empresas agenciadoras privadas, através da garantia da gratuidade do cadastramento de *curriculum vitae*. Por isso, somos favoráveis ao projeto de lei e recomendo aos Deputados que compõem a base do Governo para que deem a aprovação ao projeto de autoria do Deputado Mauro Moraes, nº 740/07.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Está em votação.

Aprovado.

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 815/07, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que cria a Política de Saúde da Mulher Detenta. PARECERES DA CCJ, CSP E CS. (Publ. no DA nº 149/07 de 19/11/07, em Projetos de Lei).

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 815/07**

P A R E C E R :

Preâmbulo

O projeto apresentado pela Deputada Cida Borghetti propõe a criação da Política de Saúde da Mulher Detenta, tendo em vista que a mulher detenta tem necessidades específicas tais como problemas ginecológicos e a alta vulnerabilidade para contaminação de doenças sexualmente transmissíveis. Trata-se de questão de saúde pública, pois as internas mais dia menos dia retornarão ao seio da família e, por conseguinte à sociedade de um modo geral. É relevante o fato de que tais mulheres estão mais expostas ao abandono da família, dos filhos, causando-lhes profunda depressão. Por outro lado a política ora porposta não atende somente a questão do combate as

doenças, mas, mais do que isto é preventiva, ou seja, a sua implantação contribuirá para a prevenção do câncer do colo, útero e mama.

É relevante também destacar a questão da assepsia do ambiente carcerário, em vista da falta de material de higiene nos cadeiões, e por esse mister objetiva a conquista de parcerias com segmentos da sociedade para controlar as epidemias derivadas dos ambientes desumanos das instituições prisionais, promovendo ao sistema prisional produtos de assepsia.

Segundo pesquisa trazida pela autora do Núcleo de Pesquisas Epidemiológicas em AIDS da Universidade de São Paulo, constata-se que cerca de 20% da população carcerária do país está infectada por alguma patologia de natureza grave, com maior progressão entre as mulheres.

A Constituição Brasileira consagrou em seu artigo 196, seção II - Da Saúde, o direito à saúde, *literis*:

A saúde é direito de todos e dever do estado, garantindo mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução de riscos de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços, para sua promoção, proteção e recuperação.

Dentro deste contexto resta saber se o projeto de lei proposto pela nobre Deputada atende os pressupostos da Constitucionalidade das leis, sua legalidade e atende os dispositivos da Lei Federal nº 095/98 que estabelece o regramento da boa Técnica Legislativa.

De se observar que a matéria estampada no presente projeto é eminentemente de competência Constitucional Federal, já existindo Lei Federal regulamentar, bem como previsão constitucional do estado e leis infra-constitucionais, sobre as quais assentamos nossa análise.

Fundamentação

Segundo dicção dos artigos 23 e 24 da Constituição Federal é previsto constitucionalmente dois tipos de competência a concorrente e a competência comum. Assim dispõe o artigo 23:

É competência comum da união, dos estados, do distrito federal e dos municípios: (...) II - cuidar da saúde e assistência pública...

Por sua vez o artigo 24 assim preceitua:

Compete à união, aos estados e ao distrito federal legislar concorrentemente sobre: (...) - XII - previdência social, proteção e defesa da saúde.

Em assentada jurisprudência da Suprema Corte deste país - STF - Supremo Tribunal Federal, já se decidiu sobre matéria correlata prelecionada:

Transporte coletivo intermunicipal. Exigência de adaptação dos veículos. Matéria sujeita ao domínio da legislação concorrente. Possibilidade de o Estado-Membro exercer competência legislativa plena. Medida cautelar deferida por despacho. Referendo recusado pelo Plenário (STF - ADI 903-MC - Rel. Min. Celso de Mello - D. IU 24/10/97) Referência Legislativa CF: Art. 24, XIV. DTZ 1110042. (grifamos).

A Constituição do Estado do Paraná, em seu artigo 65, confere a Assembléia Legislativa, entre outras entidades, a iniciativa das leis complementares e ordinárias, *literis*:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Ora, a função precípua da Assembléia Legislativa é legislar e o artigo 53 da nossa Constituição Estadual confere esse poder a ela sobre matérias de mesma natureza do Poder Executivo ao legislador definir que a Assembléia pode dispor sobre a criação, estruturação e definição de atribuições das Secretarias de Estado, no caso focado, *literis*:

Art. 53. Cabe à Assembléia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no artigo 54 dispor sobre todas as matérias de competência do estado, especificamente:

XVI - matéria decorrente da competência comum prevista no artigo 23 da Constituição Federal:

XVII - matéria da legislação concorrente da Constituição Federal.

Portanto a própria Constituição Estadual em seu artigo 66 que fixa as matérias de competência privativa do estado não veda a iniciativa da Assembléia Legislativa em legislar sobre as leis ordinárias e complementares concorrentemente com o Estado-Membro e o Executivo Federal prevista no artigo 53, inciso XVII, remissivo ao artigo 24 da CF.

Verifica-se que tanto o artigo 23, II e o artigo 24, XII, da CF, estendem ao Executivo Estadual tanto a competência comum quanto a concorrente e por sua vez a CE, artigo 53, incisos XVI e XVII confere poderes a Assembléia Legislativa para legislar na forma disposta na Constituição Federal.

Da Legalidade e Legitimidade

Em parecer de análise prévia ao Projeto de Lei 019/07, de autoria do Deputado Reni Pereira, que trata da regulamentação do disposto no artigo 47 da Lei Complementar Federal nº 123/06 - Estatuto da Micro-Empresa e de Pequeno Porte, a douta CCJ ao fundamentar o referido parecer quanto a sua legitimidade e legalidade no que pertine a Competência Legislativa de caráter privativo e suplementar, invocou os artigos 22º, inciso XXVII, 24º, parágrafo 2º e artigo 25º parágrafo 1º todos da CF, para aprovar o aludido projeto quanto à sua constitucionalidade. Caminhou bem a CCJ.

Pois bem, fazendo justiça ao brilhante parecer da douta CCJ nos valem da inteligência da sua tese à qual nos filiamos para com ela fazer coro.

Considerando que a CCJ naquele parecer prévio intencionava embasar a tese da Competência Privativa e Suplementar para então declarar a constitucionalidade do importante projeto do Deputado Reni Pereira, valeu-se do preceito esculpido no artigo 22; 24 parágrafo 2º e 25 parágrafo 1º, da Constituição Federal.

Assim segundo o próprio parecer da CCJ, ora invocado em Projeto similar, a Constituição da República assegura a competência privativa da união nas hipóteses em que especifica, porém não exclui a competência suplementar dos estados, parágrafo 2º do artigo 24 da Carta Mãe. Para sedimentar a tese a dileta CCJ através do seu corpo técnico arrematou a questão citando o parágrafo primeiro do artigo 25 da mesma constituição que dispõe: “São reservadas aos estados as competências que não lhes sejam vedadas por esta constituição”.

Para melhor clarear a questão valeu-se a CCJ do conceito de competência legislativa privativa e suplementar extraída do eminente Professor e jurista Manoel Gonçalves Ferreira Filho¹, que assim definiu:

Competência Privativa: é a competência plena, direta e exclusiva de legislar.

Competência Suplementar: é uma subespécie da competência concorrente; é aquela que preenche os vazios da norma geral; para alguns ela é “complementar”.

Como a Constituição Mãe define a competência privativa da união para legislar certas matérias, bem assim, a Constituição de nosso estado seguindo o mesmo critério constitucional da Carta Mãe, estabeleceu competências privativas e as suplementares (concorrentes), *in casu*, em seu artigo 53, XVII, c/c o 66 que não veda a iniciativa ora pretendida.

Tratando o artigo 53, XVII da Competência Concorrente aferida à Assembléia e o 66 da Competência Privativa do Poder Executivo, ambos da CE, questões de mesma natureza, ou seja, atribui a constituição competência a ambos os poderes, conclusivamente chega-se ao entendimento que o artigo 66 detém a competência privativa ou plena, enquanto o artigo 53, a competência suplementar ou concorrente, nos casos que especifica.

Infer-se, portanto que a regra quanto à competência privativa, concorrente ou suplementar é constitucional sendo de iniciativa concorrente ou comum da Assembléia Legislativa as matérias que não lhe são vedadas no artigo 66 da Constituição Estadual - CE. Portanto perfeitamente factível a iniciativa de projeto de lei de membro da Assembléia Legislativa de matéria prevista nos artigos 23, II e 24, XII c/c o artigo 196, da CF, já que todos os artigos citados tratam de matéria de natureza comum e competência concorrente.

Fortalecidos neste entendimento cumpre interpretar a Constituição Estadual - CE, que não pode fugir a regra da hermenêutica Constitucional Federativa, pois se assim fosse, constitucional não seria.

No Mérito

Por este vértice podemos aplicar no caso vertente a mesma regra sem ferir critérios de interpretação constitucional. O projeto da nobre Deputada Cida Borghetti propõe a criação de Política da Mulher Detenta que visa promover a atenção integral à saúde da população prisional feminina

do estado do Paraná, iniciativa que contempla e acomoda perfeitamente os objetivos inseridos no comando normativo do artigo 196 da Constituição Federal.

Considerando-se, portanto que a Constituição Estadual, neste caso, por exclusão, não criou vedação ao Legislativo Estadual, ao mesmo tempo em que a Constituição Federal atribuiu competência concorrente ao Estado-Membro, a Assembléia Legislativa por seus membros pode valer-se dessa prerrogativa para dispor e legislar matéria comum ou concorrente.

Ao exposto podemos asseverar que a Constituição Estadual não obstaculiza a que a Assembléia, valendo-se dessa faculdade constitucional e regimental, possa legislar sobre a mesma matéria concorrentemente.

Estando o projeto aprovado quanto a sua iniciativa no que tange a sua constitucionalidade e legalidade, resta apenas enquadrá-lo nos parâmetros emanados da Lei Federal 095/98 que trata da boa técnica legislativa e pelo que se infere a técnica legislativa do PL apresenta-se em conformidade com a referida lei.

Conclusão

Diante da Constitucionalidade aferida do presente projeto, somos de parecer pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 19/02/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
ARTAGÃO JÚNIOR - Relator

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA PROJETO DE LEI 815/07

P A R E C E R :

De autoria da Deputada Cida Borghetti o presente plano de lei cria a Política de Saúde da Mulher Detenta.

A proposição foi analisada anteriormente pela Comissão de Constituição e Justiça, a qual recebeu parecer favorável. Chamada esta Comissão de Saúde Pública a opinar conclui que: A proposta visa, preservar a saúde das mulheres detentas, permitindo a reintegração em boas condições de saúde. A proposta pretende também prevenir a ocorrência do câncer de colo de útero e de mama.

Em relação as que atravessam o período de gravidez, o projeto em destaque prevê o aumento da cobertura e da qualidade na assistência pré-natal, tão precária no sistema atual, e a melhoria da assistência na hora do parto e dos estágios posteriores.

Assim sendo, no âmbito desta Comissão, opinamos pela aprovação da matéria, através do parecer favorável ao Projeto de Lei nº 815/07.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18/03/08.

(aa) MARCELO RANGEL - Presidente
NEY LEPREVOST - Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA PROJETO DE LEI Nº 815/07

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria da Deputada Cida Borghetti, tem o objetivo de criar a Política de Saúde da Mulher Detenta.

1. Curso de Direito Constitucional, 30ª ed., Saraiva, 2003, p. 6.

A matéria já recebeu análise, da constitucionalidade e legalidade, da douta Comissão de Constituição e Justiça, que apresentou parecer favorável.

Chamada a opinar, a Comissão de Segurança Pública encontra méritos indiscutíveis no projeto de lei em tela, pois a proposta tem por objetivo combater câncer de colo de útero e de mama no regime penitenciário do estado do Paraná. Constatou-se, através de estudos, que cerca de 20% da população carcerária do país está infectada por alguma patologia de natureza grave. Esta proposta visa à melhoria da qualidade de vida das mulheres internas do sistema prisional.

Isto, opinamos pela aprovação do Projeto.

Sala das Comissões, em 14/04/08.

MAURO MORAES - Presidente

PROFESSOR LUIZÃO - Relator

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Para encaminhar, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Sr. Presidente, como temos sempre feito nesta Casa, temos tentado cercar da maior segurança jurídica em relação aos projetos que estão sendo votados. Recebi um parecer da Secretaria da Justiça, Deputada Cida Borghetti, ela está com medo que vou falar contrário ao projeto. Quero dizer, Deputada Cida, que o parecer que foi elaborado pelo Chefe da assessoria técnica jurídica da SEJU é amplamente favorável ao seu projeto e da mesma forma mereceu aprovação do Secretário da Justiça, Desembargador Jair Ramos Braga.

Por isso, recomendo aos Deputados que compõem a base do Governo, que apoiem e aprovem o projeto da Deputada Cida Borghetti.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Em votação.

Aprovado por unanimidade.

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 028/08, de autoria do Deputado Fábio Camargo, que regula as festas de música eletrônica no estado do Paraná e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CSP. COM EMENDA DA CCJ. (**Publ. no DA nº 005/08 de 19/02/08, em Projetos de Lei**).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 028/08

P A R E C E R :

Preâmbulo

O Projeto de Lei nº 028/08 de autoria do Deputado Fábio Camargo, se propõe regulamentar as festas de música eletrônica no estado do Paraná e dá outras providências. Segundo o autor as festas de música eletrônica já viraram um movimento cultural nas cidades de todo o Brasil. Objetiva o projeto de lei em comento dar maior segurança nos eventos dessa natureza com fiscalização

ciosa tendo em vista a aglomeração de pessoas em grande número. Muitas festas acontecem sem a documentação devida, sem assistência aos frequentadores o que muitas vezes pode trazer problemas mais graves, principalmente aos jovens que ali estão. Com a aprovação desta lei estaremos coibindo a realização de eventos clandestinos e garantindo a assistência médica adequada, policiamento, segurança e tranquilidade as pessoas frequentadoras das festas de música eletrônica.

No mérito

A matéria albergada neste projeto de lei de autoria do nobre Deputado Fábio Camargo é de natureza social, portanto relativa a Segurança Pública. A matéria é meritória e de abrangência estadual não obstante os referidos eventos de que se ocupa o projeto de lei são via de regras realizados no âmbito municipal. Analisando com mais profundidade a questão tratada neste projeto, abstrai-se dele questões da maior importância na medida em que visa criar restrições com maior rigor na fiscalização dos eventos com exigências de ordem protetiva e de segurança de cada participante buscando evitar catástrofes e danos às pessoas que são atraídas para esse tipo de programa. Portanto perfeitamente meritório o projeto de lei na exata medida que trás em seu bojo medidas de Segurança Pública abrangente.

Fundamentação

Quanto a constitucionalidade e legalidade em que pese à análise contrária da CCJ, entendo que questão de Segurança Pública é dever do estado, da união e municípios como bem dispõe o artigo 5º, *caput* 6º da CF, c/c o artigo 144. Assim preceitua o artigo 5º, *caput*:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à Segurança e à propriedade, nos termos seguintes: (grifei).

Art. 6º São direitos sociais a Educação, a Saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a Segurança, a Previdência Social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição (NR) (Redação dada pela EC 26, de 14/02/00) (grifei).

Neste mesmo sentido disserta o artigo 144 da CF:

Art. 144. A Segurança Pública, dever do estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

(...)

IV - Polícias Civis;

V - Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares.

A Constituição Estadual trata do assunto da Segurança Pública em seus artigos 46 a 51. Assim dispõe o artigo 46:

Art. 46. A Segurança Pública, dever do estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida, para preservação da ordem pública e incolumidade das pessoas e do patrimônio, pelos seguintes órgãos.

I - Polícia Civil;

II - Polícia Militar

Parágrafo Único. O Corpo de Bombeiros é integrante da Polícia Militar.

Sendo a Segurança Pública dever do estado, direito e responsabilidade de todos incumbe a Assembléia Legislativa por meio dos seus Parlamentares a iniciativa de leis que não lhe seja vedada pela Constituição Federal e Estadual, dentro do permissivo legal garantido pelo artigo 24, parágrafo 2º. *Literis:*

Art. 24. Compete à união, aos estados e ao distrito federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

§ 2º A competência da união para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos estados.

O artigo 53 da Constituição Estadual regulamenta essa matéria ao dispor que:

Art. 53. Cabe a Assembléia Legislativa, com a sanção do Governador do estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no artigo 54, dispor sobre todas as matérias de competência do estado, especificamente:

O artigo 65 da mesma constituição define a quem cabe a iniciativa das leis como se extrai do *caput* do citado artigo:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos na forma e nos casos previstos nesta constituição.

O artigo 66 da mesma constituição que define a competência privativa das leis de iniciativa do Poder Executivo não veda a edição de leis cuja natureza seja regulamentadora da área de Segurança. Portanto não há vício de iniciativa.

Assim mostra-se possível o trâmite do presente projeto de lei nesta casa isento do vício de origem. O referido projeto de lei também não cria impacto orçamentário já que as ações elencadas na mesma para obtenção de Segurança mínima nos eventos que especifica, já fazem parte das funções da Polícia Militar, Civil e do Corpo de Bombeiros, despesas que já são previstas na LOA e LDO¹.

Quanto à técnica Legislativa o projeto de lei do nobre Deputado Fábio Camargo fere frontalmente as regras de elaboração das leis previstas nas normas técnicas da Lei Complementar nº 095/98, no que pertine a sua estrutura, articulação e redação como previsto no artigo 10, I a IV, Seção II - Da articulação e da Redação das Leis exigindo emenda modificativa corretiva, além de outras modificações que se fazem necessárias na sua redação e alcance normativo, conforme emenda em anexo.

1. LOA - Lei Orçamentária Anual e LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias.

As maiores alterações ocorreram na estrutura de elaboração da lei, tais como a forma de grafia do vocábulo “parágrafo”, que foram substituídos por “símbolos”, como determina a lei. Os itens do artigo 1º foram substituídos por “incisos”, como define a técnica legislativa e a sequência dos artigos obedeceu a ordem ordinal até o artigo 9º, depois a ordem cardinal do artigo 10 em diante, também alterado conforme as diretrizes da Lei nº 095/98.

Foram corrigidos os textos de alguns artigos os quais apresentamos abaixo na ordem de antes e depois. As inserções estão em destaque na cor vermelho. As razões que me levaram a proceder as alterações se prendem ao fato de ajustar os referidos textos à realidade, natureza e aplicabilidade prática da matéria no mundo da dinâmica social. As alterações não atingem a essência do seu objetivo, se não apenas ajustam-no à sua finalidade, para torná-la eficaz e aplicável à realidade fática em cada caso. Sendo assim, vejamos:

Art. 1º ...

(...)

§ 2º ...

Nota: Entendemos que os documentos de que trata o parágrafo segundo deste artigo deverão ficar nos dias e no, lugar do evento em “lugar visível” por isso alteramos conforme abaixo:

Antes:

Parágrafo 2º No local do evento deverá estar a disposição de qualquer órgão público fiscalizador, todos os documentos e comprovantes solicitados nesta lei.

Depois:

§ 2º No local do evento, em local visível, deverão estar a disposição de qualquer órgão público fiscalizador, todos os documentos e comprovantes solicitados nesta lei.

Art. 2º ...

Nota: Quebramos a relação “ambulância/participante”, ou seja, onde constava 01 (uma) ambulância para número superior a 50 (cinquenta), limitado a 2.000 (duas mil) pessoas no parágrafo segundo, alteramos para: 01 (uma) ambulância para 50 (cinquenta) a 1.000 (mil) pessoas e acima de 1.000 (mil), 02 (duas) ambulâncias, conforme abaixo:

Antes:

Art. 2º - Para eventos de música eletrônica com número superior a 50 participantes, deverá a empresa/organizador do evento, disponibilizar uma (01) ambulância.

Depois:

Art. 2º Para eventos de música eletrônica com número entre 50 (cinquenta) a 1.000 (mil), participantes deverá a empresa/organizador do evento, disponibilizar 01 (uma) ambulância. Eventos acima de 1.000 (mil) pessoas, 02 (duas) ambulâncias.

Art. 5º ...

Nota: A alteração feita neste artigo visa adequar a distância exigida entre o centro de cada município e o local do evento conforme o porte de cada município, já

que o artigo original do projeto de lei propõe uma distância mínima fixa de 10 km, sendo ilógico para os municípios de pequeno e médio porte. Por este vértice definimos distâncias mínimas diferentes para municípios de pequeno, médio e grande porte.

Antes:

Art. 5º O local onde será realizado deverá ser no mínimo 10 (dez) km distante da região central do município onde está acontecendo o evento.

Depois:

Art. 5º O local a ser realizado qualquer evento de que trata essa lei, deverá distar da região central no mínimo entre 01 (um) a 03 (três) km para municípios de pequeno porte, 05 (cinco) km para os de médio porte e 10 (dez) km da região central para os municípios de grande porte.

Art. 6º ...

Nota: A própria alteração se explica conforme abaixo. A alteração se harmoniza com os termos do *caput* do artigo primeiro que prevê o prazo do término de dois dias antes da realização do evento para apronto de toda documentação do evento.

Antes:

Art. 6º É vedada a participação de menores de 18 anos, devendo a empresa/organizador comunicar ao Conselho Tutelar responsável pela região a data, horário e local em que for realizado o evento.

Depois:

Art. 6º É vedada a participação de menores de 18 anos, devendo a empresa/organizador comunicar ao Conselho Tutelar responsável pela região, a data, horário e local em que for realizado o evento, no mínimo com 02 (dois) dias de antecedência.

Art. 12. ...

Nota: só adaptamos a redação para melhorar o sentido.

Antes:

Art. 12 - Todo lixo produzido em decorrência do evento, deverá ser separado para reciclagem antes de sair do local onde está acontecendo.

Depois:

Art. 12 - Todo lixo produzido em decorrência do evento, deverá ser separado para reciclagem antes da desocupação completa do local.

Nos artigos 3º e 9º foi alterada a grafia dos parágrafos que constaram como Parágrafo Primeiro, quando em verdade trata-se de parágrafos únicos, portanto apenas ajustada a grafia para Parágrafo Único.

Parecer Final

Isto posto, a frente a constitucionalidade e legalidade aferida, sendo meritório e lícito o seu objeto, sou de parecer favorável à tramitação do presente projeto de lei com a emenda modificativa corretiva em anexo.

Pela aprovação.

Sala das Comissões, em 01/04/08

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

ARTAGÃO JÚNIOR - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA MODIFICATIVA CORRETIVA AO PROJETO DE LEI Nº 028/08

Art. 1º As festas de música eletrônica a serem realizadas no âmbito do estado do Paraná, deverão impreterivelmente ter toda a documentação necessária 02 (dois) dias antes da realização do evento, sendo qual tais festas somente poderão ser organizadas por empresas regularmente constituídas para a organização e produção de eventos fim e com inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica.

§ 1º São os documentos:

I - Certificado de vistoria do Corpo de Bombeiros contendo, dentre outros, as características do local, a capacidade de público neste, e a especificação dos equipamentos necessários de segurança;

II - Autorização da Polícia Civil;

III - Autorização do Comando local da Polícia Militar contendo, dentre outros, se haverá policiamento ostensivo nas imediações do evento;

IV - Certidão Negativa Municipal, Estadual e e Federal;

§ 2º No local do evento, em local visível, deverão estar a disposição de qualquer órgão público fiscalizador, todos os documentos e comprovantes solicitados nesta lei.

Art. 2º Para eventos de música eletrônica com número entre 50 (cinquenta) a 1.000 (mil), participantes deverá a empresa/organizador do evento, disponibilizar 01 (uma) ambulância. Eventos acima de 1.000 (mil) pessoas, 02 (duas) ambulâncias.

Parágrafo Único. Eventos com número superior a 2.000 pessoas, a empresa/organizador do evento deverá disponibilizar duas 02 (duas) ambulâncias tipo UTI - Móvel, e no mínimo 01 (um) ambulatório para atendimento, devendo estes conter os seguintes parâmetros:

I - Ambulâncias: Deverão ter no mínimo 01 (um) médico, 01 (um) enfermeiro e 01 (um) motorista em cada veículo;

II - Ambulatórios: Deverão conter macas, remédios, alimentação e água gratuita para o público que necessitar atendimento; equipe médica fixa no local com 01 (um) médico, 02 (dois) enfermeiros e 02 (dois) socorristas que deverão circular durante o evento.

Art. 3º Deverá a empresa/organizador, contratar empresa de segurança com registro na Polícia Federal, para eventos com mais de 50 (cinquenta) pessoas, a qual deverá disponibilizar no mínimo 01 (um) segurança para cada 50 (cinquenta) pessoas, devendo todos os participantes ser revistados na entrada do evento, inclusive com detector de metais.

Parágrafo Único. Para eventos com mais de 200 (duzentas) pessoas, deverá a empresa/organizador do evento, contratar um técnico em segurança.

Art. 4º Deverá a empresa/organizador do evento, disponibilizar no mínimo 01 (um) banheiro para cada 100 (cem) pessoas participantes do evento.

Art. 5º O local a ser realizado qualquer evento de que trata essa lei, deverá distar da região central no mínimo entre 01 (um) a 03 (três) km para município de pequeno porte, 05 (cinco) km para os de médio porte e 10 (dez) km da região central para os municípios de grande porte.

§ 1º Todos os eventos terão a duração máxima de 15 h.

§ 2º O espaço físico onde será realizado o evento deverá dispor de no mínimo 01 (um) metro quadrado por participante.

Art. 6º É vedada a participação de menores de 18 anos, devendo a empresa/organizador comunicar ao Conselho Tutelar responsável pela região, a data, horário e local em que for realizado o evento, no mínimo 02 (dois) dias antes.

Art. 7º Deverá a empresa/organizador do evento, destinar 5% (cinco por cento) do montante total arrecadado na venda dos ingressos para instituição regularmente inscrita no Conselho Municipal da Criança e Adolescente, que atende adolescente usuário de substância entorpecente ou álcool, e caso no município não tenha esta instituição, deverá ser depositado no Fundo da Infância e Adolescência.

Art. 8º Deverá a empresa/organizador do evento, solicitar a entrega de 01 (um) quilo de alimento não perecível por participante que adquirir o ingresso, os quais serão doados as instituições indicadas pelo município onde estiver sendo realizado o evento.

Art. 9º Os ingressos deverão conter a razão social da empresa, com endereço, telefone, e o número da inscrição no CNPJ; a proibição de menores de 18 anos; a capacidade máxima do local; o horário de início e término do evento.

Parágrafo Único. A numeração de ingressos será sequencial, obedecida a capacidade máxima do evento, sendo que parte do ingresso deverá ser destacado e ficar com a empresa organizadora.

Art. 10. A empresa/organizador do evento, deverá obrigatoriamente apresentar apólice de seguro contra riscos de incêndios e seguro de danos pessoais de todo o evento, no valor mínimo de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais).

Art. 11. Deverá a empresa/organizador do evento, instalar câmeras de segurança no interior do evento.

Art. 12. Todo lixo produzido em decorrência do evento deverá ser separado para reciclagem antes da desocupação completa do local.

Art. 13. No caso de descumprimento desta lei, será aplicada multa de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) à empresa organizadora do evento, e se a mesma não estiver regularmente constituída ou não se conseguir identificar os organizadores, a multa será cobrada do dono do imóvel que aconteceu o evento.

Art. 14. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 01/04/08
(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
ARTAGÃO JÚNIOR - Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA PROJETO DE LEI Nº 028/08

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, do Deputado Fábio Camargo, que regulamenta as festas de música eletrônica no estado do Paraná.

A matéria já recebeu análise, quanto a constitucionalidade, da Comissão de Constituição e Justiça. A Comissão de Segurança Pública foi chamada para analisar o mérito, entendemos que o projeto de lei tem por finalidade regulamentar e dar diretrizes para que estas festas sejam realizadas com segurança, fiscalização e principalmente para cuidar das pessoas que frequentam este tipo de evento. Objetivando, também, coibir a realização de eventos clandestinos e garantindo a assistência médica adequada, policiamento, segurança e tranquilidade às pessoas frequentadoras das festas de música eletrônica.

Isto posto, opinamos pela aprovação do projeto.

Sala das Comissões, em 14/04/08
(aa) MAURO MORAES - Presidente
DOBRANDINO DA SILVA - Relator

Estamos aprovando neste turno a constitucionalidade.

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK (PRB)

Para encaminhar, Sr. Presidente?

(Assentimento)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, de público faço uma solicitação ao nosso amigo, Deputado Fábio Camargo, da possibilidade de retirar a sua proposição pelo menos por cinco Sessões. Explico as minhas razões. Li atentamente o teor do projeto e ainda tenho algumas dúvidas que tentei sanar de véspera à votação e não consegui. O termo música eletrônica, entendo que um equipamento, como um teclado, uma guitarra, que são diferentes de um violão acústico, todos eles, porque têm um sistema sintetizador, transformam-se em música eletrônica. Sendo assim, essa proposição restringirá em muito festividades

de todos os gêneros. Embora eu compreenda, Deputado Fábio Camargo, a intenção de V. Exa. de coibir, a exemplo do que vira um modismo no país, as festas rave as quais também repudio e sou contrário.

Preocupo-me no que diz respeito a outras comemorações, de municípios de pequeno porte, por exemplo, festas fazendo alusão ao aniversário da cidade, festas religiosas. Paranaguá, como é de conhecimento de V. Exa., tem um roteiro turístico religioso, com festas com mais de 10, 20 mil pessoas. Essas festas não estão resguardadas no corpo do projeto. Festas evangélicas, shows gospel. No carnaval há um movimento católico carismático, em que eles fazem o Carnaval de Cristo, justamente para afastar os jovens da bebida, do alcoolismo, da promiscuidade etc. Essa festa estaria enquadrada, aqui, desencadeando um dificultador para essa comemoração. Movimentos evangélicos - evito falar desta forma, para não transparecer ou não parecer equivocadamente que estou legislando em causa própria - mas existe uma infinidade de shows evangélicos, gospel, onde declaradamente usamos música eletrônica. Festas beneficentes, uma LBV da vida - hoje na CBN foi anunciado uma missa àqueles que participam de festas noturnas. É uma idéia de inspiração do pároco, para se tirar essas pessoas do convívio das drogas.

Tenho essa dúvida. Igrejas, denominações de movimentos religiosos, teriam que ser isentos dessa lei. Outra dúvida é: quem fiscalizará tudo isso? Porque eu vi, cuidadosamente, V. Exa. falar da fiscalização do Corpo de Bombeiros ou um alvará do Corpo de Bombeiros, Polícia Civil, da Polícia Militar, etc. - meu pai já dizia que cachorro de dois donos morre de fome, porque um fica dependendo do outro para dar de comer ao cachorro. E aí ninguém dá e o cachorro morre. Ou seja, tem muitos órgãos envolvidos, mas não se fala claramente no corpo da lei, Srs. Deputados, quem fiscalizará de fato e de verdade essa lei.

Por fim, tenho em mãos, porque passou na CCIJ como sendo constitucional, mas tenho uma lei, um projeto de lei de 2003, do nobre Deputado Luiz Nishimori, que tem um teor muito parecido e recebeu parecer contrário na Comissão de Constituição e Justiça. Então, a minha pergunta simples e objetiva é: o que difere da lei ou da proposta de lei do Deputado Luiz Nishimori para a do Deputado Fábio Camargo, para que uma, embora tenham assuntos muitos próximos, idênticos, tenha recebido parecer contrário e a outra parecer favorável? Será que são dois pesos e duas medidas? Essa é a nossa preocupação.

Portanto, o meu apelo público, Deputado Fábio Camargo, é se V. Exa. aceitaria, até para que colocássemos em discussão mais ampla, a retirada dessa proposição, não por muito tempo, geralmente costuma-se adotar 10 Sessões, peço a V. Exa., pura e simplesmente, cinco Sessões apenas. Cinco Sessões serão mais que suficientes para que aprimoremos a propositura de V. Exa. e ainda ampliemos o alcance da mesma, o objetivo que, tenho certeza, V. Exa. tanto defende.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Gostaria, com a compreensão dos Srs. Deputados, passar a palavra para o encaminhamento do autor do projeto para que, posteriormente, possam continuar os encaminhamentos ou não.

Com a palavra o Deputado Fábio Camargo.

O SR. FÁBIO CAMARGO (PTB)

Sr. Presidente, Deputado Zucchi, demais Deputados que compõem a Mesa, Sras. e Srs. Deputados.

De início, gostaria de atender à solicitação do nobre Deputado Pastor Praczyk, nós vamos, sim, acolher a sua solicitação e que fique postergado o projeto por cinco Sessões. Só vou solicitar à presidência que possamos hoje votar a constitucionalidade do projeto.

Também não posso me furtar de subir a esta tribuna apenas para dizer que o projeto que existia no passado, Deputado, estamos atualizando, nesse projeto não contempla ambulâncias, nesse projeto não contempla UTI móvel, nesse projeto não contempla o que estamos colocando, que é a apólice de seguros, porque infelizmente nos dias de hoje, o que está acontecendo em outros estados, temos que cuidar da Segurança, principalmente dos jovens e dos adolescentes. Concorro com V. Exa. e por isso as cinco Sessões para que possamos discutir um pouco melhor.

Alguns companheiros estavam preocupados com festas religiosas, com aniversários dos municípios, e eu, obviamente, nesse período vou poder demonstrar a V. Exas. que este projeto nada mais é do que uma atualização de segurança das festas eletrônicas, principalmente buscando inibir o uso de drogas, através de câmeras, ou seja, este projeto é um avanço.

Como disse V. Exa., também aqui essa cultura já está enraizada, Deputado Romanelli, não é uma cultura de Curitiba, não é do Paraná, não é do Brasil, é uma cultura mundial, são eventos que estão levando cinco, sete, 10 mil pessoas, e nesses eventos, no nosso projeto diz que a cada 50 pessoas tem que ter um segurança. Ou seja, é um projeto que vai dar segurança aos jovens, aos adolescentes, e que vai encarar o problema com a realidade, de frente e não como existe hoje, que a cada caso, infelizmente, a cada tragédia é que os Poderes se unem para trabalhar sobre o assunto. Nos estamos avançando.

Outra situação importante que eu queria passar aos nobres companheiros é que este projeto, antes de vir a público, a Plenário, ele teve a aprovação da Secretaria da Segurança. Eu procurei escutar a Polícia Militar, procurei escutar a Polícia Civil, Deputado Cheida, procurei escutar a Secretaria do Meio Ambiente pelo impacto ambiental, porque hoje as festas eletrônicas estão tomando conta dos lugares abertos, nos municípios da região metropolitana como Piraquara, que agora, neste final de semana fez um grande evento, um grande festival, e que se esta lei já estivesse em vigor, com certeza teríamos assegurado àquelas pessoas que foram lá essas situações e muitas outras que a lei contempla.

Não podemos esquecer também da ajuda social que este projeto vai trazer nesses municípios onde houver essas festas, de uma participação que é uma colaboração desses empresários à sociedade que está acolhendo as festas.

Enfim, são diversos pontos, mas como o projeto não vai entrar em votação, vou me permitir estudar um pouco mais e vou me permitir buscar o convencimento dos Pares aqui da Casa.

Proponho que votemos a constitucionalidade do projeto hoje e que possamos tirar este projeto por 5 Sessões.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Perfeitamente.

Para encaminhar, com a palavra o Deputado Elio Rusch.

O SR. ELIO RUSCH (Partido Democratas) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, Deputado Augustinho Zucchi, gostaria de pedir a atenção especial do autor do projeto, Deputado Fábio Camargo. Conversamos com diversos Parlamentares antes do início da Ordem do Dia. O projeto realmente é polêmico, essa a verdade.

O Deputado Pastor Edson Praczyk fez um encaminhamento com profundidade e com conhecimento. Quero lhe parabenizar. Tenho conversado com o autor do projeto, com o Líder do Governo, Deputado Romanelli, que pudéssemos votar a constitucionalidade e retirar por 10 Sessões, não cinco Sessões, Deputado Fábio, eram 10 Sessões. Se V. Exa. mantém as 10 Sessões, porque ele tem que sofrer as alterações, o projeto não pode ser aprovado de forma nenhuma da forma como está aqui posto, porque vamos prejudicar os municípios que têm suas festas tradicionais, festas dos municípios, da forma como está sua redação, Deputado Fábio, e já falamos com V. Exa. e o senhor concorda com isso também. Vamos fazer as adaptações, as correções necessárias com os Srs. Parlamentares, o Deputado Edson Praczyk haverá de fazer um estudo profundo, o Deputado Ademar Traiano haverá de fazer um estudo e vamos fazer as alterações que possam ser possíveis e que possam ser acolhidas para que não venhamos a prejudicar ninguém e não monopolizar, de repente, a autoria de algumas festas de determinadas empresas.

Então, esse é um risco que temos que ter todo esse cuidado, temos que cuidar desse projeto. Agradeço ao Deputado Fábio Camargo por esta compreensão. Tenho certeza, se retirarmos por 10 Sessões, se for necessário ficar mais cinco dias, uma semana a mais, V. Exa. também não vai se opor, para que possamos encontrar uma saída plausível para que não venhamos a prejudicar nenhum município, nenhuma entidade, seja de cunho religioso ou não, para que possamos fazer as suas atividades.

O SR. FÁBIO CAMARGO (PTB) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, então, diante desta colocação e de uma forma extremamente democrática e sadia, concordo

que o projeto fique por 10 Sessões fora de pauta, lembrando que são muitas cabeças para que possamos aprimorar. E com certeza, quando este projeto voltar à pauta, a redação deverá demonstrar a seriedade com que acabei ingressando com este projeto.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Perfeitamente. Vamos fazer o seguinte encaminhamento, se me permite V. Exa.: será votado em 1ª discussão, um acordo, me parece, Deputado Romanelli, das lideranças e amanhã ele voltará à pauta e V. Exa. vai solicitar, vai encaminhar o requerimento.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, vamos fazer o seguinte - o acordo aqui é de se fazer o seguinte: vamos votar, o projeto é constitucional? É constitucional. Não estamos fazendo um acordo aqui para dizer que o projeto é inconstitucional ou vai se tornar inconstitucional. O projeto é constitucional. O que há é um questionamento dos Srs. Parlamentares para se fazer um aprimoramento que preserve as festas, que pode preservar os interesses, a intenção que eu percebo de vários Parlamentares, seja do Bloco Independente, seja da Oposição, seja da Situação, de preservar, no mérito, as festas, que fique claro, não são essas festas, as chamadas festas rave que basicamente o projeto busca regular. E o parecer que temos é pela constitucionalidade do projeto, mais do que tudo, é um projeto necessário. Há estados, inclusive, que já proibiram a realização dessas festas rave, porque reconhecidamente muitas vezes milhares de jovens passam horas, quatro, cinco, seis, oito horas pulando com uma música muito alta. O estranho de tudo isso é que não tomam bebida alcoólica, só tomam água, ou seja, alguma outra coisa certamente devem ter tomado para poder conseguir manter aquele ritmo alucinante!

O caso é o seguinte: essa lei tem que ser um instrumento para preservar a vida, a integridade dos nossos jovens e ter festas que possam ser fiscalizadas pela área da Segurança Pública. Essa lei vem trazendo inovações importantíssimas, foi feliz o Deputado Fábio Camargo ao propor a lei. Agora, por outro lado entendo que é preciso aprimorar a lei e preservar as festas, vamos dizer assim, saudáveis, sadias que temos, frutos da cultura popular do nosso estado. Agora, pela constitucionalidade do projeto, entendo que devemos aprovar e amanhã nem retorna à Ordem do Dia, retorna quando houver um consenso, as emendas estiverem preparadas e se adequar, de fato, à realidade e aos fatos.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. TADEU VENERI (PT) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, Srs. Deputados, na CCJ eu já havia colocado uma dúvida, não sei depois se ela foi respondida ou não, até porque na reunião da CCJ que aprovou o

projeto eu não estava presente, havia justificado a minha ausência aqui porque estávamos acompanhando o enterro do Eli em Ortigueira.

A dúvida que tenho e coloquei para diversos Deputados, inclusive o Deputado Fábio Camargo, hoje se um centro acadêmico, por exemplo, além daquelas situações já colocadas pelo Deputado Praczyk e estamos colocando aqui, ele deverá ter também todas essas responsabilidades? Isso precisa ser respondido porque senão criamos uma responsabilidade de tal forma que qualquer grupo com mais de 200, 300 pessoas, para fazer qualquer tipo de festa, obrigatoriamente terá que recorrer a uma empresa para fazer isso!

Então, se os Deputados olharem o substitutivo e eu gostaria inclusive de perguntar à presidência se vamos votar a constitucionalidade do projeto ou o substitutivo. Na votação isso será esclarecido, porque há um substitutivo geral desse projeto, Sr. Presidente.

A minha preocupação é que não estejamos criando aqui uma rigidez de tal forma que impeça que qualquer grupo de mais de 200 pessoas possam organizar qualquer tipo de festa com música eletrônica, sem que tenham necessariamente que recorrer a uma empresa para isso. Se for desta forma, inclusive tenho dúvidas quanto à constitucionalidade, porque temos o Código de Posturas e tenho dúvidas sobre a possibilidade de votarmos aqui um projeto que limitará a possibilidade de qualquer grupo com mais de 200 pessoas fazer qualquer tipo de atividade sem que tenha que contratar alguém para isso. Sabemos que muitas dessas festas de colégio que são feitas, não têm condições de contratar uma empresa para fazer uma festa dessas. Ora, se tivesse não faria a festa para arrecadar fundos! Se tiver que colocar, quando vai fazer a festa, no seu orçamento a condição de contratar ambulância, de contratar pessoas, certamente estaremos abrindo aí, talvez, um caminho interessante para que algumas empresas possam vir a fazer essas festas de forma profissional. O que não é ruim, mas que no meu entendimento cria um limitador extremamente grande para que outros grupos possam se organizar sem que tenham a condição de fazer livremente.

Acho que amanhã o projeto não retorna para cá, mas se for aprovado, tenho dúvida se vou votar favorável ou não, ou se vou me abster de votar o projeto. Vou discutir inclusive com o Líder da minha Bancada, porque acho que estaremos criando aqui um empecilho para que as pessoas possam se organizar de uma forma ampla. Ele não especifica o que é festa de música eletrônica. Se for especificado, Deputado Fábio Camargo, soluciona muito. Que tipo de festa, quantos watts são, qual é a amplitude dessa festa? Porque senão é como foi dito aqui: com 10 ou dois instrumentos, é festa eletrônica. Estaremos criando uma situação que depois, na prática, acabará se configurando, difícil inclusive de ser fiscalizado.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Quero ressaltar mais uma vez o encaminhamento que foi dado aqui, o autor do projeto foi à tribuna, aceitou um acordo das lideranças para que o projeto fosse votado em 1ª discussão e para que retornasse após 10 Sessões.

Sugiro aos Parlamentares que estão para encaminhar que se atenham exclusivamente na questão da constitucionalidade, porque senão o mérito, o autor foi benevolente com a proposição de estender o prazo para a discussão do mérito.

Para encaminhar, o Deputado Belinati.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente Augustinho Zucchi, o aspecto da constitucionalidade desse projeto presente, não vemos impedimento nenhum que esta Casa tome uma posição. Um dos grande males do Brasil e de todos os grandes centros urbanos é a maldita poluição sonora. É o jovem que bota o som no último volume e sai com o carro de madrugada infernizando a vida de quem precisa dormir e acordar cedo, bem disposto. Muitas vezes essa poluição sonora termina em briga de vizinho, em briga de rua, até na própria Polícia, já teve até assassinato.

Acho que o projeto vem numa hora boa, já que é constitucional, para que esta Casa dê uma efetiva contribuição para diminuir a poluição sonora, para diminuir esse barulho que inferniza o descanso das famílias do Paraná e do nosso Brasil.

Lembrando que quando envolve energia elétrica, envolve-se também a necessidade de em uma grande festa ter um técnico especializado. Nessa semana um padre saiu da praia, molhado, pegou o microfone para cantar karaokê, levou um choque e morreu. Constantemente temos visto aqui que a pessoa morre eletrocutada lidando com os equipamentos de energia elétrica, com os equipamentos de som. E muitas vezes não há ninguém especializado, nenhum técnico para ordenar, para ver qual é a maneira mais segura de evitar que uma arquibancada caia, que alguém tome choque e venha morrer eletrocutado.

O barulho precisa ser controlado, precisa ser reduzido. Queremos festa? Sim. Queremos apoiar a Igreja, as associações de bairro, as grande festividades? Sim. Mas, queremos acima de tudo manifestar a nossa preocupação com quem trabalha, com que é trabalhador e que precisa dormir cedo.

Já que o projeto é constitucional, esperamos que no seu retorno a esta Casa ajustemos de tal maneira que possamos dizer ao Brasil que nós, Deputados Estaduais do Paraná, demos uma contribuição efetiva, concreta, para que o povo possa deitar, descansar, acordar bem disposto e não ser incomodado em altas madrugadas por bandos de desocupados que incomodam o descanso das famílias. Que essas festas sejam realizadas com horário, tem a Lei do Silêncio, tem horário em que o som tem que ser reduzido, tem horário em que não pode ter som alto. Há o Ministério Público que trabalha também nessa área.

Estamos aqui para dar apoio, Deputado Fábio Camargo, a esse projeto que é muito bom, em boa hora, para diminuir esse barulho, essa poluição sonora, em respeito ao merecido descanso das famílias paranaenses.

O SR. EDSON STRAPASSON (PMDB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, gostaria de indagá-lo em relação ao seguinte: tivemos um parecer final da Comissão de Constituição e Justiça favorável à tramitação desse projeto, com emenda modificativa e corretiva em anexo.

A emenda é tão abrangente que para mim ela é um substitutivo geral do projeto. Gostaria de perguntar a V. Exa. se estamos votando hoje o projeto.

Evidentemente, sendo aprovado o projeto quanto a constitucionalidade, votaremos o substitutivo na sequência ou será entendida como emenda?

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Perfeitamente! Posteriormente serão votadas as emendas. A emenda faz parte do projeto.

O SR. EDSON STRAPASSON (PMDB) (**Pela Ordem**)

Mas essa emenda, no entendimento da Mesa, é um substitutivo ou é mais uma emenda?

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

É uma emenda modificativa. Se fosse substitutivo seria substitutivo geral. E mesmo assim teria que ser votado o projeto, porque não existe o número do substitutivo e sim do projeto.

O SR. EDSON STRAPASSON (PMDB) (**Pela Ordem**)

Será votada a emenda com outras emendas de Plenário?

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Perfeitamente!

Está em votação. Srs. Deputados favoráveis permaneçam como estão. **Aprovado.** De acordo com o entendimento só deverá voltar à pauta depois de 10 Sessões.

Abstencões dos seguintes Deputados: Tadeu Veneri, Litro, Marcelo Rangel, Chico Bühner, Duílio Genari, Bloco Independente.

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 747, de autoria do Deputado Elio Rusch, com apoio dos Deputados Valdir Rossoni e Ademar Traiano, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Vou encaminhar favoravelmente porque é um pedido complementar a outro, já que havia sido feito pelo Deputado Elio Rusch. É um pedido muito bem formulado,

que certamente terá um bom esclarecimento por parte da área fazendária do estado.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Está em votação. **Aprovado.**

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, gostaria que V. Exa. entendesse, e tenho aqui a decisão da Justiça Federal quando à questão do porto. Não sei se V. Exa. permite a leitura da decisão. É uma decisão da Justiça Federal que é importante. Mas quero fazer um pedido oficial ao Presidente da Casa, o Deputado Nelson Justus não está, mas gostaria que V. Exa. pedisse ao Presidente Nelson Justus.

Há um projeto do Deputado Mauro Moraes que já passou em todas as Comissões, que autoriza e obriga eleições diretas no Colégio Estadual de Educação.

Faço um pedido a V. Exa. que seja incluído para a semana que vem esse projeto na Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Vamos levar esse pedido de V. Exa. ao Presidente Nelson Justus.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Primeiro quero dizer que sou favorável que o Deputado Valdir Rossoni possa falar do tema que ele quer tratar neste horário.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Não há amparo regimental.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Desculpe, mas tem amparo, Explicações Pessoais.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Ele não pediu Explicações Pessoais. Pediu pela ordem, Deputado. Ele pode falar amanhã.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Tudo bem, entendi que ele havia pedido Explicações Pessoais. De qualquer forma, pela ordem, quero dizer a V. Exa., em relação ao projeto do Deputado Mauro Moraes, para que não fiquemos aqui criando factóides, ele não obriga nada. O projeto do Deputado Mauro Moraes é inconstitucional e vamos discuti-lo no tempo certo. Mas, só para não criar uma falsa expectativa em relação a este rema. Deputado Valdir Rossoni, talvez V. Exa. não tenha lido e não tenha sabido exatamente os fundamentos do projeto do Deputado Mauro Moraes.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

V. Exa. me desculpe, mas não há razão para discutir um projeto que não está na pauta!

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, fiz apenas um pedido, a hora que o projeto vier a esta Casa entraremos na constitucionalidade, no mérito. E o ar professoral do Deputado Romanelli, eu dispense!

O SR. LUIZ EDUARDO CHEIDA (PMDB) (**Pela Ordem**)

Apenas para fazer uma indagação. Fiz um requerimento, protocolei e ele não foi apreciado neste momento. É um requerimento que solicita o envio de um expediente ao IAP, ao Presidente do IAP, denunciando um corte ilegal de madeira. Queria saber se ele foi despachado.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Aguardo a assessoria da Mesa para ver se foi aprovado.

O SR. LUIZ EDUARDO CHEIDA (PMDB) (**Pela Ordem**)

Apenas indagando se no acordo de Lideranças o envio de expediente exige a votação do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Seu requerimento foi considerado aprovado porque há um critério estabelecido aqui na Mesa, que como se refere a um expediente encaminhado ao Diretor-Presidente e não propriamente uma informação, ele está aprovado, portanto.

O SR. NEY LEPREVOST (PP) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, devido à importância do tema, que interessa a toda sociedade paranaense e em especial para Curitiba e região metropolitana, gostaria de saber se ficou confirmada, amanhã, a vinda do Secretário da Segurança, em que local aqui na Assembleia acontecerá. E gostaria de saber se essa reunião será aberta ao público, à imprensa, ou se será uma reunião fechada. Faço esta pergunta porque evidentemente há uma preocupação de todos os curitibanos, de todos os paranaenses em relação à violência, aos altos índices de criminalidade e as pessoas querem acompanhar esta reunião importante. Eu ouvi o que a Deputada Cida disse, mas houve outra informação.

O SR. MAURO MORAES (PMDB) (**Pela Ordem**)

Falou erroneamente. É o que estou tentando dizer e não estão me deixando. A Deputada Cida, infelizmente, deu uma informação que não é precisa. Quem preside a Comissão de Segurança sou eu, a reunião foi convocada para a sala de reuniões da presidência e é lá que vai ser, às 10h. Tudo o mais que foi dito é engano. A reunião será amanhã no local onde os Srs. Deputados foram convidados: a sala de reuniões da presidência.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (**Pela Ordem**)

Queria dizer a V. Exa. que estou do começo ao fim da Sessão, e nossa Presidente em exercício, nesta troca constante de Presidente, para renovar - é bom renovar - a Deputada Cida Borghetti foi muito categórica e anunciou que a referida Sessão será no plenarinho, fechada, não terá a participação da imprensa e só com os representantes do povo. Acho que isso é justo porque todos vão querer participar. Vai ser lá no plenarinho. É isso, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Deputada Cida com a palavra.

A SRA. CIDA BORGHETTI (PP)

Apenas para informar ao Presidente da Comissão, que não esteve no plenário no momento em que estávamos com a prerrogativa de presidir a Sessão, prerrogativa do então Presidente Nelson Justus, que nos informou, à hora, que amanhã, às 10h da manhã, a reunião com o Secretário da Segurança do Estado do Paraná, Sr. Luiz Fernando Delazari, acontece às 10h da manhã, no plenarinho.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

V. Exa. falou. V. Exa. estava presidindo a Sessão. Se essa é a informação do Presidente é a que vale.

A SRA. CIDA BORGHETTI (PP)

Inclusive com a presença de todos os demais Deputados. Não está aberta à imprensa. É uma determinação da Mesa. Portanto, não é uma determinação e nem um pedido do Secretário, mas sim uma determinação da Mesa Diretora desta Casa. Todos os demais Deputados poderão fazer uso da palavra, fazer questionamentos, inclusive esta foi a informação que recebi na hora que estava presidindo a Sessão.

Era o que gostaria de passar.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Não há mais questão de ordem a decidir sobre essa questão. A Deputada Cida, como Presidenta, decidiu e está determinado.

Requerimento nº 735, de autoria do Deputado Antonio Belinati, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 741, de autoria do Deputado Valdir Rossoni, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

Requerimentos nºs 744 e 745, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 749, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 16, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 527/07.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 740, 815/07 e 028/08.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:***Atas de Comissões******Redação***

COMISSÃO DE REDAÇÃO
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos nove dias do mês de abril do ano de dois mil e sete, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Stephanes Júnior. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para a Ordem do Dia,

oportunidade em que o Deputado Professor Luizão apresentou redação final ao Projeto de Lei nº 004/08, que foi aprovada sem observações. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quatorze dias do mês de abril do ano de dois mil e sete, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Stephanes Júnior. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Teruo Kato apresentou redação final aos Projetos de Lei nºs 053/08 e 076/08, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

